PDI

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

BLUMENAU/SC • NOVEMBRO-2014

INSTITUTO FEDERAL
Catarinense

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

Reitor
Francisco José Montório Sobral

Pró-reitor de Administração
Mauricio Lehmann

Pró-reitora de Ensino
Josete Mara Stahelin Pereira

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Romano Roberto Valicheski

Pró-reitor de Extensão
José Carlos Brancher

Pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social
Neri Jorge Golynski

Diretoria de Desenvolvimento Institucional
Rodrigo Boeing Althoff

Diretoria de Gestão de Pessoas
Joseane Evaldt Corrêa Teixeira

Diretoria de Tecnologia da Informação
Vander Vigolo

Câmpus Avançado Abelardo Luz
Diretor: César Antônio Schneider

Câmpus Araquari
Diretor-geral: Jonas Cunha Espíndola

Câmpus Blumenau
Diretor-geral *pro tempore*: Paulo César Rodacki Gomes

Câmpus Brusque
Diretor-geral *pro tempore*: Antônio Alir Dias Raitani Junior

Câmpus Camboriú
Diretor-geral: Rogério Luis Kerber

Câmpus Concórdia
Diretor-geral: Jolcemar Ferro

Câmpus Fraiburgo
Diretor-geral *pro tempore*: Fábio José Rodrigues Pinheiro

Câmpus Ibirama
Diretor-geral *pro tempore*: Fernando José Taques

Câmpus Luzerna
Diretor-geral *pro tempore*: Eduardo Butzen

Câmpus Rio do Sul
Diretor-geral: Oscar Emilio Ludtke Harthmann

Câmpus Santa Rosa do Sul
Diretor-geral: Carlos Antônio Krause

Câmpus São Bento do Sul
Diretor-geral *pro tempore*: Robert Lenoch

Câmpus São Francisco do Sul
Diretor-geral *pro tempore*: Amir Tauille

Câmpus Avançado Sombrio
Diretor: Anderson Sartori

Câmpus Videira
Diretora-geral *pro tempore*: Rosângela Aguiar Adam

COMISSÃO PDI

Mauricio Lehmann
André Luis Fachini de Souza
Antônio Marcos Marangoni
Daniela Koster
Fani Lucia Martendal Eberhardt
Gilberto Mazuco Jubini
Giovana Von Mecheln Lorenz
Karlan Rau
Léo Serpa
Luciano Rosa
Maribel Barbosa da Cunha
Ricardo Antonello
Sonia Schappo Imhof
Tiago Lopes Gonçalves

COMISSÃO PPI

Josete Mara Stahelin Pereira
Adriano Bernardo Moraes Lima
Alessandri Eziquiel da Paixao
Cladecir Alberto Schenkel
Claudio Adalberto Koller
Cleder Alexandre Somensi
Cristalina Yoshie Yoshimura
Cristiano Antonio Pochmann
Daniel Fachini
Diego Rodolfo Simoes de Lima
Eduardo Augusto Werneck Ribeiro
Filomena Lucia Gossler
Itamar Antonio Rodrigues
Jamile Delagnelo Fagundes da Silva
Karlan Rau
Marilandes Mol Ribeiro de Melo
Marion Lemke Poletto
Mauro Bittencourt dos Santos
Samuel Henrique Werlich
Sonia Regina de Souza Fernandes
Sonia Schappo Imhof

SUMÁRIO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE 2

COMISSÃO PDI 4

COMISSÃO PPI 4

APRESENTAÇÃO 10

1. PERFIL INSTITUCIONAL 11

1.1. MISSÃO 13

1.2 VISÃO 13

1.3 OBJETIVOS E METAS 13

1.4. POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL 15

1.5. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA 16

1.6. BREVE HISTÓRICO DO IFC 17

1.7. INSERÇÃO REGIONAL 17

1.7.1 CÂMPUS ABELARDO LUZ (AVANÇADO) 19

1.7.2 CÂMPUS ARAQUARI 20

1.7.3 CÂMPUS BLUMENAU 21

1.7.4 CÂMPUS BRUSQUE 21

1.7.5 CÂMPUS CAMBORIÚ 22

1.7.6 CÂMPUS CONCÓRDIA 22

1.7.7 CÂMPUS FRAIBURGO 23

1.7.8 CÂMPUS IBIRAMA 24

1.7.9 CÂMPUS LUZERNA 24

1.7.10 CÂMPUS RIO DO SUL 25

1.7.11 CÂMPUS SÃO BENTO DO SUL 26

1.7.12 CÂMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL 26

1.7.13 CÂMPUS SANTA ROSA DO SUL 27

1.7.14 CÂMPUS SOMBRIO (AVANÇADO) 28

1.7.15 CÂMPUS VIDEIRA 28

2. DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL 30

2.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO 31

2.2 POLÍTICAS DE ENSINO 32

2.2.1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO 32

2.2.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PROEJA-FIC 35

2.2.3 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO 36

2.2.4 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 38

2.3 INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES 38

2.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO 40

2.4.1 CONSTRUÇÃO DE INDICADORES ALINHADOS ÀS DIMENSÕES DE ATUAÇÃO EXTENSIONISTA NO IFC 41

2.4.2 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO 43

2.5 POLÍTICAS DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO 44

2.5.1 POLÍTICAS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO 44

2.5.2 POLÍTICAS DE INOVAÇÃO 46

3. DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA) 47

3.1 OFERTA DE CURSOS 48

3.2 PREVISÃO DE CURSOS ENTRE 2014 E 2018 54

3.2.1 ARAQUARI 54

3.2.2 BLUMENAU 55

3.2.3 BRUSQUE 55

3.2.4 CAMBORIÚ 55

3.2.4 CONCÓRDIA 56

3.2.5 FRAIBURGO 56

3.2.6 IBIRAMA 56

3.2.7 LUZERNA 56

3.2.8 RIO DO SUL 56

3.2.9 SÃO BENTO DO SUL 57
3.2.10 SÃO FRANCISCO DO SUL 57
3.2.11 SOMBRIO/SANTA ROSA DO SUL 57
3.2.12 VIDEIRA 57
4. DO PERFIL DO CORPO DOCENTE E TAES 58
4.1 CORPO DOCENTE 59
4.1.1 PLANO DE CARREIRA 59
4.1.2 COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE 59
4.1.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO E PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS PROFESSORES DO QUADRO 60
4.1.4 CRONOGRAMA E PLANO DE EXPANSÃO **61**
4.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 61
4.2.1 PLANO DE CARREIRA 61
4.2.2 COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DOS TAES 61
4.2.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO 62
4.2.4 CRONOGRAMA E PLANO DE EXPANSÃO 62
4.3 DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES 63
4.3.1 AÇÕES E INCENTIVOS À CAPACITAÇÃO 63
4.3.2 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO 65
5. DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES 67
5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 68
5.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS 68
5.3 REITORIA 69
5.4 DIRETORIAS SISTÊMICAS 69
5.5 UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA 70
5.6 PROCURADORIA JURÍDICA 70
5.7 COMISSÕES 70
5.8 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS 72

5.8.1 NÚCLEO DE APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE) 72
5.8.2 NÚCLEO PEDAGÓGICO (NUPE) 72
5. DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES 73
6.1 OBJETIVOS 74
6.2 AÇÕES DESTINADAS A ESTUDANTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL 74
6.3 AÇÕES UNIVERSAIS DESTINADAS A TODOS OS ESTUDANTES 75
7. DA INFRAESTRUTURA 77
7.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA 78
7.1.1 ARAQUARI 78
7.1.2 BLUMENAU 79
7.1.3 BRUSQUE 79
7.1.4 CAMBORIÚ 80
7.1.5 CONCÓRDIA 80
7.1.6 FRAIBURGO 81
7.1.7 IBIRAMA 81
7.1.8 LUZERNA 81
7.1.9 RIO DO SUL 82
7.1.10 SÃO BENTO DO SUL 83
7.1.11 SÃO FRANCISCO DO SUL 84
7.1.12 SANTA ROSA DO SUL 84
7.1.13 SOMBRIO 84
7.1.14 VIDEIRA 85
7.2 BIBLIOTECAS 85
8. DA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 94
8.1 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO 95
8.2 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 96
8.3 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO 97

9. DOS ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS 98

9.1 DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, INCLUINDO OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO PREVISTOS NO PDI 99

9.2 PREVISÃO DE ORÇAMENTO 99

9.3 ORIGEM, PLANEJAMENTO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS 100

9.3.1 FONTES DE RECURSOS 100

9.3.2 FORMA DE RATEIO DOS RECURSOS 101

9.3.3 CONTROLE FINANCEIRO PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS 101

9.4 POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA 101

10. REFERÊNCIAS 102

APRESENTAÇÃO

O presente documento que ora é apresentado a toda a comunidade tem por intuito planejar de maneira coletiva o quinquênio 2014-2018, servindo como norte para se pensar os projetos institucionais, levando em consideração as realidades percebidas no panorama atual, a partir dos cenários elencados e das necessidades de aprimoramento contínuo do ambiente institucional. Pode-se dizer que este Plano de Desenvolvimento Institucional classifica-se como uma espécie de documento-síntese, no qual se explicitam as diretrizes gerais que ensejarão, em articulação com outras ações empreendidas, o cumprimento da missão do Instituto e do consequente crescimento do mesmo.

O PDI foi construído tendo como referência o sistema SAPIENS do MEC, o qual está dividido em nove eixos básicos, que são: Perfil Institucional, Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos, Perfil dos Corpos Docente e Técnico-Administrativo, Organização Administrativa da IES, Política de Atendimento aos Discentes, Infraestrutura, Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional e Aspectos Financeiros e Orçamentários. A gama de informações e projeções feitas neste documento reflete os dados fornecidos por todos os câmpus que sistematizados ajudaram a compor o PDI em sua totalidade, sendo que esse documento foi discutido e validado pela comunidade da Reitoria e de todos os câmpus.

Nessa perspectiva a Comissão buscou realizar um trabalho contundente no sentido de permitir a todos a participação tanto na construção quanto na discussão e validação desse Plano de Desenvolvimento Institucional, a fim de que o mesmo refletisse o anseio de proporcionar ao Instituto um crescimento cada vez maior perante toda a sociedade, cumprindo assim sua função primordial de instituição de educação.

A Comissão, outubro de 2014.

1. Perfil Institucional

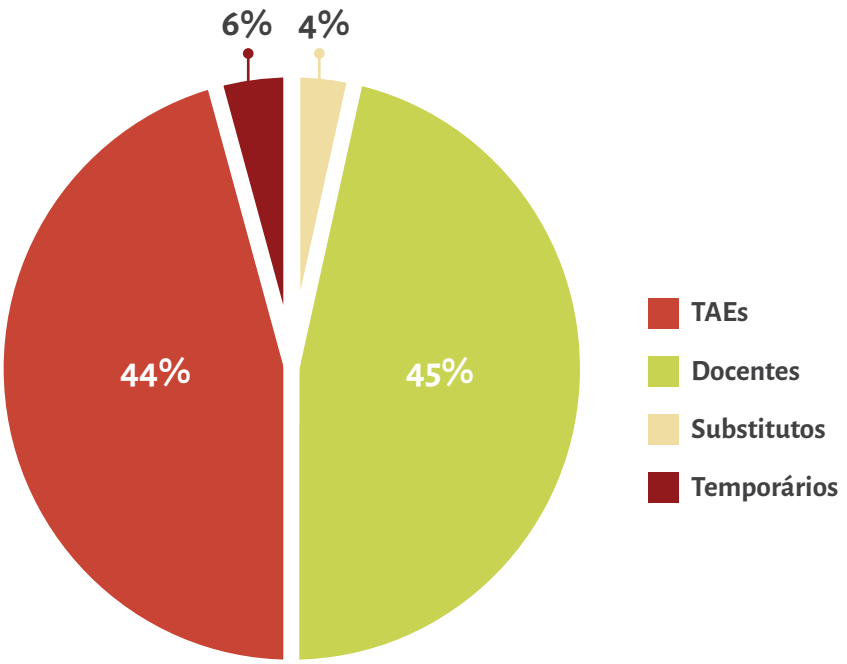
I. PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal Catarinense (IFC), que integra a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, foi instituído pela Lei nº 11892 de 29 de dezembro de 2008. Tem como objetivo se estender a todos os estados brasileiros, promovendo educação profissional, desde a formação inicial (FIC) até a formação em nível de pós-graduação Stricto Sensu (mestrado e doutorado).

Ofertamos educação em todos os níveis, desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação. Preferencialmente, buscamos o atendimento das demandas regionais de localização dos câmpus, com o intuito de auxiliar na transformação da realidade social e econômica, contribuindo, consolidando e fortalecendo o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais; estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo; e também apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Atualmente (2014), contamos com 1.380 servidores (técnico-administrativos e docentes efetivos temporários e substitutos) e cerca de 9.200 estudantes1 em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Certific, Mulheres Mil, Pronatec, Proeja, EAD, Técnico, Graduação e Pós-graduação.

Figura 1: Porcentagem de servidores no IFC



1. *Censo escolar julho 2014.*

1.1. MISSÃO

Proporcionar educação profissional atuando em ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional.

1.2 VISÃO

Ser referência em educação profissional científica e tecnológica em Santa Catarina.

1.3 OBJETIVOS E METAS

O Instituto Federal Catarinense, em 2013, promoveu debate com envolvimento coletivo com o objetivo de construir o Planejamento Estratégico, que contempla as macropolíticas institucionais sob a luz da Lei nº 11.892/2008 e tem como finalidade se tornar um instrumento de gestão e ao mesmo tempo estabelecer um processo de continuidade em todas as atividades do IFC.

O desenvolvimento das ações foi organizado em três etapas distintas: 1) Período de reflexão, análises, discussões e diagnóstico institucional; 2) Elaboração do documento "Plano de Ação"; 3) Etapa de implementação e acompanhamento do Plano de Ações.

O trabalho realizado até então resultou no quadro abaixo, que aponta a prioridade para cada objetivo e meta.

Quadro 1: Objetivos e Metas do IFC.

Prioridade	Objetivo Estratégico	Prazo
1	Implantar um sistema de gestão;	dez/13
2	Criar mecanismos que evitem a evasão e promovam a permanência na instituição;	mar/14
3	Criar mecanismos de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão;	out/14
4	Desenvolver projetos para captação de recursos extra-orçamentário; visando a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão;	dez/14
5	Implementar Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica;	set/14
6	Criar políticas e programas de formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores docentes e técnico-administrativos em todos os níveis;	mar/14
7	Definir a estrutura organizacional da instituição com padronização mínima;	jun/15
8	Criar uma política de identidade institucional;	dez/13
9	Criar um programa para melhorar a eficiência da Gestão de Compras;	dez/13
10	Criar manuais e fluxos de trabalhos no IFC;	dez/14
11	Criar uma política para a implantação gradativa de novos cursos;	ago/14
12	Fazer mapeamento de competências de cargos e funções;	jun/15
13	Estabelecer plano de reposição docente com critérios claros visando agilizar as contratações;	dez/14
14	Criar uma política de incentivo a inovação tecnológica;	dez/14
15	Criar comissão para avaliação constante da infraestrutura mínima necessária ao bom funcionamento dos câmpus;	dez/13
16	Padronizar no mínimo 75% das matrizes curriculares dos cursos do IFC;	dez/14
17	Criar critérios de gestão a fim de agilizar a execução orçamentária a financeira;	dez/13
18	Desenvolver mecanismos para melhorar a distribuição da carga horária de professores entre ensino, pesquisa e extensão;	dez/14
19	Criar um programa de incentivo e Fortalecimento de grupos de pesquisa de acordo com as áreas de atuação do câmpus;	ago/14
20	Criar um programa de ações de extensão e pesquisa dos APL nos câmpus;	out/14
21	Promover a educação à distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos, servidores docentes e gestores.	jul/14
22	Criar um Programa de Assistência Estudantil.	mar/14
23	Criar uma política de Gestão Ambiental;	out/13
24	Fomentar a pesquisa aplicada e a participação em eventos;	dez/13
25	Criar comissão de estudo para analisar a viabilidade de Fundação de Apoio para o IFC;	dez/14
26	Criar um programa de formação continuada para gestores na modalidade presencial e/ou distância;	mar/14
27	Criar programa para diagnosticar, avaliar e otimizar a distribuição de aulas, disciplinas e atividades por área de conhecimento.	jul/14
28	Instituir políticas de comunicação;	mar/15
29	Criar programa para definir Eixo Tecnológico por câmpus;	mar/15
30	Criar um Sistema de Acompanhamento dos Egressos;	out/14
31	Promover a divulgação dos trabalhos publicados em periódicos indexados;	mar/14
32	Criar uma política de apoio a produção cultural;	mar/15
33	Criar um programa para estudar a viabilidade da implantação de incubadoras nos câmpus.	dez/14
34	Estabelecer um programa de parcerias nacionais e internacionais.	ago/14
35	Implantar e consolidar as CECOMS normatizando e formando equipes com profissionais da área;	set/14
36	Implantar projetos de ação social;	jul/14
37	Desenvolver um programa de execução da política de acessibilidade;	jul/14
38	Implantar Programas de apoio a estudantes com elevado desempenho;	dez/14

1.4. POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL

A política ambiental do IFC deve ser democrática e participativa, no sentido de promover a integração das atividades acadêmicas entre si e com as atividades da comunidade. Visa o desenvolvimento sustentável do Instituto e da sociedade, compativelmente com um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, a ser legado para as futuras gerações. Esta política é constituída pelos seguintes princípios e compromissos:

1. Utilização sustentável dos recursos ambientais (renováveis e não renováveis) e de energia, por meio da institucionalização ou fomento de iniciativas como economia de água; conservação de energia; uso racional de combustíveis, materiais e demais insumos; meios de transporte alternativos etc.

2. Minimização e o manejo adequado dos resíduos gerados na Instituição, mediante uma prática seletiva de aquisição de serviços e de compras, com a utilização preferencial de materiais não nocivos ao meio ambiente e à saúde humana, de um sistema de gestão dos resíduos dos câmpus, visando a sua redução na fonte, reutilização e reciclagem, bem como o devido manejo e destinação apropriada dos resíduos potencialmente perigosos.

3. Uso e ocupação ambientalmente adequados dos espaços físicos dos câmpus, em suas áreas urbanizadas, agrícolas e de preservação (reservas naturais/legais), com diretrizes ambientais claras e abrangentes explicitadas no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFC. Consideração das variáveis ambientais nos projetos de expansão, obras e atividades de operação e manutenção nos câmpus.

4. Regeneração e conservação dos ecossistemas de valor ecológico e paisagístico e preservação da biodiversidade nas áreas de reserva natural/legal, as quais deverão ter extensão superior ao previsto na legislação (Código Florestal).

5. Manejo adequado das áreas urbanizadas e agrícolas, com uma política intensiva de áreas verdes urbanas e práticas conservacionistas e de baixo impacto ambiental nas áreas de uso agrícola.

6. Treinar, conscientizar e motivar servidores, alunos e pessoal terceirizado para conduzir as atividades do IFC de maneira ambientalmente responsável.

7. Fomentar pesquisa para desenvolvimento e incorporação de inovações tecnológicas viáveis que reduzam os impactos ambientais significativos nas atividades exercidas pelo IFC, bem como expandir o conhecimento adquirido às comunidades adjacentes.

8. Manter um diálogo aberto com todos os atores sociais para troca de informações, reconhecendo e respondendo às demandas pertinentes em relação aos aspectos ambientais significativos da instituição.

9. Buscar o atendimento à legislação e às normas ambientais aplicáveis à instituição.

1.5. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A atuação acadêmica de todos os Institutos Federais está baseada nos artigos 7 e 8 da Lei nº 11.892/2008, que apresentam os seguintes objetivos:

I. ministrar **educação profissional técnica de nível médio**, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II. ministrar **cursos de formação inicial e continuada** de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III. **realizar pesquisas aplicadas**, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV. **desenvolver atividades de extensão** de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V. **estimular e apoiar processos educativos** que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI. ministrar em nível de educação superior:

a) **cursos superiores de tecnologia** visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) **cursos de licenciatura**, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) **cursos de bacharelado e engenharia**, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) **cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização**, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) **cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado**, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Com a implementação de ações em favor da melhoria da educação, expressas por meio do ACORDO DE METAS, o IFC atende ao compromisso de oferecer vagas para cursos técnicos - pelo menos 50%; de manutenção das vagas de formação de professores e licenciaturas - pelo menos 20; de ofertar vagas para PROEJA, FIC, entre outros. Isso tudo tendo como perspectiva promover a inclusão e atender a demanda regional, bem como o disposto na Lei 11.892/2008.

1.6. BREVE HISTÓRICO DO IFC

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, que visa responder de forma eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e por suporte aos arranjos produtivos locais.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, além dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina por ocasião da mesma lei de criação dos IFs.

Após a criação do IFC, a expansão ocorreu quase que imediatamente, estimulada pelo Programa de Expansão Federal. Assim novos câmpus do IFC surgiram em Videira, Luzerna, Fraiburgo, Ibirama, Blumenau e São Francisco do Sul. Na terceira etapa de expansão foram criados os câmpus Abelardo Luz, Brusque, São Bento do Sul e as unidades urbanas de Sombrio e Rio do Sul. No 1º semestre de 2014, o antigo Câmpus Sombrio (sede) passa a ser chamado Santa Rosa do Sul, devido ao câmpus estar no município de mesmo nome, ao passo que a Unidade Urbana transformou-se em Câmpus Avançado Sombrio.

O IFC possui **15 câmpus** distribuídos no estado (Araquari, Abelardo Luz, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira), sendo que em Rio do Sul há uma Unidade Sede e uma Unidade Urbana e o câmpus Abelardo Luz está em processo de implantação. A **Reitoria** do IFC está instalada no município de Blumenau.

1.7. INSERÇÃO REGIONAL

No estado de Santa Catarina encontram-se instalados dois Institutos Federais: o Instituto Federal de Santa Catarina, que englobou o antigo CEFET de Santa Catarina; e o Instituto Federal Catarinense, com sede em Blumenau/SC, criado pela Lei 11.892/08. Este iniciou suas atividades reunindo as antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú, vinculados à UFSC.

Nossos câmpus estão distribuídos em 9 microrregiões do estado de Santa Catarina, abrangendo 135 municípios com aproximadamente 3 milhões de habitantes (IBGE, 2010).

Devido ao número de câmpus e sua distribuição geográfica, destaca-se que o Instituto Federal Catarinense possui uma atuação em todo o território catarinense, contribuindo assim para transformar o Instituto em uma Instituição de desenvolvimento estadual, e seus câmpus em elos de desenvolvimento regional.

Quadro 2: Destaque para os Áreas de atuação regional.

Unidades IFC		Município	Mesorregião	Microrregião	Áreas
Reitoria		Blumenau	Vale do Itajaí	Blumenau	
Araquari	PRE	Araquari	Norte Catarinense	Joinville	Eletrometalmecânico; metalmecânico; TI; confecção; plástico; agropecuária e pesca; indústria química.
Abelardo Luz	CA	Abelardo Luz	Oeste Catarinense	Xanxerê	Agropecuária e agroindústria.
Blumenau	PEF2	Blumenau	Vale do Itajaí	Blumenau	Eletrometalmecânica; têxtil e confecção; TI e comunicação; Turismo e gastronomia; plástico e química; agroindústria.
Brusque	PEF3	Brusque	Vale do Itajaí	Blumenau	Têxtil e confecção; couro e calçados; cerâmica; metalmecânico; comércio atacadista.
Camboriú	PRE	Camboriú	Vale do Itajaí	Itajaí	Pescados; turismo; agropecuária; construção civil; indústria naval.
Concórdia	PRE	Concórdia	Oeste Catarinense	Concórdia	Agroindústria; agropecuária; TI; logística.
Fraiburgo	PEF2	Fraiburgo	Oeste Catarinense	Joaçaba	Apicultura; fruticultura; papel e celulose.
Ibirama	PEF2	Ibirama	Vale do Itajaí	Rio do Sul	Têxtil e confecção; metalmecânico; madeira e móveis.
Luzerna	PEF2	Luzerna	Oeste Catarinense	Joaçaba	Metalmecânico; agroindústria; papel e celulose.
Rio do Sul	PRE	Rio do Sul	Vale do Itajaí	Rio do Sul	Têxtil e confecção; cerâmica vermelha; metalmecânico; construção civil; agropecuária.
Santa Rosa do Sul	PRE	Santa Rosa do Sul	Sul Catarinense	Araranguá	Agropecuária; têxtil e confecção; turismo.
São Bento do Sul	PEF3	São Bento do Sul	Norte Catarinense	São Bento do Sul	Madeira e móveis; turismo; metalmecânico; agropecuária.
São Francisco do Sul	PEF2	São Francisco do Sul	Norte Catarinense	Joinville	Pesca; metalmecânico; TI; turismo; logística.
Sombrio	CA	Sombrio	Sul Catarinense	Araranguá	Cerâmica vermelha; agropecuária; têxtil e confecção; TI; comércio atacadista; turismo.
Videira	PEF2	Videira	Oeste Catarinense	Joaçaba	Agroindústria; agropecuária; eletrometalmecânico.

NOTA: PRE=pré-existente; PEF2 = plano de expansão federal 2; PEF3 = plano de expansão federal 3; CA= Câmpus Avançado.

A economia industrial de Santa Catarina é caracterizada pela concentração em diversos polos, o que confere ao estado padrões de desenvolvimento equilibrado entre suas regiões: cerâmico, carvão, vestuário e descartáveis plásticos no Sul; alimentar e móveis no Oeste; têxtil, vestuário, naval e cristal no Vale do Itajaí; metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário no Norte; madeireiro na região Serrana e tecnológico na Capital. Embora haja essa concentração por região, muitos municípios estão desenvolvendo e fortificando vocações, ao mesmo tempo que diversificam os segmentos de atividade.

Figura 2: Distribuição dos Câmpus nas macrorregiões de Santa Catarina.

A seguir, tem-se em destaque o histórico de criação de cada câmpus, bem como a evolução dos cursos em cada unidade de ensino.

1.7.1 CÂMPUS ABELARDO LUZ (AVANÇADO)

Considerando as questões envolvidas no Desenvolvimento Regional, a região de Abelardo Luz foi contemplada com um câmpus avançado, seguindo a proposta de Expansão da Rede Federal de Ensino Tecnológico. Ligado administrativamente ao Câmpus Concórdia, o Câmpus Abelardo Luz está localizado em uma região que conta com a maior concentração de assentamentos da reforma agrária do estado de Santa Catarina. A infraestrutura disponibilizada para instalação do Curso Técnico em Agropecuária subsequente ao Ensino Médio foi da antiga Escola Agrícola Municipal. Além deste, foi ofertado o curso de pós-graduação Lato Sensu em Educação do Campo.

1.7.2 CÂMPUS ARAQUARI

O Instituto Federal Catarinense (IFC) Câmpus Araquari teve sua origem no antigo Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira. O Colégio foi criado em 26 de fevereiro de 1954 por um acordo entre a União e o Estado de Santa Catarina, que foi publicado no Diário Oficial da União nº 63, de 18 de março de 1954; e em 1968 passou a ser vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, pelo Decreto nº 62.163, de 25 de janeiro de 1968, estando desde então integrado ao Sistema Federal de Ensino.

Em 2008, o Colégio Agrícola, através da Lei 11.892 de 29.12.2008, publicada no DOU em 30.12.2008, foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense Câmpus Araquari e abriu um novo horizonte na educação.

No ano de 2010 o Câmpus Araquari passou a oferecer, além dos cursos já em andamento, os cursos de nível superior de Bacharel em Medicina Veterinária, Bacharel em Sistemas de Informação e Licenciatura em Ciências Agrícolas. Neste mesmo ano o câmpus passou a administrar o seu orçamento de forma independente.

O ano de 2011 marcou a busca na consolidação dos cursos de nível superior iniciados no ano anterior. Foram criados, também, os cursos de técnico em Agrimensura e de nível superior de Licenciatura em Química. Neste ano foi concluída a formação da turma de Técnico em Agropecuária, modalidade PROEJA, em sistema de alternância, realizada na cidade de Jaraguá do Sul; e os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Processamento de Pescados e Cooperativismo, realizados na cidade de Balneário Barra do Sul; de Fundamentos em Implantação e Manutenção de Jardins, realizado na cidade de Corupá; e de Administração Pública na Educação, realizado na sede do câmpus. Também foram realizados os cursos da Rede CERTIFIC de Redeiro e de Trabalhador para a Preparação de Pescados. Em 2011 também foram iniciadas as atividades do Câmpus Avançado de São Francisco do Sul, inicialmente vinculado ao Câmpus Araquari, em prédio alugado no centro da cidade de São Francisco do Sul. Os cursos oferecidos foram de Técnico em Secretariado e Tecnólogo em Rede de Computadores.

Em 2012 foram realizados 3 (três) cursos do Programa PRONATEC, efetuadas as pré-inscrições para o programa Mulheres Mil e consolidadas várias ações para os cursos já em andamento no câmpus.

No curso técnico em Química, iniciado em 2014, a integração curricular é um dos focos principais, pois o curso apresenta a proposta inovadora do Projeto "Integrando Saberes", que será oferecido anualmente. Para isso, os docentes/pesquisadores orientadores proporcionarão reuniões periódicas com os estudantes e viabilizarão momentos de interdisciplinaridade e efetiva integração curricular, através de aulas com a participação de dois ou três professores simultaneamente, principalmente aqueles envolvidos no Projeto "Integrando Saberes", conectando diferentes unidades curriculares daquele ano através das temáticas preestabelecidas e dos projetos em desenvolvimento.

Com o objetivo de capacitar profissionais da área de Ciências Agrárias para desenvolver a aquicultura sustentável como atividade que gere renda e trabalho, com vistas a atuar em nível regional e nacional, iniciou-se em 2013 o curso de especialização em Aquicultura, primeiro curso de pós-graduação lato sensu do Câmpus Araquari. As atividades do curso começaram em outubro de 2013, com previsão de término dos créditos em setembro de 2014 e mais seis meses para entrega do trabalho de conclusão de curso.

A origem geográfica bastante abrangente dos alunos dos cursos oferecidos pelo Câmpus Araquari indica a inserção regional e a qualidade e vocação para formar técnicos de nível médio e graduados para os setores mais dinâmicos da economia agropecuária e tecnológica do sul do Brasil.

1.7.3 CÂMPUS BLUMENAU

O Câmpus Blumenau está situado na Rua Bernardino José de Oliveira, nº 81, rua adjacente à BR-470, no bairro Badenfurt, no município de Blumenau. Esse está localizado na Região Sul do Brasil, no estado de Santa Catarina, em uma região de relevo montanhoso, cortada pelo rio Itajaí-Açú, e conta com área aproximada de 519,8 km² e população de 309,011 habitantes (IBGE).

Blumenau é a terceira cidade mais populosa do Estado de Santa Catarina, constituindo um dos principais polos industriais e tecnológicos do país. Tem significativa participação em diversos setores da economia, destacando-se nas áreas de informática, indústria têxtil, serviços e comércio. Sedia empresas de porte nacional e internacional e conta com um dos maiores índices de desenvolvimento humano do Estado de Santa Catarina.

O projeto Câmpus Avançado Blumenau teve início com as negociações com a FURB e com o Colégio Estadual Pedro II. O Câmpus Blumenau iniciou suas atividades em junho de 2010, com a chegada do Diretor de Implantação, Professor Walter Soares Fernandes, que viabilizou o estudo para a aquisição do imóvel e sua adequação para a implantação do Câmpus Blumenau. A ele também coube a constituição da equipe pedagógica e administrativa necessária para elaborar os documentos e dar início às atividades.

Atualmente, o Câmpus Blumenau possui em seu quadro funcional 33 (trinta e três) professores, 15 (quinze) técnico-administrativos e um diretor.

O primeiro Eixo Tecnológico desenvolvido pelo Câmpus Avançado Blumenau foi o da informação e comunicação com o Curso Técnico em Informática, de nível Médio Integrado, e o Curso Técnico em Informática Subsequente. No ano de 2013 teve inicio o Curso Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Como Blumenau está entre os três polos de Tecnologia da Informação de Santa Catarina, a escolha do Eixo Tecnológico buscou atender ao arranjo local (SEDEC, 2014). Blumenau é considerada uma cidade pioneira na história de informática, dada sua diversificação de atuação, sediando empresas, em vários segmentos, com destaque na excelência em desenvolvimento.

A cidade conta com o BLUSOFT – Blumenau Polo de Informática, além do Instituto GENE, uma associação civil sem fins lucrativos que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável por meio da inovação.

1.7.4 CÂMPUS BRUSQUE

Em 2011, a Prefeitura de Brusque doou ao Instituto Federal Catarinense um terreno com área de 20 mil m², localizado no bairro Jardim Maluche, para a implantação de um câmpus na cidade. Os trabalhos tiveram início no mesmo ano com a preparação e aterro do terreno.

Em janeiro de 2012 começaram as obras no local. O projeto arquitetônico utilizado na construção do Câmpus Brusque é o modelo desenvolvido pela equipe da Coordenação de Desenvolvimento de Projeto do Fundo de Desenvolvimento da Educação, chamado Programa Brasil Profissionalizado, que resultará numa área construída de 5.577,39 m², com investimento total de R$ 8.757.393,28.

Para levantar as demandas sociais de cursos, foram feitas audiências públicas com a comunidade local. Em outubro de 2013, o Ministério da Educação autorizou o funcionamento provisório do Câmpus Brusque. No dia 07 de outubro de 2013, obteve-se a inscrição no CNPJ, condição básica para tornar-se Unidade Gestora e Unidade Pagadora. Também neste mês começaram a ser ofertados cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, em parceria com a Gerência Estadual de Educação (GERED) de Brusque, no qual foram atendidos 330 alunos.

No primeiro semestre de 2014, o Câmpus Brusque já atendia 353 alunos do Pronatec nas cidades de Brusque e Guabiruba. No dia 26 de maio de 2014, na II Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFC, foram aprovados os Planos de Criação dos Cursos (PCCs) dos Cursos Técnicos de Informática e de Química.

1.7.5 CÂMPUS CAMBORIÚ

A história do IFC Câmpus Camboriú iniciou com termo de acordo celebrado no dia 8 de abril de 1953 entre o Governo da União e o do Estado de Santa Catarina para a instalação de uma Escola Agrotécnica no Município de Camboriú. No evento, realizado na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, o Sr. Dr. João Cleofas de Oliveira, Ministro da Agricultura, representando o Governo da União, e o Sr. Dr. Marcos José Konder Reis, representando o Governo do Estado de Santa Catarina, deliberaram e assinaram o termo de acordo para a criação do Colégio Agrícola de Camboriú, tendo em vista os artigos 2º e 4º do Decreto Federal nº 22.470 de 20 de janeiro de 1947.

Em 1953, o Colégio Agrícola de Camboriú iniciou suas atividades com o curso Ginasial Agrícola; em 1965, foi criado o curso Técnico em Agricultura, que em 1973 passou a denominar-se Técnico em Agropecuária. Apesar de ser uma instituição nomeada como agrícola, a partir de 2000 o Colégio passou a oferecer cursos nas áreas do conhecimento de Informática e Meio Ambiente. Em 2003, iniciou-se o Curso Técnico em Transações Imobiliárias e, a partir de 2008, o curso Técnico em Turismo e Hospitalidade. No final de 2008, com o advento da Lei 11.892, de dezembro de 2008, transformou-se em câmpus do Instituto Federal Catarinense.

Desta forma, o antigo Colégio Agrícola de Camboriú, como sempre foi conhecido pela comunidade, hoje é o Instituto Federal Catarinense Câmpus Camboriú. Atende a 1543 alunos e oferece 13 cursos: 7 cursos técnicos ofertados nas modalidades integrada ao ensino médio e/ou subsequente (Agropecuária, Controle Ambiental, Informática, Hospedagem, Redes de Computadores, Segurança do Trabalho e Transações Imobiliárias); 5 cursos superiores (Licenciatura em Matemática, Pedagogia, Bacharel em Sistemas de Informação, Tecnólogos em Negócios Imobiliários e Sistemas para Internet) e 1 curso de pós-graduação em Treinadores e Instrutores de Cães-guias. Também oferece cursos de formação inicial continuada, PROEJA, PRONATEC e atualmente está iniciando o ensino a distância.

1.7.6 CÂMPUS CONCÓRDIA

O Instituto Federal Catarinense Câmpus Concórdia (IFC Câmpus Concórdia) iniciou as atividades pedagógicas em março de 1965, como Ginásio Agrícola, tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Formou a primeira turma em 1968. Elevou-se de Ginásio Agrícola para Colégio Agrícola em 12 de maio de 1972, através do Decreto nº 70.513. Posteriormente, pelo Decreto nº 83.935, de 4 de outubro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Concórdia. Transformou-se em Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação nos termos do artigo 2º do anexo I do Decreto nº 2.147 de 14 de fevereiro de 1997, pela Lei nº 8.731 de 16 de novembro de 1993, adquirindo autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. Por fim, através da Lei 11.892/2008, a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia passou a integrar o Instituto Federal Catarinense, denominando-se Câmpus Concórdia.

A instituição está localizada em Concórdia, no Oeste de Santa Catarina, entre o bairro Fragosos e o distrito de Santo Antônio, no quilômetro 08 da rodovia SC-283. Os cursos têm ampla infraestrutura instalada, além de professores e técnicos altamente qualificados. O IFC mantém sua tradição e história cultivada ao longo de quase cinco décadas, apresentando avanços desde sua passagem de escola para câmpus, oferecendo ensino público gratuito e de qualidade a toda população.

O IFC Concórdia é uma instituição com décadas de história, as quais foram marcadas fortemente pelo ensino agrícola. No câmpus, são ofertados cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, sendo estes: o Curso Técnico em Agropecuária, oferecido desde a fundação como Colégio Agrícola e, desde 1999, o Curso Técnico em Alimentos.

Em 2005, atendendo a uma demanda regional, a instituição passou a oferecer o curso superior de Tecnologia em Alimentos, que foi o primeiro curso superior do IFC.

Em 2010, foram implantados, no câmpus, o bacharelado em Medicina Veterinária e a Licenciatura em Matemática, bem como o Curso Técnico em Informática na modalidade subsequente e a pós-graduação *lato sensu* em Desenvolvimento Territorial com ênfase em Agricultura Familiar e Meio Ambiente.

A partir de 2011, começou a ser oferecido o curso de Licenciatura em Física, cujo início, em 21 de fevereiro do ano mencionado, coincidiu com o início de funcionamento do curso de Engenharia de Alimentos; com o início desse, a instituição optou por encerrar a oferta do curso superior de Tecnologia em Alimentos. Nesse mesmo ano, o câmpus contou com o início da pós-graduação em Gestão da Tecnologia da Informação.

No ano de 2013, optou-se por transformar o Curso Técnico em Informática na modalidade subsequente em Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, o qual encontra-se em implantação, corroborando com o que cita o art. 8º da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que exige de cada Instituto Federal a oferta de 50% de suas vagas à educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados.

Ainda cumprindo a lei nº 11.892, o Câmpus Concórdia passou a oferecer, nesse mesmo ano, o curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), a distância e a Pós-Graduação *lato sensu* em Educação no Campo, presencial, no polo de Abelardo Luz.

1.7.7 CÂMPUS FRAIBURGO

A cidade de Fraiburgo localiza-se no meio-oeste de Santa Catarina, a 1070m de altitude. O município faz parte do Alto Vale do Rio do Peixe, tem uma área de 546km² e encontra-se a 380km da capital Florianópolis. Seus municípios limítrofes são: Videira, Monte Carlo, Tangará, Curitibanos, Frei Rogério, Lebon Régis e Rio das Antas.

Fraiburgo tem uma população de 34.553 habitantes, de acordo com o senso do IBGE (2010), contudo, durante a colheita da maçã (janeiro a abril), a cidade recebe cerca de 10000 trabalhadores temporários a mais. A maçã é fonte importante na renda do município, que investe na cultura do fruto devido às baixas temperaturas do município.

O Câmpus Fraiburgo está localizado no centro da cidade. O prédio que sedia o Câmpus Fraiburgo foi construído nos anos 60 e abrigou a escola Sedes Sapientiae (Sede da Sabedoria), dirigida pelo Padre Biaggio por mais de 20 anos. A Sedes chegou a oferecer cursos de Técnico em Contabilidade e Agropecuária.

Na primeira década do século XXI, o edifício abrigou o Centro Educacional Profissional de Fraiburgo (CEPROF). Com a federalização do Ceprof, foi possível retomar e ampliar a oferta de cursos.

Em 2008, com a publicação da Lei 11.892, foram criados os Institutos Federais. As escolas técnicas e os colégios agrícolas de Santa Catarina foram integrados e passaram a ser câmpus do Instituto Federal Catarinense.

Em 2010 a unidade Videira, que funcionava como extensão de Concórdia, foi elevada à condição de Câmpus Videira. Em 2012, como extensão de Videira, foi criado o Câmpus Avançado de Fraiburgo, que iniciou as atividades pedagógicas em 1º de agosto. Foi em 23 de abril de 2013 que a unidade foi elevada à condição de Câmpus Fraiburgo.

O Câmpus Fraiburgo iniciou as suas atividades pedagógicas no segundo semestre de 2012, abrindo duas turmas, uma no curso Técnico em Informática e uma no curso Técnico em Segurança do Trabalho, ambas na forma subsequente (noturno). Ainda nesse semestre, o Câmpus foi um dos primeiros a ofertar o programa Mulheres Mil para um grupo de cem mulheres carentes da região.

1.7.8 CÂMPUS IBIRAMA

O IFC Câmpus Ibirama está localizado na Microrregião do Alto Vale do Itajaí. Foi instalado na antiga Escola Hamônia, em 1º de fevereiro de 2010. Neste período, o câmpus esteve vinculado ao IFC Câmpus Rio de Sul, iniciando suas atividades de ensino no segundo semestre de 2010 com o Curso Técnico em Informática da forma concomitante e subsequente. No dia 04 de fevereiro de 2011, o IFC Ibirama se desvinculou do Câmpus Rio do Sul e passou a responder diretamente à Reitoria do IFC, instalada em Blumenau.

Em 2013 tornou-se autônomo: o Câmpus Avançado tornou-se o Câmpus Ibirama, por meio da Portaria nº 330, de 23 de Abril de 2013, publicada no D.O.U. de 24 de Abril de 2013. Junto com a autonomia, surgiu também a responsabilidade em administrar o Câmpus, buscando atender toda a comunidade com ações de ensino, pesquisa e extensão, em benefício aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

No início de 2011, os cursos de Vestuário e Eletromecânica foram implantados nas formas integrado e subsequente. Em 2012, deu-se início ao Curso Integrado de Informática. Em 2014, foi implantado o Curso Integrado de Administração e o primeiro curso superior do Câmpus Ibirama, Tecnologia em Design de Moda, consolidando a concepção de verticalização nos Institutos Federais e atendendo aproximadamente 200 empresas de confecção da região. Paralelos a estes cursos, são oferecidos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

1.7.9 CÂMPUS LUZERNA

As instalações físicas e a infraestrutura de salas de aula e laboratórios que hoje pertencem ao Câmpus Luzerna foram fundadas em 1999 para abrigar a Escola Técnica Vale do Rio do Peixe (ETVARPE), instituição que até 2008 ofereceu cursos técnicos e profissionalizantes para estudantes da cidade de Luzerna e região. Em 2010, a estrutura da ETVARPE foi federalizada para integrar o IFC.

As aulas no IFC Luzerna tiveram início em 25 de março de 2010 com os cursos técnicos em Automação Industrial, Mecânica e Segurança do Trabalho. Em 2011 foi criado o primeiro curso superior da unidade, a Engenharia de Controle e Automação. Também em 2011 foram oferecidos os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Informática Aplicada ao Estudo da Matemática, Inglês e Espanhol. Até então o Câmpus era Avançado e ligado administrativamente ao Câmpus Videira.

Em julho de 2012, pela Portaria nº 952/2012, torna-se Câmpus Luzerna. Em 2014, iniciou-se a ampliação da estrutura física da unidade, onde foi construído um terceiro pavimento e ampliados os dois andares já existentes no edifício.

1.7.10 CÂMPUS RIO DO SUL

O Instituto Federal Catarinense Câmpus Rio do Sul, antiga Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul (EAFRS), teve sua origem intimamente ligada a problemas econômicos e sociais percebidos a partir da década de 70 na região do Alto Vale Catarinense. Após um estudo da situação da agricultura regional, houve uma mobilização política pró-criação da EAFRS. Em 1986, após quinze anos de mobilização, o projeto foi oficializado. Em 30 de junho de 1993, pela Lei Federal nº 8.670, foi criada a EAFRS.

As atividades letivas iniciaram no dia 05 de junho de 1995. A primeira turma do curso de Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária teve 120 alunos matriculados, dos quais 89 colaram grau no dia 06 de junho de 1998. Já se formaram 1700 alunos de 128 municípios, oriundos dos municípios que compõem a região do Alto Vale do Itajaí, de diversos estados e também de países como Argentina e México. O segundo curso ofertado, que teve início em 1998, foi o Curso Técnico Florestal integrado com o ensino médio, que em 2005 passou a ser ofertado também na modalidade subsequente. O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente iniciou suas atividades no ano de 2000. Em 2003, teve início o Curso Técnico em Agroecologia Integrado com o Ensino Médio.

Ainda como Escola Agrotécnica Federal, em 2008, iniciou-se o primeiro curso de nível superior, o Curso de Tecnólogo em Horticultura. Com a incorporação ao Instituto Federal Catarinense em 2009, iniciaram-se os cursos superiores de Agronomia na Unidade Sede e os cursos de Ciência da Computação e Licenciatura em Matemática na Unidade Urbana. Os cursos técnicos subsequentes de Informática, Agrimensura e Eletroeletrônica iniciaram suas atividades na Unidade Urbana do Câmpus Rio do Sul em 2009. A Licenciatura em Física foi implantada no ano seguinte. Já em 2014, o Curso Técnico de Informática deixa de ser subsequente e passa a ser oferecido na modalidade integrado.

Com a pactuação entre o IFC e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), o Câmpus Rio do Sul passa a oferecer três cursos técnicos: Agropecuária, em 2012, na unidade remota do município de Taió; Aquicultura, em 2013, na unidade remota do município de Pouso Redondo e, no mesmo ano, o curso de Administração, em Rio do Sul.

Com a criação do Instituto Federal Catarinense Câmpus Rio do Sul, a instituição ampliou o seu foco inicial, voltado aos cursos da área agrícola, para novas áreas tecnológicas. Com um quadro de professores qualificados, o IFC Rio do Sul oferece à população da região do Alto Vale do Itajaí cursos técnicos e superiores públicos, gratuitos e de qualidade.

A Unidade Sede, localizada na Serra Canoas, disponibiliza aos alunos uma estrutura com laboratórios, biblioteca, internato masculino e feminino, refeitório, ginásio, campos de futebol, unidades de ensino e pesquisa nas áreas agrícola, agroecológica, florestal e zootécnica, esta última dividida em animais de pequeno, médio e grande porte. Além da Unidade Sede, para melhor atender às demandas e estar mais próximo do público, o IFC Rio do Sul possui uma Unidade Urbana, localizada na região central de Rio do Sul, que disponibiliza aos seus acadêmicos laboratórios de informática, eletroeletrônica, agrimensura, matemática e física, salas de aula, auditório e biblioteca. As novas condições de estruturas funcionais favorecem a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

1.7.11 CÂMPUS SÃO BENTO DO SUL

A chegada do Instituto Federal Catarinense a São Bento do Sul se insere no plano de expansão – fase III e na história e no planejamento do Parque Científico e Tecnológico do município. Pode-se dizer que a história do Câmpus de São Bento do Sul teve início com os planejamentos realizados pela ACISBS (Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul), cuja busca por um Instituto Federal (IF) objetivava a ampliação do Parque Científico e Tecnológico no município.

A trajetória para tornar São Bento do Sul uma cidade focada em pesquisa, ciência e tecnologia não é recente. Após estudos, mostrou-se viável a criação de uma fundação municipal que se dedicasse à pesquisa e à formação de mão de obra técnica especializada para o setor moveleiro. Em 1975 foi sancionada a Lei Municipal 149, que instituía a Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa (FETEP) (TAMANINE et al., 2014).

No ano de 2005, esta fundação iniciou suas atividades em uma sede provisória, junto às dependências da ACISBS no bairro Colonial. Na sequência, ela foi transformada numa incubadora tecnológica, doravante denominada ITFETEP, a qual foi criada para atender e estimular, prioritariamente, empreendimentos na região que pudessem promover a diversificação da economia regional e atender a cadeia produtiva madeira-móveis através do incentivo à inovação tecnológica em seus processos, produtos e serviços.

Em 2011, iniciou-se a construção da sede própria, após a manifestação da intenção de doação de um terreno para construção de um IF (Instituto Federal) no município. Em dezembro deste mesmo ano aconteceu a assinatura oficial da escritura, repassando um terreno de 42.547,18 m2 da ACISBS/FETEP, localizado no bairro Centenário, para o Instituto Federal Catarinense. Em abril de 2014, no Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper, ocorreu o lançamento da pedra fundamental do Câmpus São Bento do Sul.

Em 2011 foi realizada a primeira audiência pública, com o objetivo de fazer um levantamento de informações, sugestões para cursos e eixos tecnológicos para serem trabalhados no futuro câmpus.

Depois de referendados os eixos-tecnológicos para o câmpus, serão iniciados em 2016 a implantação de cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, a licenciatura e a graduação. Os cursos serão referendados em audiência pública com a comunidade e terão abrangência regional.

1.7.12 CÂMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL

O Câmpus São Francisco do Sul teve seu funcionamento autorizado através da Resolução Ad Referendum nº 006/2011, do Conselho Superior, em 28/02/2011. Iniciou como Câmpus Avançado, vinculado administrativamente ao Câmpus Araquari, e ganhou autonomia em 23 de abril de 2013, com a Portaria 330/MEC. As atividades de ensino foram iniciadas em março de 2010, com o Curso Técnico em Informática para Internet, na modalidade subsequente, realizado em uma sala de aula cedida pela Escola Municipal Franklin de Oliveira, no bairro Reta. Até então, o quadro de servidores era de 3 técnico-administrativos e 4 docentes.

No início de 2012, a Prefeitura Municipal efetivou a doação de um terreno de 35 mil m² no km 9 da Rodovia Duque de Caxias, SC-301, no bairro Iperoba. As obras foram iniciadas ainda em 2012, com levantamentos topográficos, e o término da construção está previsto para o ano de 2014. Serão investidos R$ 7,2 milhões na construção do câmpus e R$ 5 milhões na infraestrutura do local, para, por exemplo, montagem dos laboratórios e implantação da biblioteca.

O câmpus oferece, desde 2011, o curso Técnico em Secretariado, na modalidade subsequente, e o curso superior de Tecnologia em Redes de Computadores, ambos noturnos. Em agosto de 2013, passou a oferecer o curso superior de Tecnologia em Logística. Além disso, há desde 2012 diversos cursos vinculados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado em 2011 pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. São eles: Montagem e Manutenção de Computadores; Comércio Exterior; Técnico em Eventos; Condutor Ambiental Local; Bombeiro Profissional Civil; Auxiliar de Serviços em Comércio Exterior; Aquicultor; Auxiliar Administrativo; Operador de Computadores; Inglês Básico; Monitor de Recreação; Montador e Reparador de Computadores.

Em 2014, o câmpus passou a oferecer o curso Técnico em Administração, na modalidade subsequente e, nos próximos anos, o Câmpus São Francisco do Sul pretende atuar em quatro grandes eixos técnico-técnológicos: Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Hospitalidade e Lazer, Ambiente e Saúde. A intenção é oferecer Ensino Técnico (Integrado ao Ensino Médio e Subsequente), graduação tecnológica, licenciatura e pós-graduação. A partir de 2015, serão ofertadas vagas para o Curso de Ensino Médio Integrado ao Técnico em Administração.

1.7.13 CÂMPUS SANTA ROSA DO SUL

A antiga Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS/SC), hoje Instituto Federal Catarinense Câmpus Santa Rosa do Sul, está localizada a 15 km da rodovia BR-101 no município de Santa Rosa do Sul, um dos 15 municípios que fazem parte da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC). A Instituição foi inaugurada em 5 de abril de 1993, passando a ser denominada Escola Agrotécnica Federal de Sombrio por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Foi transformada em Autarquia Federal, com a mesma denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, em 16 de novembro de 1993, por meio da Lei nº. 8.731. Em 28 de março de 1994 entrou em funcionamento.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou-a em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense Câmpus Sombrio. Em junho de 2014, o nome é simplificado para IFC Câmpus Santa Rosa do Sul por meio da portaria do MEC nº 505/2014, publicada no DOU de 11/06/2014, p. 18, seção 1.

O IFC Santa Rosa do Sul é, atualmente, ponto de referência na região de sua abrangência. O fato de a atividade agropecuária destacar-se na região da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense confere à atuação do Câmpus Sombrio grande relevância para a região, pois proporciona qualificação à sua população. Entretanto, atualmente, não somente a área agropecuária é foco de atuação do câmpus, mas também as áreas de informática, turismo e matemática.

Ao longo dos anos de existência do câmpus, várias foram as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas fora da sua sede, podendo ser destacadas a execução do curso Técnico em Turismo, com turmas externas nos municípios de Sombrio e Araranguá, nos anos de 2000 a 2003 e do curso Técnico em Informática, no município de Turvo, nos anos de 2010 a 2012. O câmpus também ofertou o curso Técnico em Enfermagem em convênio com o Senac no município de Santa Rosa do Sul nos anos 2001 a 2002.

Desde o início de suas atividades, o câmpus oferece cursos técnicos de nível médio. Atualmente são ofertados o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, o Curso Técnico em Agropecuária Subsequente e o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Em 2009 o câmpus ampliou sua atuação, incluindo os cursos superiores, e atualmente oferta os seguintes cursos: Licenciatura em Matemática, Tecnologia em Redes de Computadores, Tecnologia em Gestão de Turismo e Engenharia Agronômica.

1.7.14 CÂMPUS SOMBRIO (AVANÇADO)

O Instituto Federal Catarinense Câmpus Avançado Sombrio está localizado no centro do município de Sombrio e conta com uma estrutura de 1.008,54 m2 de área construída, composta de salas de aula, biblioteca, laboratórios e ambientes administrativos diversos.

Tem a sua história atrelada à implantação e crescimento do câmpus Sede, instalado em Santa Rosa do Sul, e atualmente denominado Câmpus Santa Rosa do Sul. Com a expansão da Rede Federal, a partir de 2009, as ações do Câmpus Sede foram ampliadas para Sombrio, criando-se assim a unidade descentralizada urbana, denominada inicialmente Núcleo Avançado de Sombrio, posteriormente Unidade Urbana de Sombrio e, por último, a partir da publicação da portaria do MEC nº 505/2014, publicada no DOU de 11/06/2014, passa a ser denominada Câmpus Avançado Sombrio.

O movimento de criação deste câmpus busca apresentar soluções técnicas para os arranjos produtivos locais, proporcionando o acesso e gerando novas tecnologias a partir da formação do jovem que cursa o ensino médio integrado ao Curso Técnico de Informática e fomentando as carreiras de nível superior com cursos de Tecnólogo em Gestão de Redes de Computadores, Tecnólogo em Gestão de Turismo e Licenciatura em Matemática.

Além dos cursos regulares, também são ofertados cursos nas modalidades de Formação Inicial e Continuada (FIC) e desenvolvidas atividades de pesquisa e extensão ligadas a projetos concebidos pelo corpo de servidores da instituição.

A correta estruturação de todos os ambientes, a gestão adequada do bem público e a necessidade de atendimento dos anseios da sociedade com relação ao câmpus requer uma crescente disponibilização de recursos humanos, financeiros e de bens, fator que serve de mola propulsora para que o câmpus esteja em constante mudança e crescimento.

1.7.15 CÂMPUS VIDEIRA

O Instituto Federal Catarinense Câmpus Videira iniciou suas atividades pedagógicas em 06 de março de 2006, como extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (EAFC), tendo seu funcionamento autorizado pelo convênio 036/2005. O Curso Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária e ênfase na Gestão da Propriedade Familiar foi pioneiro da unidade, sendo que em 14 de junho de 2008 foi realizada a formatura da primeira turma.

O curso foi viabilizado por meio de convênio entre a EAFC e a Prefeitura Municipal de Videira, que teve papel fundamental, cedendo o apoio administrativo, o corpo docente e a destinação do espaço físico da Escola de Educação Básica Criança do Futuro (CAIC), onde as aulas foram ministradas.

Visando expandir a EAFC em Videira e ampliar a oferta de cursos na cidade, em 27 de dezembro de 2007, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) cedeu em comodato uma área de 235.989,5 m² (23,5 hectares), onde em 05 de maio de 2008 iniciaram-se as obras para construção de salas de aulas e laboratórios, ginásio, cantina, biblioteca, auditório e bloco administrativo. As obras foram concluídas em 2010. No ano seguinte, em 2011, ocorreu a construção da guarita, de 04 laboratórios, anexo do ginásio e o bloco pedagógico, no pavimento abaixo da biblioteca. No final de 2011 iniciaram-se as obras para pavimentação do câmpus.

Atualmente encontra-se em construção o novo bloco de salas de aula, com 2.650 m², que contará com 16 novas salas, além de almoxarifado, patrimônio, arquivo permanente e serviços gerais (cuja conclusão está prevista para maio de 2015) e o barracão, com 280,80 m², que servirá para o abrigo de máquinas e equipamentos (cuja finalização deve ocorrer em junho de 2014). No segundo semestre de 2014 iniciou-se a licitação da construção de um refeitório no câmpus.

Com a publicação da Lei 11.892 (29 de dezembro de 2008), que criou os Institutos Federais, as Escolas Agrotécnicas de Concórdia, Sombrio e Rio do Sul foram integradas e passaram a ser câmpus do Instituto Federal Catarinense. A partir da Portaria nº 04, publicada em 07 de janeiro de 2010, o Ministério da Educação estabeleceu a relação de todos os câmpus que integrariam cada um dos 38 IFs criados no Brasil. Com isso, a unidade que funcionava em Videira como extensão de Concórdia foi elevada à condição de Câmpus Videira do Instituto Federal Catarinense, com autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira.

O Câmpus Videira, em seu novo espaço, foi inaugurado em 01 de fevereiro de 2010, sendo que as aulas iniciaram em 26 de abril do mesmo ano com os cursos técnicos concomitantes e subsequentes em Agropecuária, Eletroeletrônica e Informática. No segundo semestre do mesmo ano, passou a ofertar o curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho. Em 2011 houve expansão na oferta de vagas, sendo mantida a modalidade subsequente e criada a modalidade integrada ao Ensino Médio para os cursos de Informática, Agropecuária e Eletroeletrônica. Em 2011, também foi criado o bacharelado de Ciência da Computação e as especializações em Desenvolvimento Web, Desenvolvimento Rural e Agronegócio e Educação com ênfase nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No mesmo ano foram oferecidos cinco cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC): Espanhol, Inglês, Toques e Cantos, Violão Popular e Informática Básica.

Ainda em 2011, numa parceria inédita com a Universidade Federal de Santa Catarina, o IFC Videira ofertou o curso técnico de Agropecuária Agroecológica, em regime de concomitância externa, na Escola de Educação Básica 25 de Maio, no Município de Fraiburgo/SC, oferecendo formação técnica aos filhos de agricultores do Assentamento Vitória da Conquista. O curso, primeiro realizado fora da sede do câmpus, teve duração de 2 anos e 21 alunos formados. Em 2012 iniciaram-se as aulas do curso de Pedagogia, a primeira licenciatura criada no Câmpus.

2. Do Projeto Pedagógico Institucional

2.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO

A proposta dos Institutos Federais é agregar à formação acadêmica a formação para o trabalho. Entende-se que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve subsidiar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. Neste sentido, o exercício pedagógico propõe-se a encontrar o equilíbrio entre a formação humana e a formação profissional, orientado pelo diálogo, pela integração dos saberes, pelos princípios da democracia, da autonomia e da participação crítica, visando a autonomia intelectual do educando.

Para proporcionar essa educação, busca-se uma concepção teórica fundamentada na abordagem filosófica do materialismo histórico e dialético. Chauí (1995, p.414) assim explica essa abordagem:

> [...] materialismo, porque somos o que as condições materiais (...) nos determinam a ser e a pensar. Histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nascem da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo.

Nesta perspectiva os seres humanos fazem sua história, ao mesmo tempo em que são determinados por ela. Sendo assim, para o processo metodológico, buscamos a opção por um enfoque histórico-cultural de aprendizagem, que tem como um de seus principais precursores Vygotsky. Esse autor (1993; 2001), defende a ideia de que as funções mentais superiores são o produto da história socialmente construída e reflexo das relações dialéticas sujeito e mundo, sendo que a mente é uma construção social e cultural. A teoria histórico-cultural evidencia também que o sujeito, da mesma forma que sofre a ação dos fatores sociais, culturais e históricos, também pode agir de forma consciente sobre estas forças, isto sem o rompimento entre a dimensão biológica e simbólica que o constitui.

Diante dessa perspectiva de educação, o processo de ensino-aprendizagem considera que os sujeitos estão inseridos em um contexto histórico, capazes de agir e refletir sobre o mundo, objetivando transformá-lo. Assim, os princípios metodológicos devem estar pautados na interação das relações entre os sujeitos envolvidos, propiciando uma formação humana que integre todas as dimensões da vida no processo educativo.

Em consonância com esta concepção se encontram as Políticas de Ensino do IFC, que visam atender tanto a educação básica quanto o ensino superior.

2.2 POLÍTICAS DE ENSINO

As políticas de ensino, que visam atender tanto a educação básica quanto o ensino superior, estão demarcadas pela atuação dos Institutos Federais. Estas trazem na sua concepção a educação profissional e tecnológica como um

> processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético -políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder (BRASIL, 2003, p.10).

Uma política de ensino ajustada aos princípios desta concepção pedagógica compreende a organização curricular dos Institutos Federais como um espaço ímpar de construção de saberes, cuja proposta se constrói através da verticalização dos currículos, possibilitando o diálogo simultâneo e de forma articulada entre educação básica e pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear.

Desta maneira, os Institutos Federais, enquanto locus de oferta de educação de qualidade social nos diversos níveis e modalidades de ensino, precisam se relançar constantemente aos desafios de reconstruir, de redefinir conceitos e ações orientadoras visando o estabelecimento de novas práticas pedagógicas. Isso pressupõe políticas e ações que promovam a interdisciplinaridade, a contextualização de conhecimentos (gerais, éticos, humanos, técnicos e tecnológicos), a investigação científica e a interação com as diversas instâncias sociais, objetivando dirimir as fragilidades e qualificar as comunidades locorregionais.

As ações do Ensino propostas pelo Instituto Federal Catarinense estão reguladas pela Lei 11.892/2008, pelo Acordo de Metas e Compromissos firmado pelo MEC/SETEC e IFC, pelas metas definidas no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) e pelos princípios pedagógicos definidos neste PDI.

2.2.1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

A concepção Institucional de formação técnica está alicerçada nos seus sentidos filosófico, epistemológico e político explicitados por Ramos (2010), ao vislumbrar-se a possibilidade de se ter num espaço de tempo mais imediato a efetivação de práticas educativas emancipatórias e, no horizonte, a construção de sujeitos emancipados.

Em relação ao sentido filosófico do Ensino Médio Integrado, Ramos (2010) apresenta uma concepção de formação humana que toma a perspectiva da integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos de modo a integrar, de forma unitária, as dimensões fundamentais da vida: o trabalho (como princípio educativo), o conhecimento (ciência e tecnologia) e a cultura.

O trabalho é concebido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana (BRASIL/MEC, 2007, p. 43). Portanto, constitui-se num princípio educativo que possui um duplo sentido: um sentido ontológico e um sentido histórico. Em relação ao sentido ontológico, é tido como práxis humana pela qual o homem produz a sua própria existência na relação com a natureza e os outros homens, produzindo conhecimentos que apropriados socialmente propõem-se a transformar as condições naturais da vida, as potencialidades e os sentidos humanos, e portanto induz à compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, constituindo-se assim em princípio organizador da base unitária do ensino médio. Em seu sentido histórico, transformado em trabalho assalariado e, portanto, como uma categoria econômica e

práxis produtiva, também produz conhecimentos, logo também é princípio educativo no ensino médio, uma vez que ao colocar exigências específicas para o processo educativo visa a participação direta dos membros da sociedade no trabalho, fundamentando e justificando a formação específica para o exercício de uma profissão (BRASIL/MEC, 2007, p. 46-47).

Em relação à concepção de ciência, o Documento Base do Ensino Médio Integrado parte da ideia de que esta constitui a parte do conhecimento melhor sistematizado e transmitido para diferentes gerações, que pode ser questionado e superado historicamente, dando origem a novos conhecimentos, deliberadamente expressos na forma de conceitos representativos das relações determinadas e apreendidas da realidade considerada, produzida e legitimada socialmente em perspectiva histórica a partir da necessidade da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais (BRASIL/MEC, 2007, p. 44).

Quanto à tecnologia, esta é concebida como uma mediação entre a ciência (apreensão e desvelamento do real) e a produção (intervenção no real), que, em perspectiva histórica, estão estreitamente ligadas ao avanço da ciência como força produtiva (revolução industrial, taylorismo, fordismo e toyotismo). Assim, identificam-se duas relações entre ciência e tecnologia: a primeira é que tal relação se desenvolve com a produção industrial; a segunda é que esse desenvolvimento visa à satisfação de necessidades sentidas pela humanidade, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas (BRASIL/MEC, 2007, p. 44).

A cultura, por sua vez, é definida como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização. É um processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social.

> Uma formação integrada, portanto, não somente possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social, assim como a apropriação de referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade, que se vê traduzida ou questionada nas manifestações e obras artísticas (BRASIL/MEC, 2007, p.45).

Assim, compreende-se como indispensável que tais categorias estejam circunscrevendo as práticas pedagógicas desenvolvidas em cada um dos câmpus, para que seja possível realizar uma formação integrada e omnilateral. Usa-se o conceito de Frigotto para formação omnilateral:

> Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza (2012, p.265).

Tendo em vista que a educação omnilateral dos sujeitos não está dada, e que, portanto, é uma construção que se dá nas relações sociais, é necessário tomar o conhecimento a partir de uma perspectiva de totalidade. Assim, concebe-se que o Ensino Médio Integrado também possui um sentido epistemológico, que toma o conhecimento na perspectiva da totalidade, compreendendo os fenômenos tanto naturais quanto sociais como síntese de múltiplas relações às quais o pensamento se dispõe a apreender. Implica uma unidade entre os conhecimentos gerais e específicos, bem como a relação entre parte e totalidade na organização curricular. Daí advém a necessidade das abordagens contextualizadas e ações integradas em seus diferentes níveis no currículo dos cursos de Ensino Médio Integrado, de modo a estabelecer relações dinâmicas e dialéticas entre os contextos em que os conhecimentos foram e que são construídos e implementados.

A Educação Profissional Técnica de nível médio é assegurada pela legislação vigente e habilita jovens e adultos para o exercício de profissões técnicas. Pode-se considerar a formação no ensino médio como última etapa da educação básica. Em especial na forma integrada, a educação profissional técnica de nível médio

> representa a oportunidade ótima de realização dos princípios do nível médio da educação básica, em virtude da experiência pedagógica integradora entre os fundamentos científicos e apropriações culturais e o processo produtivo em geral, manifesto pela particularidade de sua habilitação técnica (RIBEIRO, 2010a).

Reafirma-se que a educação profissional de nível médio deve representar, no mínimo, 50% do total das vagas ofertadas pelos Institutos Federais, em atendimento à Lei 11.892/2008, ao Acordo de Metas e Compromissos e à Meta 11 do PNE, que objetiva triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio.

Para o atendimento dessas metas, o IFC ofertará educação profissional técnica de nível médio desenvolvida de forma articulada com o ensino médio e de forma subsequente. Atendendo às determinações da Lei 11.741/2008, a forma articulada pode ser desenvolvida nas seguintes possibilidades:

> **I.** integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;
>
> **II.** concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:
>
> a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
>
> b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
>
> c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado (BRASIL, 2008c, p.2).

O IFC optou pela oferta de formação profissional técnica nas formas integrada e subsequente. Aquela deve considerar que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio orienta-se pelos princípios do currículo integrado e pela estruturação em eixos tecnológicos que compõem o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; já essa se destina àqueles que já concluíram o ensino médio e procuram uma qualificação profissional para se inserirem no mundo do trabalho, buscando uma formação profissional técnica baseada na formação que lhes possibilite a aprendizagem ao longo da vida para a (re)construção de seus projetos futuros.

A forma concomitante também está prevista nas possibilidades de oferta em articulação com a educação básica, porém, esta deve ser ofertada apenas com concomitância externa.

2.2.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PROEJA-FIC

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 39, apregoa que "a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva". Observa-se aqui que a integração da educação profissional com o processo produtivo, com a produção de conhecimentos e com o desenvolvimento científico-tecnológico é, antes de tudo, um princípio a ser seguido, uma vez que já está previsto na lei que rege a educação nacional.

Seguindo os preceitos da lei, e buscando atender de forma mais abrangente os jovens e adultos trabalhadores vitimados pelos processos de exclusão social, surge o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Instituído pelo Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos é dirigido aos jovens acima de 18 anos sem o ensino médio e sem formação profissional formal.

Este Programa tem como objetivo integrar ou articular a educação (formação) profissional à educação básica com o mesmo padrão de qualidade e de forma pública, gratuita, igualitária e universal, aos jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional ou a ele não tiveram acesso nas faixas etárias denominadas regulares. Esta formação específica e continuada é uma necessidade permanente para os jovens e adultos trabalhadores, retomando assim os princípios ético-políticos já presentes no campo da EJA, como direito à educação, à formação humana e a busca de universalização do ensino médio, com vistas à elevação da escolaridade. O Programa tem seu projeto educacional fundado na

> integração entre trabalho, ciência, técnica e tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições para o efetivo exercício da cidadania (DOCUMENTO BASE, 2007, p1).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CEB nº 11/2000), consoante com a nova LDB, apontam, então, três funções como responsabilidade da educação de jovens e adultos: reparadora (restaurar o direito de uma escola de qualidade), equalizadora (restabelecer a trajetória escolar), qualificadora (propiciar a atualização de conhecimentos por toda a vida).

Portanto, as finalidades e funções específicas desta modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos

> indicam que em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito (Parecer CEB no 11/2000).

O IFC ofertará esta modalidade de ensino em todos os seus câmpus, não apenas atendendo o previsto no decreto 5.840/2006, o qual determina que 10% do total das vagas para os cursos de nível médio sejam destinadas ao PROEJA, mas também cumprindo a função social desta Instituição, que é a de atender esse público que não teve a oportunidade de acesso à educação básica ou não a concluiu na faixa etária regular indicada na legislação brasileira.

Os projetos pedagógicos destinados a este público e modalidade podem ser organizados na forma integrada ou articulada à Educação Básica. Os procedimentos didático-pedagógicos, matrizes curriculares, metodologias de ensino e aprendizagem devem considerar a especificidade e singularidade deste público. Nesta perspectiva, entende-se que o aprendizado não ocorre somente no espaço escolar, pois a Educação de Jovens e Adultos atende a um público que possui uma vasta bagagem de conhecimento empírico, construído de forma difusa e não-sistemática e que deve ser levado em consideração na construção de novos conhecimentos.

2.2.3 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO

Os cursos de Graduação ofertados pelo IFC visam garantir uma formação integral e crítica para os discentes como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, formação para o trabalho e seu pleno desenvolvimento pessoal.

A oferta deste nível nesta Instituição de Ensino aspira à universalidade e é definida por sua autonomia intelectual e pelo ideal de democratização do saber. Assim, tem por objetivo garantir o direito dos cidadãos ao ingresso no nível superior, pois, na qualidade de direito, este deve ser universal. Enquanto instituição pública, de acordo com Chauí, esta garantia perpassa "tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver, sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada".

Assim como os demais, a educação superior representa um dos níveis educacionais que compõem o sistema educativo. Está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e caracteriza-se, principalmente, pela ênfase na formação profissional em diferentes áreas do conhecimento. O ingresso a este nível de ensino para estudantes que concluíram a etapa da educação básica dar-se-á por processo seletivo.

De acordo com o art. 43 da LDB, são finalidades da educação superior:

I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Ainda, os Institutos Federais devem promover esta oferta educacional de acordo com a Lei 11.892/08, que define:

I. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

II. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

III. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

IV. cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

V. cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Esta oferta é ratificada pelo PNE (2011-2021) nas Metas 12, 13 e 14, que tratam, respectivamente: da elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; da elevação da qualidade da Educação Superior e ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício; e, finalmente, da elevação gradual do número de matrículas pós-graduação *stricto sensu*.

O curso superior de tecnologia deve contemplar a formação de um profissional apto a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades em uma determinada área profissional e deve ter formação específica para aplicação e desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica, difusão de tecnologias, gestão de processos de produção de bens e serviços, desenvolvimento da capacidade empreendedora, manutenção das suas competências em sintonia com o mundo do trabalho e desenvolvimento no contexto das respectivas áreas profissionais.

A permanente ligação dos cursos de tecnologia com o meio produtivo e com as necessidades da sociedade colocam o IFC em uma excelente perspectiva de contínua atualização, renovação e autorreestruturação. O curso superior de tecnologia é essencialmente um curso de graduação, com características diferenciadas, de acordo com o respectivo perfil profissional de conclusão.

Os cursos superiores de Licenciatura estão em consonância com a Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura e de graduação plena. Essas diretrizes se constituem em um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2002).

Neste sentido, o IFC tem como base a busca de conexões entre a formação de professores para a Educação Básica e a formação para a Educação Profissional. A Instituição tem como desafio buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o conhecimento de forma integrada e verticalizada.

Propõe-se nos cursos de Licenciatura, em consonância com as normas do MEC, organizar um desenho curricular flexível, tendo os componentes práticos integrados aos conteúdos teóricos por meio do emprego de ambientes de aprendizagem e de projetos integradores interdisciplinares, estruturados com base curricular comum às áreas de conhecimento e com forte embasamento na práxis associada à educação profissional. Complementa-se também com a necessidade de atender as demandas regionais na formação de pessoal docente apto a atuar na Educação Básica e também nos cursos de Ensino Médio regular e/ou integrado aos cursos técnicos.

Ainda, neste contexto, o IFC tem o pleito de constituir-se centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.

Os cursos de Bacharelado objetivam a formação do profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo. Delineia-se, assim, o perfil de um profissional capacitado a compreender e a produzir novas tecnologias em áreas específicas, atuando crítica e criativamente na identificação e na resolução de problemas. Em atendimento às demandas da sociedade, essa formação, sob perspectiva ética e humanística, prioriza aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais (BRASIL, 2002).

2.2.4 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Instituto Federal Catarinense se propõe a ser empreendedor na implantação da modalidade de Educação a Distância, nos diferentes níveis de ensino. A implantação da educação a distância tem por objetivo propiciar a formação profissional, em diversos níveis (formação inicial e continuada, técnico, tecnológico e pós-graduação) na modalidade de educação a distância, a fim de levar os cursos para as regiões distantes geograficamente do Instituto Federal Catarinense, representado pelos câmpus, e para a periferia dos grandes centros/cidades do Estado de Santa Catarina, incentivando os cidadãos a concluírem seus estudos e/ou se profissionalizarem.

Os cursos apresentados deverão atender a demanda pela formação (nível) identificada nos municípios, visando atender aos arranjos produtivos sociais locais de modo a fortalecer as relações da Instituição com o mundo do trabalho nos espaços locorregionais, incentivando os cidadãos na retomada da formação educacional.

As diretrizes político-pedagógicas que orientam a EaD no IFC estão em consonância com a legislação nacional vigente e as demais resoluções que normatizam todo o seu processo educativo. Para sua implementação, deverão ser planejadas, em equipes multidisciplinares, ações pedagógicas que considerem especialmente as necessidades de aprendizagem decorrentes de demandas e características regionais.

2.3 INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

O conceito de inovação implica, conforme Masetto (2004), numa alteração conscientemente promovida visando à melhoria tanto da prática como dos resultados da ação educacional. Saviani (1989) ajuda na compreensão deste conceito, atrelando-o não só à mudança nos processos educativos, como também à finalidade desse processo. Para o autor, a inovação educacional diz respeito à utilização de outras formas, bem como "colocar a experiência educacional a serviço de novas finalidades".

Estudos desenvolvidos por Pereira *et al* (2010) indicam que a inovação curricular do ponto de vista da organização curricular tem, segundo Ferretti (1989), o significado tanto de propor atividades que promovam a integração de conteúdos como de propor conteúdos que derivam de outros referenciais, que vão além do relacionado ao campo específico da área disciplinar como, por exemplo, os conteúdos derivados de questões sociais, de meio ambiente e de questões culturais. Para o autor, em se tratando de inovação relacionada a métodos de ensino, inovar tem significado de criar métodos ou técnicas que favoreçam a integração de conteúdos e a integração social dos estudantes, bem como que estimulem a participação destes em outros níveis que não apenas o intelectual.

Além dessa perspectiva apontada, Pereira *et al* (2010), tendo por base Senge (1996), destacam que o autor chama atenção para outra atitude fundamental em qualquer inovação: abertura para aprender, para alterar conceitos e ideias, para assumir novos comportamentos e atitudes, para repensar a cultura pessoal e organizacional, para mudar crenças, adquirir novos conhecimentos e aderir a novas formas de pensar e agir. A dimensão da inovação é, portanto, mais ampla que uma simples renovação, pois é uma mudança deliberada e conscientemente assumida (PEREIRA *et al*, 2010, p. 202).

Outro aspecto a ser considerado é o de que as Políticas Educacionais, expressas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), bem como pelas Diretrizes Nacionais para a EBTT e Superior, indicam as possibilidades de inovação curricular, especialmente por meio do processo de flexibilização dos componentes curriculares, como forma de respeitar as singularidades/peculiaridades das instituições de ensino.

Por isso, o IFC compromete-se com processos de inovação educacional e curricular, tendo por base a finalidade da educação pública que é a "qualidade social" (PNE, 2011-2021). São inovações consideradas significativas no contexto do IFC:

I. não dissociar ensino, pesquisa e extensão,
II. o ensino com pesquisa,
III. o trabalho como princípio educativo,
IV. a formação integral,
V. metodologias ativas de aprendizagem: aprendizagem baseada em problema e metodologia de problematização,
VI. temas transversais, como educação ambiental (na ambientalização do currículo), princípio da inclusão, questões relacionadas ao respeito ao idoso e étnico-raciais, educação para o trânsito, gênero e saúde alimentar, deverão ser preocupações constantes dentro dos projetos pedagógicos dos cursos.

Além dessas inovações, são propiciadas outras oportunidades diferenciadas de integralização curricular, como as disciplinas optativas e/ou eletivas, aproveitamento de extraordinário saber, atividades curriculares complementares, disciplinas ou cargas horárias parciais a distância, maior fluidez e dinamização no percurso acadêmico pela minimização de pré-requisitos, atividades de intercâmbio e mobilidade acadêmica que permitem ao acadêmico cursar disciplinas em outros cursos e instituições conveniadas.

As políticas de ensino apresentadas são materializadas pelos cursos ofertados no IFC, os quais são normatizados pela Organização Didática dos Cursos, Resolução n. 023 CONSUPER/2009, Resolução n. 057 CONSUPER/2012 e outras resoluções pertinentes, aprovadas pelo Conselho Superior, disponíveis no site da Instituição.

2.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

Os limites e possibilidades da Rede Federal de EPCT impactam diretamente o desenvolvimento da Extensão. Verificam-se desafios, avanços e possibilidades. Entre os avanços, destacam-se dois. Primeiramente, a institucionalização da atividade extensionista. É *mister* citar a Constituição Brasileira (1988), que preceitua a indissociabilidade entre o Ensino, a Extensão e a Pesquisa; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que confere importância às atividades extensionistas; e a destinação, feita pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), que destina 10% da creditação curricular a ações de extensão.

O segundo avanço relaciona-se com a priorização da Extensão em vários programas e investimentos do Governo Federal, entre os quais dois, desenvolvidos no âmbito do MEC, merecem destaque: o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e o Programa de Educação Tutorial (PET). É preciso ressaltar, tendo em vista os espaços em que a extensão ainda não foi normatizada ou ainda não é implementada, sua relevância para a renovação da prática e métodos acadêmicos. Sem as ações extensionistas, está-se vulnerável à repetição dos padrões conservadores, que reiteram a endogenia, obstaculizando o cumprimento da missão dos Institutos Federais.

A implantação de normatizações próprias e a implementação de ações extensionistas, objetivando a promoção de transformações na Rede Federal de EPCT, devem ser orientadas pelo conceito e diretrizes da Extensão.

Fruto de longo, amplo, aberto e continuado debate no âmbito do Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como da experiência extensionista dos servidores do Instituto Federal Catarinense, apresenta-se o conceito de Extensão:

> A extensão no âmbito do Instituto Federal Catarinense é um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

Assim conceituada, a Extensão denota uma postura dos câmpus do IFC nas sociedades em que se inserem. Seu escopo é o de natureza processual multifacetada, pretendendo promover transformações não somente na comunidade interna, mas também nos segmentos sociais com os quais interage. O conceito de Extensão e entendimentos pactuados no âmbito do FORPROEXT cumprem função *sine qua non* na orientação de nossa práxis extensionista. Ademais, à luz da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal, são estas, destarte, as diretrizes propostas pelo Instituto Federal Catarinense:

I. Interação dialógica: pretende-se fazer ações COM a comunidade. As relações entre o IFC e a comunidade são marcadas pelo diálogo, pois entende-se a importância do processo de troca entre os saberes popular e acadêmico. Dessa forma, nossa prática extensionista ocorre como ação de via dupla com os atores sociais que participam da ação.

II. Indissociabilidade com o ensino e a pesquisa: promove-se uma nova visão de aprendizagem, integrando a ela o processo de produção do conhecimento, a qual é entendida como princípio intrínseco e essencial para formação acadêmica dos discentes. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa).

III. Impacto e Transformação: entende-se que as atividades extensionistas constituem aporte decisivo para a formação humana do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as questões sociais, facilitando a apropriação de compromissos éticos e sociais; ademais, entende-se que as atividades de extensão atendem aos arranjos produtivos, culturais e sociais em consonância com a realidade das comunidades locais e regionais. Há forte caráter de promoção da autonomia da comunidade, principalmente daquelas em situação de vulnerabilidade social.

IV. Interdisciplinaridade: busca-se a integração de diferentes eixos tecnológicos, de áreas distintas do conhecimento, afirmando ações em convergência com as Áreas Temáticas cf. FORPROEXT: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho. Visa-se a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

V. Avaliação formativa: propõe-se o acompanhamento processual e qualitativo das ações. É de fundamental importância a avaliação da sociedade sobre as atividades do IFC, bem como a análise do impacto da ação extensionista na transformação tanto da comunidade como do próprio IFC, que pode ser percebida pela criação de novos cursos, estágios e linhas de pesquisa.

2.4.1 CONSTRUÇÃO DE INDICADORES ALINHADOS ÀS DIMENSÕES DE ATUAÇÃO EXTENSIONISTA NO IFC

A discussão sobre os indicadores de extensão tem sido colocada como uma pauta importante para que a extensão participe efetivamente da construção da matriz orçamentária do IFC, por meio do Censo PROEX. De modo a conferir legitimidade ao processo, é mister construir indicadores auditáveis (possíveis de verificação), mensuráveis (exprimíveis em valores numéricos) e comparáveis (similares a de outros IFs). Propõe-se, a seguir, um conjunto de indicadores alinhados às dimensões extensionistas consolidadas e às dimensões em via de normatização.

Quadro 3: Dimensão das atividades extensionistas e seus indicadores.

Seq.	Dimensão de atividades extensionistas	Indicadores
1	Programa de Extensão e Programa Governamental (Mulheres Mil, PROEXT, etc.)	número de programas registrados número de projetos registrados número e porcentagem de estudantes envolvidos número e porcentagem de servidores envolvidos número e porcentagem de estudantes bolsistas número e porcentagem de servidores bolsistas número de comunidades atendidas
2	Projeto de extensão	número de programas registrados número de projetos registrados número e porcentagem de estudantes envolvidos número e porcentagem de servidores envolvidos número e porcentagem de estudantes bolsistas número e porcentagem de servidores bolsistas número de comunidades atendidas
3	Curso de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, Curso de extensão	número de cursos ofertados [total e cf. modalidade e eixo tecnológico] número de estudantes matriculados número de estudantes concluintes carga horária dos cursos
4	Estágio e emprego	número de estudantes encaminhados para estágio número de estudantes encaminhados para emprego número de oferta anual de estágios número de oferta anual de empregos número de empresas cadastradas com oferta anual de estágio número de empresas cadastradas com oferta anual de emprego
5	Relação interinstitucional	número de convênios/parcerias com organizações do primeiro setor número de convênios/parcerias com organizações do segundo setor número de convênios/parcerias com organizações do terceiro setor
6	Evento	número e porcentagem de estudantes envolvidos número e porcentagem de servidores envolvidos número e porcentagem de estudantes bolsistas número e porcentagem de servidores bolsistas número de trabalhos aceitos número de certificados emitidos número de visitantes número de comunidades atendidas número de cidadãos atendidos
7	Prestação de Serviços	número de atendimentos [consultorias, assistências, assessorias, etc.]
8	Produção e publicação	número de livros, revistas, artigos publicados
9	Produtos e processos tecnológicos	número de convênios/parcerias nacionais e internacionais número de programas registrados número de projetos registrados número e porcentagem de estudantes envolvidos número e porcentagem de servidores envolvidos número e porcentagem de estudantes bolsistas número e porcentagem de servidores bolsistas número de comunidades atendidas
10	Acompanhamento de egressos	número de egressos no mundo do trabalho atuando no eixo tecnológico/área de formação número de egressos no mundo do trabalho atuando em outro eixo tecnológico/área que não a de formação número de egressos que verticalizaram o ensino no eito tecnológico/área de formação número de egressos que verticalizaram o ensino em outro eixo tecnológico/área que não a de formação
11	Empreendedorismo	número e porcentagem de estudantes envolvidos número e porcentagem de servidores envolvidos número de empresas residentes na incubadora número de empresas juniores número de empresas associadas à incubadora

As ações da Extensão também estão concentradas na Meta 12 do PNE, especificamente na estratégia 12.7, que propõe: assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.

A estratégia em questão reforça a compreensão de que a atividade de extensão é integrante do processo de produção de conhecimento, e não, como muito equivocadamente percebida, uma atividade à parte desse processo. A Extensão no âmbito do IFC deve ser entendida como dimensão intrínseca e fundamental para a formação acadêmica dos discentes, fortalecendo a consolidação da qualidade técnica, científica, tecnológica, esportiva e cultural, quando na integração com a sociedade por meio de ações de promoção e garantia de valores democráticos de igualdade e desenvolvimento social.

2.4.2 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

De acordo com o Regimento Geral do IFC, compete a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) planejar o desenvolvimento de ações para internacionalização da instituição e fomentar relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições estrangeiras. Para dar suporte a esses objetivos a PROEX conta com a Assessoria de Relações Internacionais (ARI) e Coordenação do Inglês sem Fronteiras, criados em 2013.

A ARI tem como objetivo principal a consolidação de acordos de cooperação com universidades estrangeiras, bem como dar suporte a alunos e servidores que participam de programas de intercâmbio. Atualmente a Pró-Reitoria de Extensão tem acordos com a Universidade de Ohio, com o programa *The Ohio Program*, que visa intercâmbio de estágio para alunos graduandos da área de ciências agrárias; e com o Programa Ciência sem Fronteiras, programa de mobilidade estudantil que tem como objetivo promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Até o presente ano, a instituição já encaminhou mais de 49 alunos através dos seus processos de seleção para intercâmbio. As próximas metas são aumentar o número de acordos vigentes e proporcionar o maior número possível de bolsas para ampliar o intercâmbio de alunos no exterior.

O Programa IsF surgiu para atender demandas do Programa Ciência sem Fronteiras e outros programas de intercâmbio governamentais, em parceria com os órgãos de fomento CAPES e CNPq, e objetiva incentivar o aprendizado do idioma inglês. O IFC possui um representante nomeado pelo reitor para intermediar as ações entre a instituição e a SESu/CAPES. O representante faz parte de um Ambiente Virtual de Gestão do IsF e participa ativamente de discussões sobre as ações e as implementações do Programa no âmbito do IFC. O Programa IsF conta com três ações específicas de apoio à aprendizagem da língua inglesa, caracterizadas pelos módulos descritos a seguir: [i] o módulo de ensino de inglês online – My English Online [MEO] - é um curso de autoestudo que enfatiza o desenvolvimento das habilidades de leitura, compreensão oral e gramática. Ele é dividido em cinco níveis e incorpora um acervo rico de vídeos produzidos pela National Geographic. O quinto nível se dedica a preparatórios para testes de proficiência em língua inglesa; [ii] o módulo de diagnóstico do nível de proficiência no idioma inglês. Em 2014, o IFC credenciou-se como Centro Aplicador e, em atendimento à Demanda 05/2014, tem a expectativa de que mais de 1000 mil testes TOEFL ITP sejam aplicados pelo Programa IsF em todos os seus câmpus; [iii] módulo de ensino presencial, realizado pelos Núcleos de Idiomas (NucLi), através dos quais os alunos podem acessar a oferta de aulas presenciais. A partir do diagnóstico do nível de língua inglesa dos estudantes de instituições de nível superior, como o IFC, o governo federal pretende desenhar políticas públicas voltadas à internacionalização e ao ensino de língua inglesa, dentre as quais propõe-se a instauração de NucLis no âmbito do Instituto Federal Catarinense.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação é parceira da Pró-Reitoria de Extensão, promovendo também ações de internacionalização, dentre as quais se destacam: realização de visitas e estágios de pesquisa em parceria com instituições de ensino superior estrangeiras, especialmente do Canadá e Austrália; tratativas com o fim de estabelecer convênios de cooperação, das quais já resultaram a participação de pesquisadores estrangeiros (Canadá e Itália) nos Seminários de Pesquisa Participante II e no Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFC, realizados, respectivamente, em 2013 e 2014. As próximas metas traçadas são aumentar o número de ações em conjunto com universidades estrangeiras, tanto para publicação de artigos como para participação em eventos de pesquisa. Para isso, pode-se destacar o Colóquio Brasil-Canadá (previstos para 2015 e 2016) e o Número Temático "Sustentabilidade" da Revista Em Aberto (INEP), publicado em 2014, com a contribuição de pesquisadores do IFC e de outras instituições brasileiras, canadenses e italianas.

O IFC tem como objetivo promover as ações de internacionalização não de forma isolada, mas sim de forma integrada, respeitando um dos seus princípios que é a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.5 POLÍTICAS DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

2.5.1 POLÍTICAS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Um dos grandes desafios da educação profissional e tecnológica está na busca de caminhos que possibilitem viabilizar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho. Assim, entende-se que a pesquisa na educação profissional estabelece uma estreita relação com o ensino e a extensão, uma vez que o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam, acompanhando o princípio da verticalidade.

Desta forma, no âmbito do IFC, a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisa preconizadas pela legislação vigente.

A integração da pesquisa com o ensino é concretizada por meio de estratégias pedagógicas contempladas nos currículos dos cursos, possibilitando aos discentes o envolvimento com métodos e técnicas de pesquisas e a compreensão das estruturas conceituais nas diferentes áreas do saber e de acordo com os diferentes níveis de formação. Da mesma forma, para acompanhar as tendências tecnológicas emergentes, a Instituição priorizará a formação continuada de profissionais pesquisadores, docentes e técnicos, por meio da realização de cursos de capacitação e de eventos para atualização e divulgação de resultados de pesquisas.

Nesse sentido, as diretrizes que orientam as ações da pesquisa, pós-graduação e inovação visam consolidar níveis de excelência nas atividades de pesquisa, especialmente nas aplicadas, por meio do estímulo ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e à extensão de seus benefícios à comunidade. Assim, os esforços são direcionados para que os conhecimentos produzidos possam contribuir com os processos locais e regionais, numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global, bem como para que tenham caráter inovador, para buscar a melhoria contínua desses processos. As estratégias, consequentemente, buscam fortalecer e consolidar os grupos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento em que o IFC atua, de acordo com as demandas sociais, econômicas e culturais locais, e, ainda, criar as condições necessárias para a promoção da pós-graduação, especialmente em nível *stricto senso*.

As diversas ações necessárias, com o objetivo de incentivar, promover e fortalecer os programas e projetos de pesquisa, serão realizadas pelos câmpus e pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, procurando-se favorecer o desenvolvimento integrado de pesquisas científicas e fortalecer os princípios da verticalidade e transdisciplinaridade. Para tanto, maior ênfase será dada ao reforço de um ambiente institucional para o desenvolvimento da pesquisa, por meio da definição de linhas de pesquisa por temas aglutinadores e abrangentes.

Desta forma, como diretrizes de Pesquisa do IFC para os próximos anos, buscar-se-á: a implementação de um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de pesquisa em suas diferentes modalidades, visando sustentar a produção intelectual institucionalizada; o apoio à formação, reorganização e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam a verticalização da produção do conhecimento, buscando iniciativas inovadoras, de acordo com diferentes demandas e expectativas, bem como a articulação entre as várias áreas do saber, potencializando o caráter intersetorial e interinstitucional da pesquisa; o estabelecimento de parcerias com institutos, universidades, centros de pesquisa e outras instituições nacionais e/ou internacionais, incluindo as organizações privadas, na área de pesquisa e desenvolvimento; o estímulo e apoio ao relacionamento com as agências de fomento, de forma a garantir o pleno desenvolvimento dos programas, projetos e atividades de pesquisa e de pós-graduação; o incentivo e apoio à melhoria da produção científica e do desempenho do corpo docente e discente; o estímulo à publicação e divulgação dos resultados de pesquisa em eventos afins, periódicos científicos, livros, manuais, bem como o registro de produtos, patentes e similares; dentre outras.

Com base nestas diretrizes, pretende-se contribuir também para a consolidação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* já existentes, possibilitar a criação de novos cursos dessa categoria e, principalmente, criar as condições necessárias para a implantação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, até o momento não ofertados pelo IFC. Para tanto, buscar-se-á: identificar, regularmente, as áreas de conhecimento com potencial presentes nos Câmpus do IFC, tanto do ponto de vista físico e material, como de qualificação e de produção acadêmica do seu quadro de pessoal; estimular, orientados pela política de verticalização dos processos formativos, as iniciativas para a criação, manutenção e consolidação dos cursos *lato sensu*, orientando, quando necessário, os ajustes e adequações nas propostas curriculares dos mesmos; estimular, sempre que possível, a criação de cursos de pós-graduação por meio da colaboração entre os Câmpus da Instituição; estimular e apoiar os Câmpus do IFC a propor programas de pós-graduação *stricto sensu*, preferencialmente profissionais, nas áreas de conhecimento em que há capacidade instalada para atender as exigências dos órgãos oficiais de avaliação, que apresentem demanda e atendam às necessidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais do estado de Santa Catarina, dentre as quais se destacam as áreas de Ciência Animal, Ciências Agronômicas, Ciência dos Alimentos, Ciências da Educação e Ciências da Computação; cooperar com os Câmpus do IFC nos processos de implantação e manutenção de programas de pós-graduação *stricto sensu*, por meio de apoio para a adequação das condições físicas, materiais, de qualificação do pessoal e da produção acadêmica, dentre outros; colaborar com a equipe de docentes e técnicos envolvidos na proposição e implantação de programas de pós-graduação *stricto sensu*, por meio da prestação de serviços de assessoria técnica e mediação do diálogo com os órgãos oficiais de avaliação e fomento; estabelecer parcerias com agências de fomento oficiais e privadas para financiar os programas de pós-graduação *stricto sensu*; dentre outras.

2.5.2 POLÍTICAS DE INOVAÇÃO

No IFC a inovação é considerada resultado do trabalho conjunto entre ensino, pesquisa e extensão, e tem como objetivo o desenvolvimento de soluções tecnológicas para resolver problemas locais. A gestão da inovação é feita pelo Núcleo de Inovação Tecnológica, órgão centralizado na Reitoria e vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

A inovação pode ser tecnológica (criação ou melhoria de produtos e/ou processos), ou social (criação de produtos e técnicas desenvolvidos na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social).

Neste sentido, as políticas de inovação são focadas na consolidação da cultura de inovação, no apoio ao desenvolvimento de soluções técnicas para atendimento às demandas locais, na proteção do conhecimento institucional e na transferência das tecnologias à sociedade.

Para a consolidação da cultura de inovação, ou seja, a inovação na prática, a instituição promoverá ações de incentivo e financiamento de projetos de pesquisa e extensão tecnológica, cursos e palestras para a comunidade, para disseminar os conhecimentos na área, e o fortalecimento da estrutura física e de pessoal do Núcleo de Inovação Tecnológica, expandindo-o aos Câmpus e aproximando-o dos pesquisadores.

O desenvolvimento de soluções técnicas para atendimento às demandas locais está ligado às ações de Extensão, que atua no diagnóstico das necessidades regionais. Neste sentido, as ações serão voltadas para a intermediação entre as demandas identificadas (sociedade) e a capacidade institucional de atuação (IFC). Desta forma, a instituição fomentará a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (PD&I) para o desenvolvimento social, no âmbito da tecnologia social, e aumento da competitividade do setor produtivo.

A proteção do conhecimento e a transferência de tecnologias desenvolvidas no IFC serão assegurados pelo trabalho constante do Núcleo de Inovação Tecnológica, por meio de controle das ações geradoras de tecnologia; de criação e monitoramento de indicadores de desenvolvimento tecnológico e inovação e de popularização da produção tecnológica institucional na rede pública de ensino, setor produtivo e demais setores da sociedade.

Desta forma, as políticas de inovação estão alinhadas com as políticas de pesquisa, extensão e ensino e têm como objetivo principal colaborar para o cumprimento do conjunto de finalidades do IFC apresentados na sua Lei de criação.

3. Do Cronograma de Implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos (presencial e a distância)

3.1 OFERTA DE CURSOS

O Instituto Federal Catarinense tem, desde 2008, oferecido vagas de cursos técnicos e, baseado na lei de sua criação, também oferece cursos de ensino superior, como Tecnólogos, de Licenciatura e Graduação e cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*. Futuramente, ofertará cursos *Strictu Sensu*.

Dentre as modalidades ofertadas dos cursos técnicos, encontram-se a Integrada, a Concomitante e a Subsequente. Há oferta também do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Além desses cursos, o IFC oferece à comunidade cursos sequenciais, de formação específica, chamados de Formação Inicial e Continuada (FIC); o curso Mulheres Mil e também cursos Técnicos através do programa PRONATEC. Desde 2011, o IFC atendeu 5967 alunos em 35 municípios, contando os municípios sedes de cada câmpus.

Considerando os anos de 2012, 2013 e 2014, o Instituto Federal Catarinense oportunizou Educação Profissional a 5.967 alunos, por meio de Cursos Técnicos e Cursos de Formação Inicial e Continuada. A Figura 3 representa a distribuição dos alunos por eixo tecnológico e a Figura 4 representa o número de matrículas efetuadas neste período por município, de acordo com os dados do SISTEC.

Figura 3: Número de alunos por eixo tecnológico (SISTEC: julho de 2014).

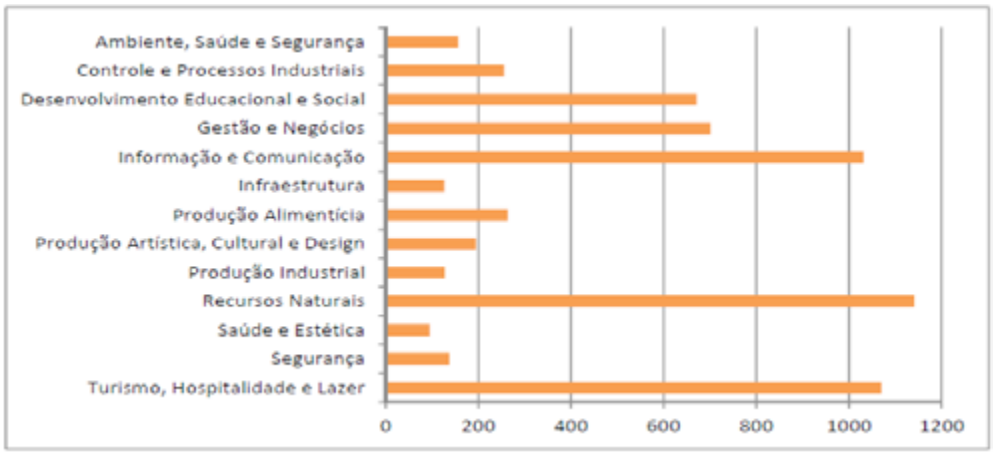
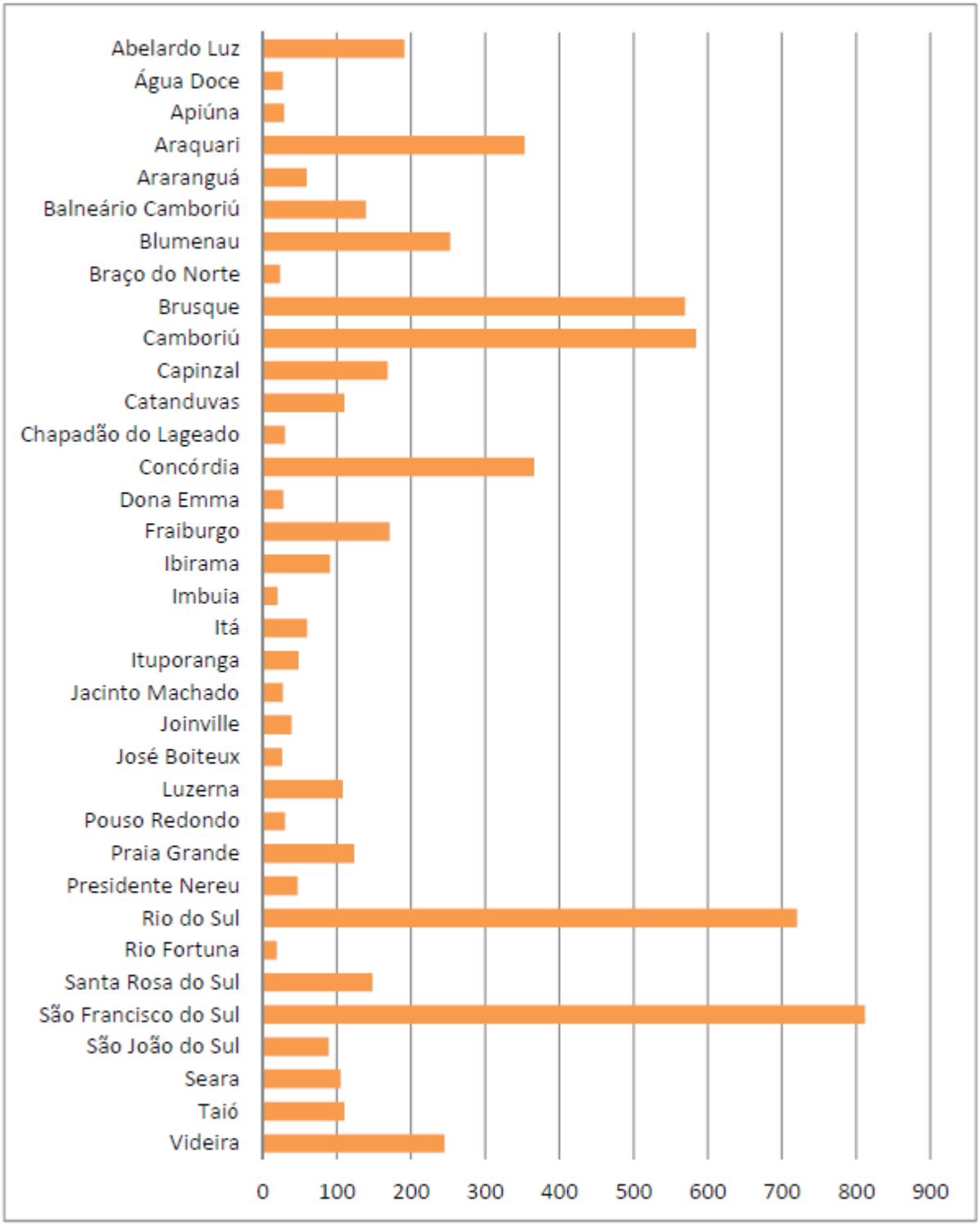


Figura 4: Número de alunos por município (SISTEC: julho de 2014).



Na tabela a seguir, verifica-se o quantitativo atual e projetado de vagas por curso/ano e o número de câmpus que as oferecem

Tabela 1: Vagas dos cursos ofertados atualmente e sua projeção no quinquênio 2014-2018.

	Cursos	nº câmpus oferta	2014	2015	2016	2017	2018
Técnico Integrado	Administração	3	30	110	110	110	110
	Agrimensura	1				40	40
	Agroecologia	1	35	35	35	35	35
	Agropecuária	6	595	670	670	670	670
	Alimentos	1	35	35	35	35	35
	Automação Industrial	3	40	40	150	150	150
	Controle Ambiental	1	35	35	35	35	35
	Edificações	1			40	40	40
	Eletroeletrônica	2	40	40	80	80	80
	Eletromecânica	1			70	70	70
	Hospedagem	3	40	75	115	115	115
	Informática	10	360	440	545	545	545
	Mecânica	1			40	40	40
	Química	2	35	35	70	70	70
	Segurança do Trabalho	2	40	40	80	80	80
	Vestuário	1	30	30	30	30	30
	Informática para Internet	1		35	35	35	35
	Guia de Turismo/Guia de Turismo Regional	2		40	75	75	75
		TOTAL	1315	1660	2215	2255	2255

	Cursos	nº câmpus oferta	2014	2015	2016	2017	2018
Técnico Concomitante	Agroindústria	1			40	40	40
	Informática	2	40	145	145	145	145
	Química	1		35	35	35	35
	Redes de Computadores	1		35	35	35	35
		TOTAL	40	215	255	255	255

	Cursos	nº câmpus oferta	2014	2015	2016	2017	2018
Técnico Subsequente	Alimentos	1			30	30	30
	Agrimensura	2	65	65	65	65	65
	Agropecuária	4	150	140	140	105	105
	Edificações	1				40	40
	Eletroeletrônica	1	75	35	35	35	35
	Eletromecânica	1		35	35	35	35
	Eletrotécnica	3		80	80	115	115
	Eletrônica	1		40	40	40	40
	Elétrica	1			50	50	50
	Guia Turístico Regional	1		35	35	35	35
	Informática	2	40	75	75	75	75
	Mecânica	2	35	65	100	100	100
	Segurança do Trabalho	5	160	160	200	200	200
	Transações Imobiliárias	1	40	40	40	40	40
	Defesa Civil	1		40	40	40	40
	Química	1		35	35	35	35
	Automação Industrial	3	35	75	150	150	150
	Eletrônica	1		40	40	40	40
	Florestas	1	30	30	30	30	30
		TOTAL	630	990	1220	1260	1260

	Cursos	nº câmpus oferta	2014	2015	2016	2017	2018
PROEJA	Administração	1		30	30	30	30
	Agroindústria	1			40	40	40
	Processamento de alimentos	1			30	30	30
	Segurança do Trabalho	1			40	40	40
	Vendas	1		40	40	40	40
		TOTAL	70	180	180	180	180

	Cursos	nº câmpus oferta	2014	2015	2016	2017	2018
Tecnólogo	Alimentos	1				40	40
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	3	18	35	35	115	115
	Construção de Edifícios	1					40
	Design de Moda	1	15	30	30	30	30
	Fabricação Mecânica	1				30	30
	Gestão de Turismo	1	20	40	40	40	04
	Gestão de Recursos Humanos	1				40	40
	Logística	1	20	40	40	40	40
	Negócios Imobiliários	1	20	40	40	40	40
	Redes de Computadores	2	20	80	120	120	120
	Sistemas Elétricos	2				30	30
	Sistemas para Internet	1	20	40	40	40	40
	Treinador e instrutor de cães-guia	1				7	7
		TOTAL	133	305	345	572	612

	Cursos	nº câmpus oferta	2014	2015	2016	2017	2018
Licenciatura	Biologia – Ênfase em Ciências Naturais	1			40	40	40
	Ciências Agrícolas	1	20	40	40	40	40
	Ciências Naturais	1					30
	Física	2	40	80	80	80	80
	Informática	2				40	80
	Matemática	4	90	175	175	175	175
	Pedagogia	3	40	115	155	155	155
	Química	2	20	40	90	90	90
	Letras	1				30	30
		TOTAL	210	450	580	650	720

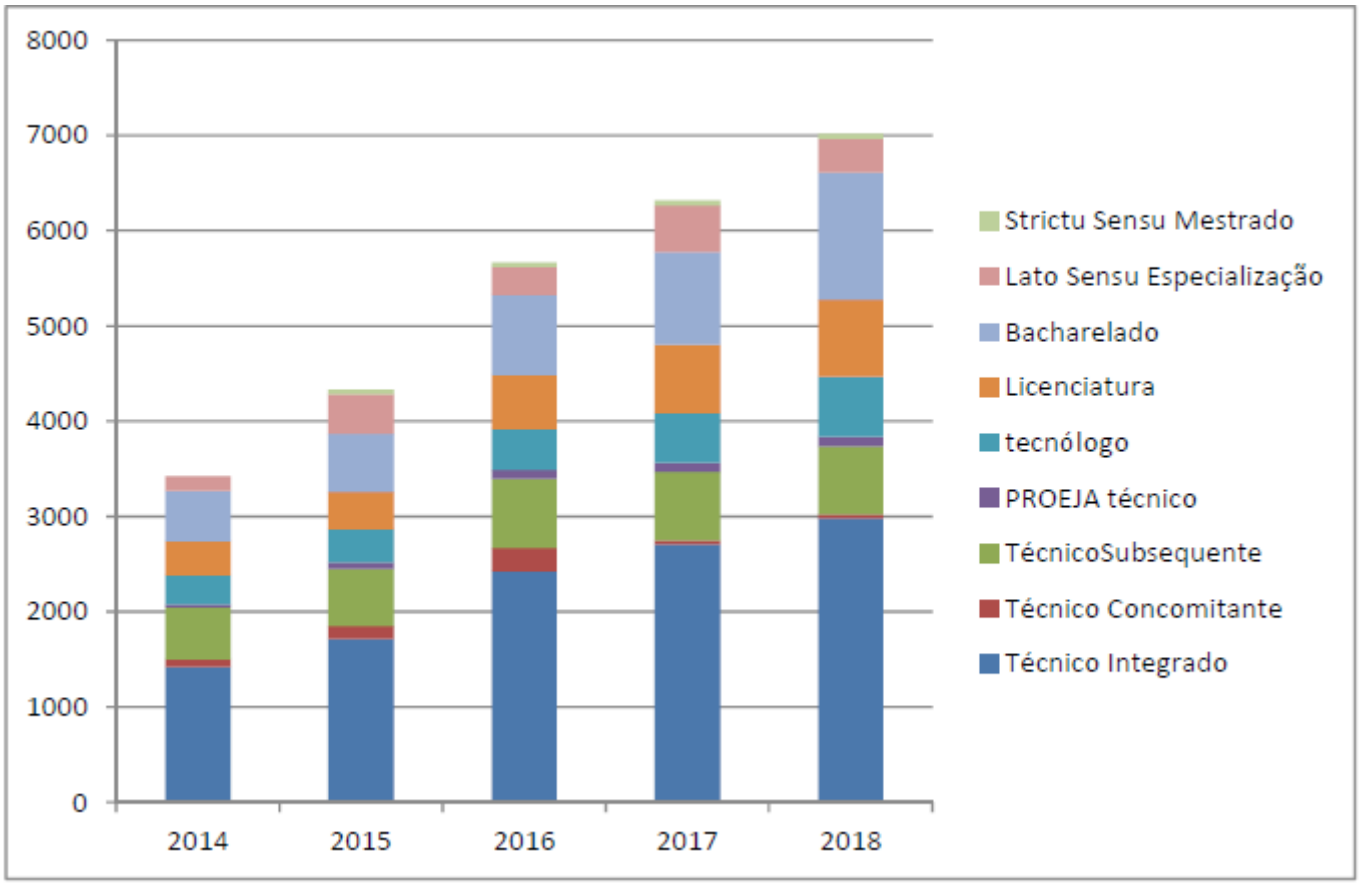
	Cursos	nº câmpus oferta	2014	2015	2016	2017	2018
Bacharelado	Agronomia	5	50	135	135	175	215
	Ciência da Computação	2	40	80	80	80	80
	Engenharia de Alimentos	1	20	40	40	40	40
	Engenharia de Controle e Automação	2	20	40	40	40	80
	Engenharia Elétrica	2			50	90	90
	Engenharia Mecânica	1	20	40	40	40	40
	Engenharia Química	1					40
	Informática	1					40
	Medicina Veterinária	2	40	80	80	80	80
	Sistemas de Informação	2	40	80	80	80	80
	Tecnologia da Informação	1			50	50	50
	Zootecnia	1				40	40
		TOTAL	230	495	595	715	875

	Cursos	nº câmpus oferta	2014	2015	2016	2017	2018
Lato Senso Especialização	Agronegócio	1					20
	Ciências			50	50	50	50
	Educação	2		30	230	230	230
	Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EAD)	2	100	100			
	Educação e Interdisciplinariedade	2		60	60	60	60
	Geoprocessamento	1				30	30
	Gestão da Tecnologia da Informação	1		35	35	35	35
	Matemática	1		50	50	50	50
	Matemática, mídias digitais e didática para a educação básica (EAD)	1			30	30	30
	Negócios imobiliários	1					40
	Tecnologia da Informação (EAD)	1			20	20	20
	Gestão de Negócios	1			30	30	30
	Produção Vegetal	1		30	30	30	30
	Informática	2		30	60	60	60
		TOTAL	100	385	595	625	685

	Cursos	nº câmpus oferta	2014	2015	2016	2017	2018
Stricto Senso Mestrado	Produção e Sanidade Animal	1		15			
	Produção Vegetal	1		30			
		TOTAL		45			

Na próxima figura tem-se a projeção do número de vagas no quinquênio 2014-2018, dentre as modalidades dos cursos ofertados.

Figura 5: Projeção número de oferta de vagas por ano.



3.2 PREVISÃO DE CURSOS ENTRE 2014 E 2018

Cada câmpus tem a autonomia de oferecer cursos à comunidade baseando-se em seus Arranjos Produtivos Locais (APLs). A apresentação das projeções se dará por Unidade de Ensino do IFC como se segue.

3.2.1 ARAQUARI

O Câmpus Araquari pretende ofertar os seguintes cursos: Curso Técnico em Eletrotécnica subsequente ao Ensino Médio (35 vagas/previsão para 2017); Curso Superior em Engenharia Química (40 vagas/previsão para 2018); Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores (40 vagas/previsão para 2016); Especialização *lato sensu* na Área de Informática (30 vagas/previsão para 2016); Curso FIC em Processamento de alimentos na modalidade PROEJA (30 vagas/previsão para 2016); Curso Superior de Bacharelado em Agronomia (40 vagas/previsão para 2017); Mestrado em Produção e Sanidade Animal (15 vagas/previsão para 2015). O curso Técnico em Agropecuária (Subsequente ao Ensino Médio) tem previsão de encerramento em 2016, com entrada da última turma no início do mesmo ano.

Os outros cursos serão oferecidos na modalidade PRONATEC, PARFOR[2] e na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC):

I. **Formação Docente (PARFOR) na modalidade 2ª habilitação:** serão ofertadas 40 vagas/ano aos docentes não licenciados do IFC Câmpus Araquari e de escolas da região. A duração será de 3 semestres no turno vespertino, com previsão de início das atividades para o 2º semestre de 2015.

II. **Formação Docente na modalidade FIC:** serão ofertadas 40 vagas a docentes do ensino fundamental ou médio de escolas da região. Terá duração de 200 horas, no turno vespertino, com previsão de início das atividades para o 2º semestre de 2014.

3.2.2 BLUMENAU

O Câmpus Blumenau pretende ofertar os seguintes cursos: Curso de especialização *lato sensu* em Gestão da Tecnologia da Informação (35 vagas/ previsão para 2015); Curso Técnico em Eletromecânica integrado ao Ensino Médio (70 vagas/previsão para 2016); Curso Superior de Tecnologia em Sistemas Elétricos (30 vagas/previsão para 2017); Curso Superior de Tecnologia em Fabricação Mecânica (30 vagas/previsão para 2017); Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia (35 vagas/previsão para 2015).

3.2.3 BRUSQUE

O Câmpus Brusque pretende ofertar os seguintes cursos: Curso Técnico em Química concomitante ao Ensino Médio (35 vagas/previsão para 2015); Curso Técnico em Química integrado ao Ensino Médio (35 vagas/previsão para 2016); Curso Superior de Licenciatura em Química (50 vagas/previsão para 2016); Curso Técnico em Informática concomitante ao Ensino Médio (105 vagas/ previsão para 2015); Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio (105 vagas/previsão para 2016); Curso Superior de Bacharelado em Tecnologia da Informação (50 vagas/previsão para 2016).

3.2.4 CAMBORIÚ

O Câmpus Camboriú pretende ofertar os seguintes cursos: Curso Técnico em Agroindústria concomitante ao Ensino Médio (40 vagas/previsão para 2016); Curso Superior de Tecnologia em Alimentos (40 vagas/previsão para 2017); Curso Técnico em Guia de turismo regional subsequente ao Ensino Médio (35 vagas/previsão para 2015); Curso Técnico em Guia de turismo regional integrado ao Ensino Médio (35 vagas/previsão para 2016); Curso Técnico em Redes de Computadores concomitante ao Ensino Médio (35 vagas/previsão para 2015); Curso Superior de Bacharelado em Agronomia (40 vagas/previsão para 2018); Curso Superior de Tecnologia em Treinador e Instrutor de cães-guia (7 vagas/previsão para 2017). Além disso, o Câmpus Camboriú pretende ofertar os seguintes cursos de Especialização *lato sensu:* Matemática, Mídias digitais e Didática para a educação básica na modalidade EAD (30 vagas/previsão para 2016); Agronegócio (20 vagas/previsão para 2018); Negócios Imobiliários (40 vagas/previsão para 2018); Tecnologia da Informação na modalidade EAD (20 vagas/previsão para 2016); Educação (200 vagas/previsão para 2016).

---

2. *O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), na modalidade presencial, é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, os municípios, o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior (IES).*

3.2.4 CONCÓRDIA

O Câmpus Concórdia pretende ofertar os seguintes cursos: Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio (35 vagas/previsão para 2015); Curso Superior de Bacharelado em Informática (40 vagas/previsão para 2018); Curso Superior de Bacharelado em Agronomia (40 vagas/previsão para 2015). Além desses, serão ofertadas 50 vagas/ano para o curso de Pós-Graduação em Ciências e Matemática, sendo que as aulas ocorrerão aos sábados, nos períodos matutino e vespertino.

3.2.5 FRAIBURGO

O Câmpus Fraiburgo pretende ofertar os seguintes cursos: Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio (40 vagas/previsão para 2015); Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (40 vagas/previsão para 2017); PROEJA-FIC em Segurança do Trabalho (40 vagas/previsão para 2016); Curso Técnico em Edificações integrado ao Ensino Médio (40 vagas/previsão para 2016); Curso Técnico em Edificações subsequente ao Ensino Médio (40 vagas/previsão para 2017); Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios (40 vagas/previsão para 2018).

3.2.6 IBIRAMA

Atualmente são ofertados cursos técnicos nos eixos tecnológicos de Gestão e Negócios (Administração), Informática e Comunicação (Informática) e Produção Industrial (Vestuário). Cabe ressaltar que estudos discutem novas propostas de implantação de Cursos, a saber: Licenciatura em Letras (30 vagas, previsto para 2017); Licenciatura em Ciências Naturais (30 vagas, previsto para 2018); Especialização em Educação e Interdisciplinariedade (30 vagas, previsto para 2015); PROEJA-FIC em Administração (30 vagas, previsto para 2015).

3.2.7 LUZERNA

Tendo em vista a fase de ampliação da estrutura física pela qual passa o Câmpus Luzerna e visando otimizar esta estrutura com o quadro de pessoal existente, a sugestão de criação de novos cursos se restringe a 1 (um) curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio, com oferta anual de 40 vagas (previsão para 2016). Além disso, os cursos Técnicos em Automação Industrial e em Mecânica, ambos com a forma de oferta subsequente, terão dois ciclos iniciados por ano, oferecidos semestralmente, totalizando 70 vagas anuais (2016). Atualmente estes cursos oferecem apenas um ciclo anual (35 vagas).

3.2.8 RIO DO SUL

Os cursos previstos para o período de 2014-2018 são: Técnico em Eletroeletrônica integrado ao Ensino Médio (40 vagas/2016); Técnico em Agrimensura integrado ao Ensino Médio (40 vagas/2017); Técnico em Alimentos subsequente ao Ensino Médio (30 vagas/2016); Cursos Superiores em Zootecnia (40 vagas/2017), Licenciatura em Informática (40 vagas/2018) e Pedagogia (40 vagas/2016); cursos de Especialização em Produção Vegetal, Informática e Educação (30 vagas cada curso/2015); e Mestrado Profissional em Produção Vegetal (30 vagas/ 2016).

3.2.9 SÃO BENTO DO SUL

Através de estudos preliminares realizados, percebe-se que dois eixos-tecnológicos se destacam: Eixo de controle de processos industriais e Eixo de segurança. O Câmpus São Bento do Sul pretende ofertar: Curso Técnico em Automação Industrial integrado ao Ensino Médio (40 vagas/2016); Curso Técnico em Automação Industrial subsequente ao Ensino Médio (40 vagas/2016); Curso Superior de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação (40 vagas/2018); Curso Superior de Licenciatura em Informática (40 vagas/2017); Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio (40 vagas/2016); Curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente ao Ensino Médio (40 vagas/2016).

3.2.10 SÃO FRANCISCO DO SUL

O Câmpus São Francisco do Sul pretende ofertar os seguintes cursos: Vendas na modalidade PROEJA-FIC (40 vagas/previsão 2015); Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio (40 vagas/previsão para 2015); Curso Técnico em Guia de Turismo integrado ao Ensino Médio (40 vagas/previsão para 2015); Curso Técnico em Automação Industrial integrado ao Ensino Médio (40 vagas/previsão para 2016); Curso Técnico em Automação Industrial subsequente ao Ensino Médio (40 vagas/previsão para 2015); Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Elétrica (40 vagas/ previsão para 2017); Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (40 vagas/ previsão para 2017); Curso de Especialização em Gestão de Negócios (30 vagas/previsão para 2016); Curso Superior de Licenciatura em Biologia com ênfase em Ciências Naturais (40 vagas/previsão para 2016); Curso de Especialização em Geoprocessamento (30 vagas/previsão para 2017); Curso de Especialização em Docência e Interdisciplinaridade (30 vagas/previsão para 2015).

3.2.11 SOMBRIO/SANTA ROSA DO SUL

O Câmpus Avançado Sombrio planeja ofertar em 2015 o Curso Técnico em Hospedagem Integrado ao Ensino Médio (40 vagas), em período integral, e em 2016 o Curso PROEJA-FIC em Agroindústria (40 vagas).

3.2.12 VIDEIRA

O Câmpus Videira pretende ofertar os seguintes cursos: Curso Técnico em Eletrotécnica subsequente ao Ensino Médio (40 vagas/ previsão para 2015); Curso Técnico em Eletrônica subsequente ao Ensino Médio (40 vagas/previsão para 2015); Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Elétrica (50 vagas/previsão para 2016). Ainda, será ofertado o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (40 vagas/previsão para 2017).

4. Do Perfil do Corpo Docente e TAEs

4.1 CORPO DOCENTE

4.1.1 PLANO DE CARREIRA

O cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a Lei nº 11.782/2008 compõe a Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, estruturado pela Lei nº 12.772/2012. O ingresso no cargo se dá no Nível 1 da Classe DI.

4.1.2 COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE

O IFC conta atualmente com 754 docentes; 610 são efetivos, 84 temporários e 60 substitutos (DGP, junho de 2014). Diante das mais variadas áreas de formação dos docentes, quanto ao nível de capacitação, destaca-se que 22% são doutores, 57% são mestres, 12% são especialistas e apenas 9% são graduados, o que demonstra a ótima formação dos professores.

Tabela 2: Nível de capacitação dos docentes por câmpus.

	Efet.				Subst.				Temp.			
Câmpus	Grad.	Esp	Mest.	Dout.	Grad.	Esp.	Mest.	Dout.	Grad.	Esp.	Mest.	Dout.
Abelardo Luz	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
Araquari	2	3	46	31	1	4	5	1	2	1	6	3
Blumenau	2	4	16	8	1	0	2	0	1	0	2	0
Brusque	0	1	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0
Camboriú	3	8	60	28	3	2	6	0	4	4	6	4
Concórdia	1	4	49	25	2	2	2	1	3	5	3	1
Fraiburgo	1	1	8	0	0	0	0	0	3	5	0	0
Ibirama	1	7	14	3	2	0	0	0	4	0	2	0
Luzerna	4	3	23	3	1	0	0	0	2	0	0	0
Reitoria	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio do Sul	3	6	50	27	3	0	7	0	1	1	2	0
São Bento do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Fco. do Sul	0	2	16	2	0	0	0	0	0	0	2	0
Sombrio/ Santa Rosa do Sul	4	7	54	18	4	2	2	2	0	2	3	0
Videira	1	10	39	9	1	1	1	0	3	5	3	0
TOTAL	22	56	376	156	18	12	26	4	23	24	29	8

Fonte: DGP/Reitoria em junho de 2014

Figura 6: Gráfico de titulação dos docentes do IFC

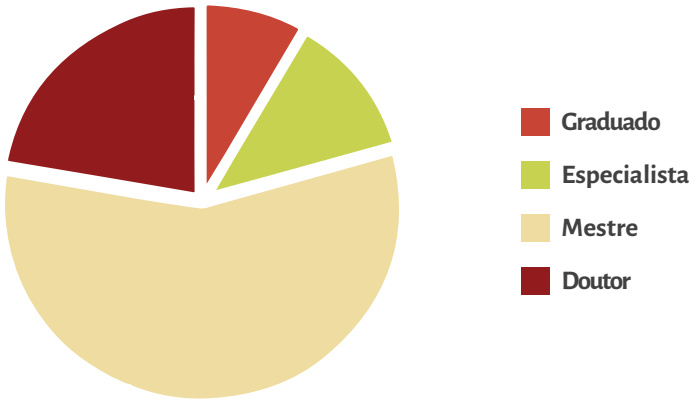


Tabela 3: N úmero de TAE e docentes por câmpus de lotação destacando efetivos, substitutos e temporários e seu regime de trabalho.

SERVIDORES DO IF - CATARINENSE - POR CÂMPUS DE LOTAÇÃO													
Câmpus	TAE	Docentes											Total Servidores
		Efetivo				Substituto			Temporário			Total Docentes	
		20h	40h	DE	TOTAL	20h	40h	TOTAL	20h	40h	TOTAL		
Reitoria	85	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	85
Abelardo Luz	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	2	2
Araquari	52	5	0	77	82	3	8	11	2	10	12	105	157
Blumenau	24	1	0	30	31	0	3	3	3	0	3	37	61
Brusque	5	0	0	3	3	0	0	0	1	0	1	4	9
Camboriú	69	5	0	94	99	1	11	12	2	16	18	129	198
Concórdia	85	1	0	78	79	1	6	7	5	7	12	98	183
Fraiburgo	17	0	0	10	10	0	0	0	6	2	8	18	35
Ibirama	15	2	0	23	25	1	1	2	4	2	6	33	48
Luzerna	21	5	0	27	32	0	1	1	1	1	2	35	56
Rio do Sul	84	2	1	83	86	1	10	11	2	3	5	102	186
São Bento do Sul	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	2	2
SFS	17	3	0	17	20	0	0	0	1	1	2	22	39
Sombrio	98	4	1	78	83	0	11	11	0	5	5	99	197
Videira	48	6	0	52	58	1	4	5	2	9	11	74	122
Total	620	34	2	574	610	10	55	65	29	56	85	760	1380

Fonte: Censo Interno IFC julho/2014.

4.1.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO E PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS PROFESSORES DO QUADRO

A seleção e a contratação de docentes são realizadas por meio de concurso público, nos termos do Artigo 10 do Capítulo II, Seção I do Decreto Federal nº 6.944 de 21 de agosto de 2009. A contratação de professor substituto e temporário é realizada com base na Lei nº 8745/93 e resolução nº 048 – CONSUPER/2014.

4.1.4 CRONOGRAMA E PLANO DE EXPANSÃO

Com a demanda de novos cursos e expansão dos câmpus, há necessidade de contratação de novos docentes. A tabela a seguir resume o número de docentes por câmpus/ano necessários para atender o cronograma e o plano de expansão do IFC.

Tabela 4: Projeção de docentes no quinquênio 2014-2018.

Câmpus	2014	2015	2016	2017	2018
Abelardo Luz	-	-	-	-	-
Araquari	8	13	6	5	3
Blumenau	2	2	9	8	4
Brusque	0	13	5	5	5
Camboriú	0	4	7	4	7
Concórdia	6	8	2	4	4
Fraiburgo	0	0	21	0	7
Ibirama	0	5	0	0	0
Luzerna	0	17	10	0	0
Rio do Sul	0	5	5	5	5
Santa Rosa do Sul	0	1	3	2	0
São Bento do Sul	0	0	10	9	7
São Francisco do Sul	16	12	6	5	4
Sombrio	0	3	0	0	0
Videira	0	21	4	4	3
Reitoria					
TOTAL	32	104	88	51	49

4.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.2.1 PLANO DE CARREIRA

O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação é estruturado pela Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005 e suas alterações.

4.2.2 COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DOS TAES

Atualmente 593 servidores técnico-administrativos, de diversas áreas, formam o quadro de pessoal da Instituição. A tabela a seguir contém o número de servidores por câmpus e sua titulação máxima.

Tabela 5: Formação dos TAEs por câmpus.

TAEs						
Câmpus	Médio	Grad.	Esp.	Mest.	Dout.	Pós- D.
Abelardo Luz	0	1	0	0	0	0
Araquari	14	21	11	6	0	0
Blumenau	7	6	5	3	0	0
Brusque	0	3	1	1	0	0
Camboriú	23	11	22	12	0	0
Concórdia	22	14	39	9	0	0
Fraiburgo	3	6	7	0	0	0
Ibirama	7	0	4	4	0	0
Luzerna	8	4	6	0	0	0
Reitoria	8	28	29	9	0	0
Rio do Sul	20	21	28	12	0	0
São F. Do Sul	4	4	6	0	0	0
Sombrio	31	26	27	12	0	0
Videira	6	10	29	3	0	0
TOTAL	153	155	214	71	0	0

Fonte: DGP/Reitoria em junho de 2014

4.2.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

A seleção e a contratação de técnico-administrativos são realizadas por meio de concurso público, nos termos do Artigo 10 do Capítulo II, Seção I do Decreto Federal nº 6.944 de 21 de agosto de 2009.

4.2.4 CRONOGRAMA E PLANO DE EXPANSÃO

A ampliação do número de TAEs nos câmpus novos depende da criação de novos cargos para o serviço público federal, a formulação de um novo modelo e atualização da equivalência.

Visando suprir as necessidades pedagógicas atuais e a entrada de novas turmas dos cursos existentes e novos, bem como a área administrativa dos câmpus em expansão e em implantação, faz-se necessária a contratação de técnico-administrativos. Veja um resumo na tabela abaixo.

Tabela 6: Projeção de contratação de técnico-administrativos no quinquênio 2014-2018.

Câmpus	2014	2015	2016	2017	2018
Abelardo Luz					
Araquari	20	10	10	10	5
Blumenau	7	13	7	3	0
Brusque					
Camboriú	0	0	4	5	5
Concórdia	2	4	1	1	1
Fraiburgo	0	6	3	2	0
Ibirama	3				
Luzerna	0	5			
Rio do Sul	4	7	7	7	7
Santa Rosa do Sul	0	2	2	1	1
São Bento do Sul	0	0	7	7	5
São Francisco do Sul	15	14	5	3	2
Sombrio	0	3	2	2	2
Videira	0	3	3	2	1
Reitoria	0				
TOTAL	51	67	51	43	29

4.3 DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES

4.3.1 AÇÕES E INCENTIVOS À CAPACITAÇÃO

Os recursos humanos constituem a maior riqueza de uma instituição. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional do quadro de servidores é condição fundamental para o desenvolvimento do IFC, que tem como missão proporcionar educação profissional comprometida com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional. Contudo, desenvolver os recursos humanos do Instituto envolve não apenas ações de capacitação, mas também a articulação de um conjunto de tarefas básicas, tais como descrição de funções, dimensionamento e avaliação de desempenho, de maneira a constituir um sistema integrado de gestão de pessoas. Isso possibilitará que o desenvolvimento do servidor seja, cada vez mais, uma ferramenta útil ao desenvolvimento institucional.

A criação de um sistema integrado de gestão de pessoas é o objetivo institucional 21 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018: Implantar um sistema de gestão. Além desse objetivo geral, outros mais específicos relacionados igualmente ao sistema de gestão de pessoas aparecem na lista dos 38 objetivos do IFC, entre eles:

I. 36. Fazer mapeamento de competências, de cargos e funções;
II. 37. Criar um programa de formação continuada para gestores na modalidade presencial e/ou distância;
III. 38. Promover a educação a distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos, servidores docentes e gestores;
IV. 22. Definir a estrutura organizacional da instituição com padronização mínima;
V. 10. Criar um sistema de acompanhamento dos egressos.

Tais diretrizes criam um horizonte para, a partir do que é feito hoje, elaborar um programa de desenvolvimento dos servidores que potencialize efetivamente o trabalho da instituição.

Todos esses objetivos indicam a importância que o IFC já reconhece da necessidade de implantação de um sistema de gestão de pessoas que realize desde o mapeamento das competências relacionadas aos cargos e ações de capacitação até a avaliação dessas ações por meio, dentre outras formas, da avaliação de desempenho e do acompanhamento dos alunos egressos do IFC. Essas e outras ações integradas em um sistema de gestão de pessoas possibilitarão ainda administrar o dimensionamento da quantidade de servidores (técnico-administrativos, docentes e gestores) e a própria infraestrutura de ambientes e equipamentos necessária para possibilitar que esses servidores desenvolvam da melhor forma possível as funções inerentes a seus cargos. Em acréscimo, garantir a realização de um sistema integrado de gestão por competências está em conformidade com a legislação nacional sobre o tema (Art. 5º, Decreto nº 5.707 de 2006).

Atualmente o plano de capacitação dos servidores parte desse plano mais amplo de desenvolvimento e oferta as seguintes Ações e Programas:

I. AFASTAMENTO INTEGRAL PARA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* (Art. 96-A da Lei nº 8.112/90 e art. 16 da Resolução nº 009-CONSUPER/2013)

O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se integralmente do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no País ou no exterior. São abertos, pelos câmpus e pela Reitoria, 02 (dois) editais por ano para seleção de candidatos ao afastamento integral para pós-graduação *stricto sensu*. Atualmente há 60 servidores usufruindo do programa de Afastamento integral para Pós-graduação *Stricto Sensu*.

Tabela 7: Número de docentes e TAEs usufruindo do afastamento integral para Pós-Graduação.

Docentes			TAE		
Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado
4	44	1	8	3	0

Fonte: DGP/Reitoria em junho de 2014

II. HORÁRIO ESPECIAL PARA SERVIDOR ESTUDANTE (art. 98 da Lei nº 8.112/90 e art. 5º da Resolução nº 009-CONSUPER/2013)

O afastamento do servidor para cursos de nível médio e profissionalizante, cursos de graduação, cursos de pós-graduação *lato sensu*, regulares ou supletivos, ou mesmo cursos de pós-graduação *stricto sensu*, dá-se na forma de horário especial, quando comprovada a incompatibilidade do horário do curso e o da Instituição, sem prejuízo do exercício das atividades do cargo e com compensação de horário, de acordo com o art. 98 da Lei n. 8.112/90. Atualmente há 33 servidores (17 docentes e 16 TAEs) usufruindo de Horário Especial de Servidor Estudante (DGP/Reitoria em junho de 2014).

III. LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO (Art. 87 da Lei nº 8.112/90, art. 10 do Decreto nº 5.707/2006 e art. 52 da Resolução nº 009-CONSUPER/2013)

Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor pode solicitar à Direção-Geral do Câmpus ou ao Pró-Reitor licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação, cuja concessão se condiciona ao planejamento interno do departamento ao qual estiver lotado o servidor, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso para o servidor e para a Instituição.

IV. AÇÕES PARA APERFEIÇOAMENTO (CURTA DURAÇÃO) (Decreto nº 5.707/2006 e art. 40 da Resolução nº 009-CONSUPER/2013)

Pode haver a autorização de afastamento do servidor para cursos de aperfeiçoamento como congressos, seminários, simpósios e outros eventos similares, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

V. PROGRAMA INSTITUCIONAL DE QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES - PIQIFC (Resolução nº 031-CONSUPER/2013)
Os servidores poderão solicitar a adequação de sua jornada semanal de trabalho para fins de participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*. São abertos, pelos câmpus e pela Reitoria, 02 (dois) editais por ano para seleção de candidatos ao Programa Institucional de Qualificação dos Servidores (PIQIFC) do Instituto Federal Catarinense.

Atualmente estão usufruindo deste programa 35 servidores, sendo que 22 docentes e 1 TAE estão fazendo doutorado e 8 docentes e 4 TAEs estão fazendo mestrado (DGP/Reitoria em junho de 2014).

VI. MESTRADOS E DOUTORADOS INTERINSTITUCIONAIS (Resolução nº 008-CONSUPER/2013)
Cursos ofertados pela Instituição, em parceria com universidades, nos quais os servidores que estão matriculados são dispensados do ponto de frequência e das atividades no Instituto nos períodos de aulas presenciais e nos estágios obrigatórios.

Tem-se atualmente 10 servidores participando do DINTER/2013 em Agronomia IFC/UFPR e 25 servidores participando do Mestrado Interinstitucional em Administração IFC/FURB (PRODHS/Reitoria em agosto de 2014).

VII. PROGRAMA DE BOLSA DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – PROBIQ/IFC (Resolução 049/2014)

O Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação dos Servidores do Instituto Federal Catarinense (PROBIQ/IFC) tem por objetivo ampliar as oportunidades de desenvolvimento profissional dos servidores, através de um auxílio financeiro temporário para a participação do servidor em programas de Mestrado e Doutorado. São abertos, pelos câmpus e pela Reitoria, 02 (dois) editais por ano para seleção de servidores para participação no Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação (PROBIQ/IFC) segundo as normas e critérios estabelecidos na RESOLUÇÃO Nº 049 – CONSUPER/2014, de maneira a viabilizar a permanência nos cursos de qualificação e o desenvolvimento individual e institucional.

VIII. PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOUTORAL DOCENTE - PRODOUTORAL. (Portaria 140/CAPES de 02 de outubro de 2013)
O objetivo geral deste programa é promover a qualificação em nível de doutorado dos docentes do IFC que atuam ou que possam vir a atuar nos cursos de graduação e pós-graduação, bem como possibilitar a formação de grupos de pesquisas em áreas estratégicas e prioritárias, consolidar grupos de pesquisas já existentes, fomentar a cooperação acadêmica, consolidar os cursos de pós-graduação já existentes e criar novos cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e, futuramente, de doutorado.

A fim de atender essas demandas institucionais, foi elaborado o Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes do Instituto Federal Catarinense (PLANFOR). Esse plano foi submetido e aprovado pela Capes, a qual concedeu 3 bolsas e 3 auxílios-moradia para docentes do IFC, com afastamento integral para Doutorado.

4.3.2 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A saúde consiste em um fenômeno complexo e multideterminado, expresso pelo equilíbrio dinâmico entre dimensões individuais e coletivas, que incluem fatores físicos, emocionais, históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos. A concepção de saúde aqui adotada não se limita à ausência de doenças ou enfermidades. Trata-se de uma concepção que amplia os contextos de intervenção para além das práticas curativas, visando desenvolver as potencialidades de cada pessoa e da sociedade e, con-

sequentemente, proteger a vida. O campo da saúde do trabalhador compreende um conjunto de conhecimentos articulados de diversas áreas da saúde e ciências humanas a partir de uma perspectiva multidisciplinar associada ao saber dos trabalhadores protagonistas de sua própria saúde e da atividade laboral.

A elaboração de um Plano de Qualidade de Vida no Trabalho é uma resposta da instituição à reivindicação dos servidores do IFC por melhores condições de trabalho, maior valorização, redução no número de acidentes e doenças ocupacionais, o que interfere diretamente na motivação desses servidores para desempenhar suas funções. A elaboração do Plano de Qualidade de Vida no Trabalho está em consonância com o Decreto 6.833-2009, que institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), o qual tem por objetivo a redução de custos do governo federal com afastamentos de servidores para tratamento de saúde, aposentadorias precoces por invalidez, entre outros. O objetivo é implantar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional.

Dessa forma, ficam estabelecidas as seguintes metas:

I. Elaborar o Plano de Qualidade de Vida no Trabalho do IFC;
II. Organizar e estruturar o setor de saúde e sua equipe;
III. Projetar e implementar a infraestrutura física necessária para viabilizar o serviço de atenção à saúde.

5. Da Organização administrativa da IES

5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O IFC é organizado em estrutura multicâmpus, de acordo com o art. 7º, Capítulo III do seu Estatuto. Os órgãos executivos e de assessoramento do IFC, distribuídos pelos níveis de sua estrutura, são os seguintes:

I. ÓRGÃOS COLEGIADOS
- a) Conselho Superior;
- b) Colégio de Dirigentes;
- c) Conselho de Câmpus.

II. REITORIA
- a) Gabinete;
- b) Pró-Reitorias:
  - I. Pró-Reitoria de Ensino;
  - II. Pró-Reitoria de Extensão;
  - III. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;
  - IV. Pró-Reitoria de Administração; e
  - V. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social[3];
- c) Diretorias Sistêmicas;
- d) Auditoria Interna;
- e) Procuradoria Federal.

III. CÂMPUS, que para fins da legislação educacional são considerados Sedes.

5.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS

Os órgãos colegiados têm função de apoio à alta gestão administrativa e acadêmica, com objetivos político-educacionais mediante Estatuto no âmbito do IFC (Documento de referência: Resolução ad referendum 019/2009).

O Conselho Superior (CONSUPER), de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFC, composto por representantes que disciplinam as atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional.

O Colégio de Dirigentes (CODIR) é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. Tem caráter consultivo e é composto pelo reitor, que é o presidente, os pró-reitores e diretores-gerais dos câmpus.

O Conselho de Câmpus do Instituto Federal Catarinense, doravante denominado CONCAMPUS, é uma instância Institucional que presta apoio ao processo decisório; à gestão acadêmica, administrativa, econômica, orçamentária e financeira; e às relações sociais, de trabalho e de vivência, sendo um Colegiado Consultivo no âmbito Institucional, presente em cada câmpus, em conformidade com o artigo 4º do Regimento Geral.

3. No estatuto do IFC de agosto de 2009 consta a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional a qual foi alterada pela Resolução nº 055/2012.

5.3 REITORIA

A **Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)** tem como objetivo planejar, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de extensão e de relações com a sociedade, fortalecendo a interação entre o Instituto, as empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa.

A **Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)** é um órgão executivo central, integrante da administração superior, responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de todos os projetos e atividades na área de ensino de nível básico, técnico e superior do Instituto Federal Catarinense.

A **Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRODHS)** é um órgão executivo central, integrante da administração superior, responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de todos os projetos e atividades na área de desenvolvimento humano e social. Busca a excelência pessoal e institucional das pessoas que integram o IFC através de ações que contemplem os anseios institucionais e individuais, a fim de que se cumpra a missão e se amplie a visão institucional. Em suma, a PRODHS é um instrumento catalisador que, com as demais Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e Ouvidoria, está na busca incansável da harmonia, da democracia, do respeito, da ética, da satisfação, do bem-estar e do desenvolvimento pleno da pessoa.

A **Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPI)** é responsável pelo planejamento e coordenação das políticas de pesquisa nos níveis básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal Catarinense. Estimula o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

A **Pró-Reitoria de Administração (PROAD)** tem por objetivo planejar, coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades de programação e execução orçamentária, financeira e de Gestão de Pessoas em conjunto com as Diretorias Sistêmicas do Instituto Federal Catarinense, bem como subsidiar os órgãos colegiados e zelar pelo cumprimento de suas deliberações.

5.4 DIRETORIAS SISTÊMICAS

A **Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DIDES),** vinculada diretamente ao reitor, atua na articulação da Reitoria com os câmpus, promovendo o planejamento estratégico, compartilhando e articulando as práticas de gestão, acompanhando o cumprimento das metas definidas e propondo políticas de equidade institucional, bem como fornecer indicadores gerenciais (internos/externos) para suporte nas decisões da gestão.

A **Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)**, vinculada diretamente ao reitor, é um órgão de assessoramento, de atuação sistêmica, responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades voltados às políticas de Gestão de Pessoas; à Seleção e Ingresso de Pessoal; à Administração de Pessoal; ao Cadastro e Pagamento; aos Benefícios, Licenças e Afastamentos; aos Planos de Carreiras; às Aposentadorias e Pensões e, ainda, pela proposição de normativas e orientações referentes aos assuntos de Pessoal.

A **Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)**, vinculada diretamente ao reitor, é o órgão executivo sistêmico, de natureza consultiva e propositiva, de caráter permanente, responsável por desenvolver, aprimorar, coordenar e difundir as atividades de gestão da tecnologia da informação no âmbito do IFC.

5.5 UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Vinculada ao Conselho Superior, tem por objetivo o fortalecimento da gestão e a racionalização das ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, no âmbito do Instituto Federal, respeitando a legislação vigente.

5.6 PROCURADORIA JURÍDICA

Órgão de execução integrante da Procuradoria-Geral Federal, vinculado à Reitoria e à Procuradoria Federal do Estado, incumbido de prestar assessoramento e consultoria jurídica aos órgãos superiores da administração do Instituto Federal Catarinense.

5.7 COMISSÕES

COMISSÃO DE ÉTICA DO IFC

Compete à Comissão a verificação das normas sobre a conduta ética profissional dos servidores do IFC, de forma preventiva, por meio de orientações, recomendações e esclarecimentos, propondo procedimentos de forma a zelar pela transparência das atividades ou procedimentos corretivos que se façam necessários. *Documento de referência: Resolução Nº 056 do Consuper/2012.*

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Nos termos do artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, a qual institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), toda instituição concernente ao nível educacional em pauta, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação (CPA), com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

É tarefa da CPA coordenar os processos internos de avaliação da Instituição; sistematizar e prestar informações solicitadas pelo INEP; executar os trabalhos necessários voltados para o alcance dos objetivos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); e conduzir os processos de autoavaliação institucional do IFC, além de estimular essa cultura. *Documento de referência: Portaria nº 1974/11.*

COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (CIS)

Essa Comissão, composta por servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE), foi criada com a finalidade de acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a sua implementação no âmbito do Instituto Federal Catarinense e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento. *Documento de referência: RESOLUÇÃO Nº 015 – CONSUPER/2012.*

COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD)

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) constitui-se em órgão de assessoramento ao Conselho Superior, à Reitoria e aos Diretores gerais para a formulação e o acompanhamento da execução da política de pessoal docente do Instituto Federal Catarinense. Os assuntos tratados pelo presente regimento da CPPD (RESOLUÇÃO Nº 005 – CONSUPER/2014), tem fulcro no Capítulo VII da Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012. A CPPD Institucional ficará vinculada administrativamente ao Reitor.

COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CGTI)

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) do Instituto Federal Catarinense é um órgão colegiado de natureza executiva e de caráter permanente, criado no ato do Magnífico Reitor pela Portaria nº 1.968/2013, em conformidade com as orientações emanadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) e pelo Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática (SISP).

O CGTI tem como atribuição básica acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação com os objetivos do IFC, além de priorizar os projetos nessa área, recomendando, sempre que necessário, atualizações e ajustes nos projetos de tecnologia da informação e comunicação.

Documentos de referência: Portaria 1.968/2013; Regimento Interno do CGCTI.

NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL (NGA)

O Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) do IFC encontra-se ligado, na Reitoria, à Pró-Reitoria de Administração e, em cada Câmpus, diretamente à Direção-geral. São órgãos colegiados com finalidade consultiva e de apoio para auxiliar na execução das políticas ambientais institucionais, conforme consta no Regulamento de Atividades do NGA.

O princípio da sustentabilidade socioambiental do IFC é entendido como um valor fundamental para a comunidade institucional e escolar, que visa melhoria social, ambiental e econômica crescente, bem como auxilia na formação cultural de cidadãos conscientes e ativos.

Documento de referência: RESOLUÇÃO Nº 006 – CONSUPER/2014.

5.8 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS.

5.8.1 NÚCLEO DE APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE)

O NAPNE é um órgão de assessoramento e encontra-se ligado, na Reitoria, à Pró-Reitoria de Ensino e, em cada câmpus, diretamente à Direção-Geral. Atua no âmbito institucional interno e externo, assessorando as Direções de Desenvolvimento Educacionais dos câmpus e participando dos movimentos comunitários. O NAPNE conta com um Regulamento Interno, aprovado pelo Conselho Superior. Apresenta como finalidades:

I. Desenvolver ações de implantação e implementação de Programas e Políticas de Inclusão, conforme as demandas existentes em seus câmpus e região de abrangência;

II. Promover na Instituição a cultura da educação para a inclusão, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas.

Ao NAPNE compete:

I. A disseminação da cultura da inclusão no âmbito do IFC através de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas de inclusão das esferas municipal, estadual e federal;

II. Mediar as negociações e convênios com possíveis parceiros para atendimento das pessoas com necessidades específicas;

III. Avaliar e propor diretrizes e metas a serem alcançadas, no tocante à Inclusão no IFC;

IV. Auxiliar na implementação de políticas de acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas específicas, de acordo com a legislação vigente;

V. Manifestar-se, sempre que se fizer necessário, sobre assuntos didático-pedagógicos e administrativos, relacionados à inclusão;

VI. Promover eventos que envolvam a capacitação de servidores para as práticas inclusivas em âmbito institucional.

De forma a colocar em prática tais finalidades e competências, a Reitoria e os câmpus do IFC desenvolvem ações como a realização de processos seletivos conforme a legislação vigente; a implantação das questões de acessibilidade em conformidade com as normas gerais e critérios básicos da legislação; capacitação (cursos, oficinas, palestras, eventos) para as práticas inclusivas no âmbito institucional; e o atendimento e acompanhamento dos alunos e servidores com necessidades específicas por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

5.8.2 NÚCLEO PEDAGÓGICO (NUPE)

O Núcleo Pedagógico (NuPe) é um órgão de estudos, pesquisas e assessoramento de cada Câmpus, vinculado à Direção de Desenvolvimento Educacional, cuja finalidade é proporcionar à comunidade acadêmica assistência de ordem didática e pedagógica, contribuindo com a implementação de políticas e ações na área educacional, visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

O NuPe é composto por uma equipe multidisciplinar, tendo como membros permanentes os servidores técnico-administrativos em exercício nos seguintes cargos e/ou funções: Pedagogos, Técnicos em Assuntos Educacionais e Coordenadores de Ensino. *Documento de referência: RESOLUÇÃO Nº 008 – CONSUPER/2014.*

6. Das Políticas de Atendimento aos Discentes

A Política de Assistência Estudantil no IFC encontra-se vinculada à Coordenação-Geral de Assuntos Estudantis na Pró-reitoria de Desenvolvimento Humano e Social. A mesma tem como objetivo promover o desenvolvimento humano e social através de ações educativas, que visem criar condições de acesso, permanência e aproveitamento pleno da formação acadêmica.

Esta Coordenação visa desenvolver programas e projetos que vão ao encontro das necessidades sociais dos estudantes, além de traçar estratégias de acesso e permanência na Instituição, principalmente daqueles oriundos de classes menos favorecidas socio-economicamente, contribuindo, assim, para a efetivação da educação como um direito social.

O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como objetivos democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; aumentar as taxas de retenção e diminuir as de evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. As ações do Programa devem contemplar as seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, lazer, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência.

Os câmpus do IFC, através das Coordenações-Gerais de Assistência Estudantil (CGAE), desenvolvem ações de apoio, orientação, capacitação, inclusão e identificação das demandas sociais apresentadas pelos estudantes através de equipe multiprofissional, composta por profissionais das áreas de serviço social, psicologia, medicina, enfermagem, nutrição, psicologia, odontologia, entre outros.

6.1 OBJETIVOS

A Política de Assistência Estudantil, articulada com os demais setores da Instituição, tem como objetivos duas linhas de ação:

I. O atendimento a estudantes em vulnerabilidade social, por meio da viabilização de recurso financeiro que atenda as necessidades básicas para seu acesso, permanência e êxito dentro da instituição;

II. O atendimento universalizado através da formação integral com ações destinadas a todos os estudantes.

6.2 AÇÕES DESTINADAS A ESTUDANTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PAE): Tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através da concessão de Auxílios Estudantis. Está regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Desde 2011, o IFC atende um grande número de estudantes, através do repasse dos seguintes auxílios:

Auxílio Moradia: Destinado a estudantes em vulnerabilidade social que necessitem de complementação para suas despesas de aluguel e que sejam oriundos de outros municípios ou zona rural distantes, para que os mesmos possam residir mais próximo do câmpus onde estudam;

Auxílio Permanência I: Destinado a estudantes em extrema vulnerabilidade social que necessitem de complementação para suas despesas de alimentação, transporte, material didático, entre outros, visando a permanência e o êxito acadêmico, a ser analisado pela comissão de seleção socieconômica;

Auxílio Permanência II: Destinado a estudantes em vulnerabilidade social que necessitem de complementação para suas despesas de alimentação, transporte, material didático, entre outros, visando a permanência e o êxito acadêmico.

Moradia Estudantil: Atualmente o IFC conta com o regime de internato pleno nos Câmpus Araquari, Camboriú, Concórdia, Rio do Sul e Santa Rosa do Sul. As vagas na moradia estudantil tem como objetivo oportunizar a inclusão social; dar acesso preferencial aos estudantes com carência econômica comprovada; facilitar a amizade, companheirismo e respeito, favorecendo a aprendizagem; tornar o estudante corresponsável pelo funcionamento e organização da mesma. Cada Câmpus possui uma normativa para o funcionamento de sua moradia e oferece, além do alojamento aos estudantes, alimentação, sendo no mínimo 03 (três) refeições diárias; serviços de lavanderia; encaminhamento médico e ambulatorial; serviço de atendimento e orientação.

Nos últimos anos percebeu-se um interesse muito grande do público feminino na moradia estudantil. Esta é uma demanda reprimida, que muitas vezes acaba não sendo suprida.

Tabela 8: Número de vagas ocupadas por alunos na moradia estudantil por câmpus.

Câmpus	Vagas (Masculino)	Vagas (Feminino)	Total de Vagas
Araquari	80	-	80
Camboriú	45	-	45
Concórdia	269	54	323
Rio do Sul	264	72	336
Santa Rosa do Sul	256	80	336
			Total de vagas: 1120

6.3 AÇÕES UNIVERSAIS DESTINADAS A TODOS OS ESTUDANTES

AUXÍLIO PARTICIPAÇÃO EM VIAGENS E EVENTOS ACADÊMICOS: Tem por objetivo conceder auxílio financeiro para a participação em eventos e visitas técnicas de natureza acadêmica, científica, tecnológica, cultural e desportiva, bem como para a formação do estudante em sua totalidade e para o bom desempenho nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, podendo ser custeadas as despesas com alimentação, transporte e hospedagem. Os recursos são custeados conforme o Decreto nº7.234, de 19 de julho de 2010.

PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO IFC: Consiste em ações que propiciem aos estudantes se alimentar de forma saudável nos câmpus em que possuem refeitório/restaurante estudantil. Além disso, busca-se utilizar os recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para complementar a alimentação de todos os estudantes de ensino médio e PROEJA do IFC, de todos os câmpus. O IFC conta com uma equipe de nutricionistas especializados para este atendimento. O objetivo é implantar futuramente refeitórios nos câmpus que ainda não dispõem dessa infraestrutura, para melhor atender os estudantes.

MOVIMENTO ESTUDANTIL: São desenvolvidas ações de apoio à representação estudantil, através do diálogo e da parceria com os Centros Acadêmicos, Grêmios Estudantis e Diretório Central dos Estudantes. Além disso, existe o auxílio na consecução dos encontros anuais. Um dos principais objetivos é fomentar o controle social exercido pelos estudantes através das ações a eles destinadas, trazendo o debate e avaliação dos serviços prestados.

CULTURA, ESPORTE E LAZER: Em 2014 foi implantada a Coordenação de Cultura, Esporte e Lazer, que é vinculada à Coordenação-Geral de Assuntos Estudantis e tem como objetivos e atribuições:

I. Contribuir para o cumprimento dos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no que compete ao desenvolvimento de ações na área de Cultura, Esporte e Lazer que auxiliem na permanência e êxito dos discentes na instituição;

II. Propor programas de acesso e desenvolvimento de práticas culturais, esportivas e de lazer ao corpo discente, já que essas são um direito social e contribuem para a formação integral do estudante;

III. Incentivar a difusão de atividades culturais por meio das diversas formas de expressão artística, para formação crítica e reflexiva do discente;

IV. Incentivar e fomentar atividades esportivas e de lazer, como elementos essenciais à promoção da saúde e qualidade de vida;

V. Planejar e auxiliar na execução de eventos que promovam ações culturais, esportivas e de lazer.

Com vistas a alcançar os objetivos acima propostos, encontra-se em execução o primeiro evento na área cultural, com a participação de todos os câmpus. Este deverá se concretizar anualmente, sendo inserido no calendário de eventos da instituição. Planeja-se, ainda, ampliar esta ação para a área esportiva e fomentar projetos culturais e esportivos, por meio da concessão de auxílio financeiro aos discentes participantes. A normatização para viabilizar a execução desta modalidade de auxílio deve ser construída em conjunto com os câmpus.

DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA A PERMANÊNCIA: Em parceria com a Pró-reitoria de Ensino, foi instituído um GT para acompanhar as ações de evasão escolar e trabalhar em ações com equipes multiprofissionais, com o intuito de garantir a permanência e o bom proveito acadêmico dos estudantes.

ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: Em parceria com o NAPNE são desenvolvidas ações para atendimento dos estudantes com deficiência e transtornos globais.

7. Da Infraestrutura

7.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA

A infraestrutura do IFC é composta pela soma de todas as estruturas físicas dos câmpus e da Reitoria. Embora sejam muito diversificadas, todas possuem a estrutura necessária para atendimento aos cursos em andamento e às atividades administrativas. Contudo, como existem câmpus antigos, que sofreram muitas alterações e modificações, deverão ser realizadas adequações e regularização conforme as novas legislações, tais como:

I. Realizar levantamento topográfico cadastral do imóvel pertencente ao IFC/Câmpus, visando a regularização documental do patrimônio dos bens imóveis, permitindo assim o planejamento destinado à expansão e à manutenção;

II. Promover a unificação dos imóveis contíguos que constarem de matrículas autônomas;

III. Promover a retificação de área e aditamento de medidas e confrontantes quando necessário;

IV. Promover a regularização e averbação dos imóveis edificados sobre as terras pertencentes ao IFC/Câmpus;

V. Realizar a revisão e promover as adequações dos equipamentos de proteção contra incêndios nas edificações.

A seguir, cada câmpus retrata sua infraestrutura existente, bem como as necessárias para ampliação.

7.1.1 ARAQUARI

O Câmpus Araquari possui os seguintes ambientes: Direção Geral – com uma área total de 156 m²; Secretaria Escolar (45,82 m²); Departamento de Administração – DAP (74 m²). O Prédio Central reúne os seguintes ambientes: NUPE/NAPNE (1), sala de reuniões (1) e Sala de Coordenadores de Cursos Técnico Médio, com área total de 89 m²; sala de professores (1), com 57m²; Pronatec (1), com 20 m²; salas de aula, com 54 m² (3); sala de aula de 82 m² (1); salas de aula de 40 m² (3); depósito de 20 m²; cantina com 60 m²; Laboratório de Biologia de 40m², Laboratório de Pesquisa de 50 m² e Laboratório de Química de 60 m². Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP (39,24 m²), sala de videoconferência (39,24 m²) e um ambiente de 161m² reunindo: Direção de Desenvolvimento de Ensino (DDE), Coordenação Geral de Ensino (CGE), Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Coordenação de Extensão e sala de professores (3). O bloco de Informática, com 538 m², reúne os seguintes ambientes: sala de aula (1), Laboratórios de Informática (3), sala de professores (3), Coordenação de Tecnologia da Informação (2), Laboratório de Topografia (1). O Bloco C, com área total de 400 m², reúne os seguintes ambientes: Coordenação Geral de Assistência ao Educando (CGAE), moradia estudantil, vestiários. Laboratórios de Química Geral/Química Analítica/Química Orgânica (428,16 m²); Ginásio de esportes; Auditório e sala de música; Incubatório (310 m²); Refeitório (869,54 m²); Unidade de Ensino e Aprendizagem (UEA) – Plantas Medicinais; UEA Laboratório de Produção Vegetal (60 m²). UEA Aquicultura (80 m²) - Laboratório de Aquicultura. UEA Anacultura: Barreira sanitária (55,78 m²), galpão de criação de marrecos de 155m² (4); UEA Apicultura; UEA Fruticultura (373,73 m²); Laboratório de Anatomia (80 m²); Bananicultura; LABGOA – Laboratório de Biologia e Genética de Organismos Aquáticos: depósito (40 m²); UEA Mecanização; Depósito (40 m²); UEA Estação Meteorológica; UEA Agroindústria (550 m²); CPCCV – Centro de Práticas Clínicas e Cirúrgicas Veterinárias (432,64 m²); UEA Horta (109 m²); UEA Jardins; UEA Viveiro de Mudas; UEA Culturas Anuais; UEA Agrostologia; UEA Suinocultura: galpões de 285 m² (1) e 401 m² (1); UEA Unidade Experimental; UEA Administração Rural; UEA Gestão de Resíduos; UEA Cunicultura (100 m²) (3); UEA Bovinocultura (400 m²). Laboratório de Ensino e Diagnóstico em Medicina Veterinária - LEDVET (283 m²); Laboratório de Biologia Molecular, subdividido em cinco espaços individualizados; Laboratório de Microbiologia: área de 45,6 m².

Para a expansão e atendimento aos novos cursos, serão construídos os seguintes laboratórios: Física, Eletricidade e Medidas Elétricas (em implantação); Elementos de Automação e Acionamentos; Eletrônica e Instalações e máquinas elétricas; Química Geral/Analítica/Orgânica; Física; Termodinâmica e Fenômenos de Transporte; Operações Unitárias; Industrial; Hidráulica, Irrigação e Drenagem; Solos; Sementes; Entomologia Agrícola; Projetos de máquinas e implementos agrícolas.

A Biblioteca do Campus possui 295m², ambiente climatizado, disponibilidade de 90 lugares, com computador de acesso à Internet ao usuário, Rede Wi-fi, computador de consulta ao acervo. Seu acervo é de aproximadamente 13.000 exemplares e 6086 títulos, além de possuir diversos materiais bibliográficos em diferentes suportes, tais como periódicos impressos, CDs, DVDs, mapas, monografias, dissertações e teses, chegando a um total de 14.500 exemplares. Possui ainda acesso liberado ao portal Capes, disponibilizando artigos na íntegra.

7.1.2 BLUMENAU

A infraestrutura do Câmpus Blumenau está adequada à demanda atual, porém com algumas ressalvas. O Câmpus dispõe de adequadas salas para o setor administrativo e para as coordenações ligadas ao Departamento de Desenvolvimento Educacional. Dispõe também de espaços adequados em salas de aulas e atendimento aos discentes, bem como laboratórios. Conta com os ambientes de Laboratório de Informática e Biblioteca, equipados suficientemente.

Os principais ambientes presentes no Câmpus são: 16 Salas de aula (966,56 m²); 11 Laboratórios (1243,77 m²), sendo 05 laboratórios de informática (03 equipados e 02 ainda não equipados), 01 laboratório de hardware, 01 laboratório Multidisciplinar (para química e biologia, em implantação), 02 laboratórios de Elétrica (ainda não equipados), 01 laboratório de Mecânica (ainda não equipado) e 01 Sala de Desenho técnico; 1 Biblioteca (215,63 m², com 131 títulos e 61 volumes); 1 Ginásio poliesportivo (1548,38 m²); 9 salas do setor Administrativo (253,88 m²); Direção, Gabinete e arquivos (71,43 m²); Serviços Gerais (23,26 m²); Secretaria e arquivos (80,49 m²); 7 Banheiros (139,12 m²); Recepção (37,82 m²); Almoxarife (17,09 m²); Reprografia (17,85 m², ainda não equipada); Sala de estudos (17,23 m²); 2 Salas de Apoio (88,2 m²); Sala de Professores e Coordenação de cursos (336,25 m²).

7.1.3 BRUSQUE

O Câmpus Brusque está previsto para ter a sua disposição na área construída de 5.577,39 m². Serão edificados 06 blocos distintos, conforme a função a que se destinam, que serão interligados por circulação coberta: **Bloco de Acesso e Biblioteca:** Neste bloco, definido como entrada principal da Escola, constam os seguintes espaços: Hall coberto, que serve também como Foyer do Auditório; Biblioteca; rampa para circulação vertical principal; **Auditório:** Dois acessos principais e uma saída de emergência; Conjunto de Sanitários; Sala Técnica; Plateia com capacidade para 205 pessoas, incluindo 3 lugares para P.O e 4 lugares para P.N.E.; Palco, com espaço de apoio contendo sanitário e bancada com pia; **Bloco Pedagógico/Administrativo:** é distribuído em 2 pavimentos. A área administrativa, localizada no pavimento térreo, é composta de Secretaria com Arquivo e Reprografia; Coordenação Pedagógica; Coordenação de Estágio; Diretoria; Sala de Professores; Conjunto de Sanitários e Copa para Professores e Funcionários. A área pedagógica é composta de 6 laboratórios básicos, localizados no pavimento térreo: Laboratório de Biologia; Laboratório de Química; Laboratório de Física; Laboratório de Matemática; Laboratório de Línguas e Laboratório de Informática. Além disso, dispõe de 3 Almoxarifados; Depósito de Material Pedagógico; Depósito de Material Multimídia; 12 salas de aula, localizadas no Pavimento superior; 2 Conjuntos de Sanitários para alunos, sendo um em cada pavimento, com Depósito de Material de Limpeza; Átrio central de vivência, com circulação vertical feita através de escada; **Bloco de Serviços e Vivência:** Depósito de Material de

Limpeza; Sanitários e Vestiários de funcionários; Cantina; Cozinha: Área de recepção e pré-lavagem de hortaliças; Bancada de preparo de carnes; Bancada de preparo de legumes e verduras; Cocção; Bancada de passagem de alimentos prontos; Bancada de recepção de louças sujas; Área para armazenamento e lavagem das louças; Depósito de lixo orgânico e inorgânico; Despensa; Despensa Fria. Depósito e Manutenção de Mobiliário; Pátio de Serviços (Carga e Descarga); Central GLP. O Bloco de vivências é composto de Área coberta com Refeitório; Grêmio Estudantil; Área descoberta com bancos e pequeno Teatro de Arena; **Quadra Poliesportiva Coberta:** Pequena Arquibancada; Vestiários Masculino e Feminino com adaptação para P.N.E.; Depósito para Material Esportivo; Sala Multiuso; Sala da Coordenação de Educação Física; **Bloco de Ensino Profissionalizante:** 2 Laboratórios de Ensino Técnico Profissionalizantes; 1 Conjunto de Sanitários para alunos. Pátio de Carga e Descarga de Materiais.

7.1.4 CAMBORIÚ

A área total do IFC Camboriú é de 204ha e a área construída é de 21.178,86 m². Contém 9 Salas de aula (2.090 m²); Laboratório de pesquisas imobiliárias (70 m²); Laboratório de gerência imobiliária (20 m²); Laboratório de gráfico para experimentação imobiliária (42 m²); Laboratório de suporte básico de vida (16 m²); Laboratório de higiene e segurança do trabalho (8 m²); Laboratório de controle de incêndios (200 m²); Laboratório de análises químicas (65 m²); Laboratório de gestão ambiental (51 m²); Laboratório de biologia (65 m²); Laboratório de física (65 m²); Laboratório de química (65 m²); Laboratório de recursos hídricos (40 m2); Laboratório Web (65 m²); Laboratório Lab Soft I (65 m²); Laboratório Lab Soft II (65 m²); Laboratório Lab Soft III (65 m²); Laboratório de redes (60 m²); Laboratório laser (60 m²); Laboratório de hardware (60 m²); Laboratório GEATI (70 m²); Laboratório de informática geral (68 m²); Laboratório polo – tutorias EAD (48 m²); Laboratório de matemática (80 m²); Laboratório de pedagogia (68 m²); Laboratório de hospedagem (68 m²); LabMat (65 m²); Brinquedoteca (68 m²); Laboratório de programa de educação tutorial – PET (100 m²); Biblioteca (620 m²); Auditório para 400 pessoas (600 m²); Ginásio poliesportivo (1.575 m²); 09 salas do setor Administrativo e coordenações (1.870 m²); 15 Unidades Didáticas (5.840 m²); 12 salas de Atendimento ao aluno (3.215 m²); 6 Serviços Gerais (2.370 m²).

Os principais equipamentos didáticos para suporte docente são: projetores multimídia, computadores desktop; notebook; tablets; lousas digitais; kit para videoconferência; impressoras; televisores para salas de aula; fotocopiadoras.

7.1.5 CONCÓRDIA

A área total do IFC Câmpus Concórdia é de aproximadamente 253 ha (2.530.000 m²), com 26.065 m² de área construída. A estrutura física é composta por 03 laboratórios de informática (67 m²), climatizados e equipados com 20 computadores, biologia (129,40 m²), solos (93,60 m²), sementes (63 m²), química (100 m²),03 laboratórios de física (aproximadamente 70 m²), equipados para ensino de física, física geral e física moderna, matemática (112 m²), termodinâmica e fenômenos de transporte (63 m²), operações unitárias, embalagens (71,4 m²), análise sensorial (73 m²), bromatologia (70 m²), microbiologia (93,4 m²), biotecnologia (20,4 m²); miniusina de processamento de leite (111 m²), miniusina de processamento de frutas e hortaliças e panificação (166 m²), abatedouro/frigorífico (558 m²), histologia (58,7 m²), Anatomia animal (120 m²), fisiologia, nutrição animal (70 m²), bioquímica e toxicologia (64 m²), análises clínicas (70 m²), parasitologia veterinária (60 m²), microbiologia veterinária (63,82 m²), patologia, entre outros. Há também ginásio de esportes (1.408 m²), 01 academia de ginástica (322 m²), campo de futebol com pista de atletismo (14.000 m²), refeitório (855 m²), alojamentos para estudantes – quatro masculinos (592 m²) e um feminino (628 m²), alojamento feminino semi-interno (138 m²), centro cultural, centro administrativo (3.008 m²), centro pedagógico (15 salas de aula de 65 m²), enfermaria (28 m²), reprografia (30 m²), sala do NUPE (30 m²), orientação e supervisão pedagógica (60 m²), coordenações gerais

de 130 m², auditório de 1121,16 m² (que comporta 130 pessoas), centro de educação tecnológica, 08 salas de aula de 70 m² cada, 04 salas de professores de 280 m² cada, secretaria acadêmica de 70 m², parque tecnológico – Tecnoeste, equoterapia e unidades educativas de produção agrícola e zootécnica, uma biblioteca (515 m²), com um acervo atual de 14.657 títulos, totalizando 28.438 exemplares. O quadro de servidores do câmpus é composto por docentes e técnico- administrativos efetivos, contratados, terceirizados e estagiários, somando em torno de 250 servidores.

7.1.6 FRAIBURGO

Atualmente o Câmpus conta com uma infraestrutura limitada, considerando o fato de que o prédio (doado pelo FNDE) fora construído há mais de 40 anos. Por este motivo, muitas adequações e adaptações foram necessárias para se iniciar as atividades deste câmpus. Existe, para o ano de 2014, previsão de uma reforma de grande porte para que, assim, tenham-se instalações que atendam as demandas do câmpus.

No momento, a infraestrutura do câmpus, distribuída em aproximadamente 3500 m², conta com os seguintes ambientes: 03 salas de aula (65 m²); 02 salas de aula (105 m²); 02 laboratório de informática (60 m²), com 55 computadores; 01 laboratório de hardware (80 m²); 10 salas administrativas com média de 30 m² cada; 01 sala administrativa de 50 m²; biblioteca (80 m²), com 873 exemplares; auditório (225 m²).

7.1.7 IBIRAMA

O Câmpus de Ibirama conta com mais de 27 ambientes e um galpão de 205 m² (20,5 x 10,0), que pode ser subdividido em vários ambientes. As salas possuem em média 50,0 m² de área e são utilizadas para salas de aula, sala de professores, sala de reuniões e laboratórios. Existe ainda um ambiente destinado à administração, que perfaz uma área de 132 m². Totaliza-se, assim, uma área construída de mais de 5.000 metros quadrados, a saber: 10 salas de aula; 10 salas de orientação e/ou coordenação; sala de reuniões e videoconferência; setor administrativo; 6 laboratórios (60 m² cada); laboratórios de informática (60 m² cada); biblioteca; 4 salas de professores; auditório; ginásio coberto.

Com os estudos de implantação de novos cursos e com a ampliação do número de alunos, vislumbra-se a necessidade de novas salas de aula; laboratórios de Ciências; Laboratórios de Física, Química e Biologia e laboratório de Informática. Além disso, faz-se necessária a ampliação da biblioteca, para que se tenha um ambiente adequado para o armazenamento dos livros, com sala de estudo, sala de processamento, sala de coordenação e local de atendimento. E, por fim, necessita-se de mais estações de trabalho aos novos professores e técnicos, bem como as mobílias que as compõem.

7.1.8 LUZERNA

A estrutura física já existente no Câmpus Luzerna possui uma área para estacionamento e um prédio com uma área de 1.200 m², separado em dois pavimentos, sendo: 07 salas de aula; 01 sala de biblioteca; 02 salas de professores; 01 sala de coordenação e orientação pedagógica; 01 centro de processamento de dados (cpd); 01 sala de reuniões; 01 sala do centro acadêmico. Ainda, o câmpus conta com os seguintes laboratórios: Laboratório de Pneumática, Eletropneumática e Hidráulica (145,95 m2), Laboratório de Eletroeletrônica (49 m2), Laboratório de Instalações Elétricas e Máquinas Elétricas (49 m2), Laboratório de Microcontroladores e CLP's (49 m2), Laboratório de Física (49 m2), Laboratório de Química (47,26 m2), Laboratório de Informática 1(97,15m2), Labo-

ratório de Informática 2 (47,26 m2), Laboratório de Informática 3 (72,60 m2), Laboratório de Materiais (47,94 m2), Laboratório de Metrologia (47,94 m2), Laboratório de Medições e Calibração (49 m2), Laboratório de Usinagem, Soldagem e Manutenção (300,6 m2), Laboratório de Usinagem CNC (47,6 m2), Laboratório de Desenho Técnico (96,95 m2).

A biblioteca possui 207,81 m² de espaço físico e é dividida em 3 salas de estudos, sala de pesquisas, sala de reuniões, sala de serviços administrativos, sala de reprografias e guarda-volumes. Existem nove mesas para alunos, com quatro assentos cada, 7 mesas para computadores e 3 mesas com cadeiras para administração. O restante da infraestrutura da biblioteca é composto por 10 computadores com internet, rede *wireless*, sistema antifurto, 4 climatizadores de ar-condicionado, 3 computadores administrativos e máquina de reprografias. Além da infraestrutura, são oferecidos serviços de empréstimo domiciliar, empréstimo entre bibliotecas, comutação bibliográfica, treinamento do Pergamum, treinamento do portal de periódicos da CAPES e orientação de trabalhos acadêmicos e reprografias. O acervo da biblioteca atualmente possui 15.000 volumes de livros, cds, dvds, literatura cinzenta e Portal de Periódicos da CAPES.

A estrutura predial do Câmpus Luzerna permite acesso por rampa a todos ambientes, facilitando a locomoção de cadeirantes por todo o espaço. Há vagas de estacionamento para deficientes físicos devidamente identificados. Cada banheiro da instituição conta com um Box de tamanho diferenciado destinado a atender portadores de necessidades especiais.

Em relação à acessibilidade de comunicação por pessoas surdas, está previsto, no quadro de profissionais a serem contratados, um tradutor de LIBRAS em Língua Portuguesa, para acompanhar estas pessoas no desenvolvimento de seus estudos dentro da instituição.

O projeto de ampliação da estrutura física do câmpus inclui mais um bloco para salas de aula, bloco administrativo (já em construção) e auditório. A nova estrutura será totalmente suficiente para atender os novos ciclos de cursos já existentes e o novo curso proposto de Ensino Médio Integrado - Técnico em Mecânica.

7.1.9 RIO DO SUL

O Câmpus Rio do Sul do Instituto Federal Catarinense, está localizado numa região privilegiada no Alto Vale do Rio Itajaí, Santa Catarina. São duas unidades, a rural localizada na Estrada do Redentor, 5665, bairro Canta Galo, e a unidade urbana localiza-se na Rua Abraham Lincoln, 210, Bairro Jardim América. A instituição conta com uma instalação física ampla, são cerca de 30.000m² metros quadrados de área construída. O Câmpus conta, atualmente, com 35 salas de aula, 02 bibliotecas, 02 auditórios, alojamentos masculino e feminino, refeitório, ginásio, quadras esportivas, e diversos laboratórios que atendem aos cursos superiores e técnicos, integrados ao ensino médio e subsequentes.

As Bibliotecas do Câmpus Rio do Sul possuem uma área de 741 m², amplo e atualizado acervo com 21.000 obras, constituído por livros, periódicos, jornais, obras de referência nas mais diversas áreas do conhecimento, fitas de vídeo, CD-ROM e outros materiais, recursos de informática com acesso à Internet, cabines para estudos individuais e salas de estudo em grupo.

Os Auditórios do Câmpus Rio do Sul são climatizados e interligados em rede e acesso à Internet. Na unidade rural do Câmpus Rio do Sul o auditório tem capacidade de 150 pessoas, com área de 190m², e o auditório da unidade urbana tem capacidade de 270 pessoas, com 334,41m².

Laboratórios de informática: são oito laboratórios de informática que atendem os cursos da área de computação e informática, e as disciplinas dos demais cursos. Laboratórios de agronomia: são dez laboratórios que atendem as áreas de fitopatologia, en-

tomologia, sementes, melhoramento vegetal, anatomia e morfologia vegetal, fisiologia vegetal, química geral, química do solo, física do solo e hidráulica. Laboratórios de agrimensura e topografia: são três laboratórios que atendem as áreas de desenho técnico, topografia e agrimensura. Laboratórios de ensino agrícola: são dez laboratórios que atendem os setores de olericultura, culturas anuais, fruticultura, agroecologia, produção de mudas, avicultura, apicultura, suinocultura, ovinocultura, bovinocultura, piscicultura, agroindústria de leite, carnes e vegetais. Laboratórios de licenciaturas: são dois laboratórios que atendem os cursos de física e matemática. Laboratórios de ensino médio: física, química e biologia. Laboratórios de eletroeletrônica: são dois laboratórios que atendem o curso técnico de eletroeletrônica.

7.1.10 SÃO BENTO DO SUL

O Câmpus São Bento do Sul está em fase de implantação, ou seja, a infraestrutura física dos laboratórios ainda não se encontra disponível. A mesma será implantada em 2015, para o início das aulas no primeiro semestre de 2016, conforme o planejamento a seguir.

Serão necessários 3 laboratórios de informática (com espaço físico de 60,62 m²; 60,62 m² e 91,44 m², respectivamente), compostos por 43, 25 e 25 microcomputadores desktop com monitor de 22", conectados em rede, com softwares licenciados, para atendimento a todos os cursos e componentes curriculares que necessitem da tecnologia.

Para os cursos técnicos de ensino médio integrado e para a licenciatura, serão necessários laboratórios de física (60,62 m²), química (60,62 m²) e biologia (60,62 m²), compostos por bancadas didáticas ergonomicamente projetadas, chuveiro lava-olhos, pia, balança, estufa, capela, refrigerador, microscópios, além das vidrarias e equipamentos específicos para realização de aulas práticas.

Para os cursos técnicos (ensino médio integrado e subsequente) em Automação Industrial e Segurança do Trabalho, assim como para o bacharelado em Engenharia de Controle e Automação, deverão ser implantados laboratórios específicos para realização de aulas práticas, tais como: a) Laboratório de Segurança do Trabalho (60,62 m²); b) Laboratório de Máquinas e Acionamentos Elétricos (78,53 m²); c) Laboratório de Eletrônica (60,62 m²); d) Laboratório de Informática Industrial (60,62 m²); e) Laboratório de Pneumática e Hidráulica (77,60 m²); f) Laboratório de Processos de Fabricação (234,10 m²); g) Laboratório de Metrologia Dimensional (60,62 m²); h) Laboratório de Materiais e Ensaios (60,62 m²); i) Laboratório de Metrologia Dimensional (60,62 m²). Todos os laboratórios possuirão tela para retroprojetor e equipamento Datashow para projeção de som e imagens.

A biblioteca do Câmpus São Bento do Sul terá uma área de 184,05 m² de espaço físico e será dividida em dois pavimentos. O pavimento térreo (112,03 m²) será composto por uma área para guarda-volumes; área para consulta digital ao acervo com acesso à internet; sistema antifurto; rede wireless; área de atendimento com serviço de reprografia; área de processamento e estantes para armazenamento do acervo. No pavimento superior (72,02 m²), serão disponibilizadas 9 (nove) mesas com 4 (quatro) cadeiras para leitura e estudo (36 alunos); 3 (três) salas de reunião e 8 (oito) cabines para leitura e estudo individuais. O acesso ao pavimento superior poderá ser feito através de escada ou rampa elevatória.

Estima-se que a capacidade do acervo será de 7.500 volumes de livros, com espaço para armazenamento de periódicos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, CDs, DVDs etc. A biblioteca oferecerá os serviços de empréstimo domiciliar; empréstimo entre bibliotecas; comutação bibliográfica; treinamento do sistema Pergamum; treinamento do portal periódicos da CAPES e orientação para elaboração de trabalhos acadêmicos e reprografia.

7.1.11 SÃO FRANCISCO DO SUL

O Câmpus São Francisco do Sul dispõe de dois laboratórios de informática, nos quais os alunos contam com estagiários para o auxílio em suas atividades. Os laboratórios podem ser utilizados por qualquer acadêmico devidamente matriculado no curso, respeitando o cronograma de utilização. Os laboratórios possuem regulamento próprio.

O planejamento de salas de aula tem como padrão a turma do primeiro semestre, composta de 40 alunos. Compõem o conjunto de salas de aula: 06 salas, equipadas com quadro branco e/ou lousa digital, conjunto de mesa e cadeira para professor, carteiras para os acadêmicos e climatizador, com iluminação natural e artificial.

A Biblioteca do Câmpus São Francisco do Sul possui um espaço propício ao desenvolvimento de estudos e pesquisas, com espaço para trabalhos em grupo e pesquisa individual. Em seu acervo, constam títulos referentes à bibliografia básica e complementar dos cursos regulares oferecidos atualmente no câmpus, além da base de dados da CAPES.

7.1.12 SANTA ROSA DO SUL

O IFC Santa Rosa do Sul possui vários ambientes, tais como: 05 Laboratórios de informática (366,27 m²), com 21 computadores cada; 02 Laboratórios de agroindústria, sendo um de Agroindústria animal (476m²) e o outro de Agroindústria vegetal (180,96m²), totalmente equipados; e um complexo com 3 laboratórios (545,02 m²) - Laboratório de Micropropagação, Laboratório de Bromatologia e Solos e Laboratório de Aquicultura, completamente equipados. O Setor de produção dispõe dos seguintes ambientes: Horta/olericultura (10.300 m²); Estufa/casa de vegetação para Plantas Medicinais (2.000 m²); Áreas de produção para culturas anuais (45.500 m²), com sala de aula; Área de produção para Fruticultura (45.000 m²); Silvicultura (187,5 m²), com Galpão e estufa; Fábrica de ração (400 m²); Laboratório de Apicultura (124 m²) equipado; Galpão para Cunicultura (84 m²); Galpões para Avicultura (459 m²) para postura e corte; Galpão da Suinocultura (749 m²); Galpões para Ovinocultura (369 m²); Espaço para Caprinocultura (30.500 m²); Espaço para Animais de grande porte (871 m²), com Sala de aula, galpão, sala de ordenha e pastagem; Mecanização agrícola, equipado com tratores e implementos; Abatedouro de aves (108,24m²) e Abatedouro de bovinos/suínos (137,76m²).

O Câmpus conta ainda com 01 Biblioteca (150 m²/sala), com acervo de 8.085 exemplares; 26 Salas de aula (40 m²/sala); Auditório (100 m²) para 180 pessoas; Refeitório (464 m²); 02 Cantinas (80 m²); Ginásio coberto (900 m²) e salas administrativas, totalizando 600 m² de área construída, equipadas com estações de trabalho, arquivos e outros equipamentos.

7.1.13 SOMBRIO

O Câmpus Avançado Sombrio dispõe das seguintes principais estruturas: 5 Salas de Aula com 69,30 m² cada; 3 Laboratórios de Informática multidisciplinares com 69,30m² cada; 1 Laboratório de Matemática com 69,30 m²; 1 Laboratório de Turismo e Eventos com 32,34 m²; 1 Auditório com 149,60 m²; 1 Biblioteca com 158,40 m², dispondo de 5.105 exemplares. Ainda, o câmpus possui 2 Laboratórios de Informática para Manutenção de Equipamentos, com 74,55 m² cada; 2 Laboratórios de Informática de Hardware e Cabeamento Estruturado com 78,93 m² cada; 2 Salas de Aula com 78,93 m² cada; 1 Sala Multidisciplinar com 48,80 m²; 3 Salas Administrativas com 48,80 m² cada, onde ficam a Sala dos Professores, a Sala DDE/Orientação Pedagógica e o Depósito; 2 Salas Administrativas com 24,40 m² cada, onde ficam o Setor de Extensão e a Secretaria; 1 Sala Administrativa com 46,97 m² para o Setor de Recursos Didáticos (cópias); 2 Salas Administrativas com 32,34 m² cada para o Atendimento ao Educando e o Setor de TI; 6

Salas Administrativas com 24,40 m² cada para Setor de Patrimônio/Almoxarifado, Setor de Pessoal/Financeiro, Coordenação de Turismo, Coordenação de Matemática, Coordenação de Redes de Computadores e Coordenação de Ensino Médio/Técnico.

7.1.14 VIDEIRA

Atualmente o Câmpus Videira possui uma área total construída de 9.535,51 m² e conta com a seguinte infraestrutura: Bloco Administrativo, de 514,37 m², que contém 14 salas, 01 sala de reuniões, 01 recepção e banheiros; Bloco Salas de Aula, de 3.350 m², abrangendo 15 salas de aula, 05 salas administrativas, 01 copa, 07 laboratórios de informática, 01 laboratório de desenho técnico, 01 brinquedoteca, 01 laboratório de práticas pedagógicas, 01 elevador e 02 áreas de convivência; Biblioteca, de 630 m², com 11.176 livros de um total de 11.322 acervos; Bloco Pedagógico, de 666,38 m², com 16 salas, 02 salas de reuniões e banheiros; Ginásio, de 1.592,50 m², com quadra poliesportiva e banheiros; Anexo ao ginásio, de 484,61 m², que contém 05 salas para música e práticas esportivas; Laboratórios, totalizando 983,17 m², sendo 01 de física, 01 de química, 01 de microscopia, 01 de águas e solos, 01 de pesquisa, 01 de instalações elétricas, 01 de eletricidade e eletrônica, 01 de automação industrial e 01 de máquinas e acionamentos elétricos; Auditório, de 520 m²; Cantina, de 298,84 m²; Guarita, de 15,64 m²; Estufas, totalizando 480 m², sendo 02 estufas para práticas agrícolas de 240 m² cada.

7.2 BIBLIOTECAS

As bibliotecas são pilares indispensáveis para a dinamização de ações educativas que fortaleçam a missão institucional. Por meio do fomentar o acesso à informação e promover o seu uso adequado, são gerados os insumos necessários para a produção de novos conhecimentos no ambiente educacional, respaldando assim as atividades de ensino, pesquisa e extensão no IFC.

A partir de março de 2014, conforme a Resolução nº. 007 do CONSUPER/2014, todas as bibliotecas passaram a compor o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI-IFC), que objetiva promover uma gestão integrada das bibliotecas, oportunizar o compartilhamento de serviços e produtos, racionalizar o uso dos recursos orçamentários e de pessoal e, dentro das possibilidades, buscar estabelecer convênios de cooperação e parcerias interinstitucionais de nível nacional e internacional.

O SIBI-IFC, atualmente vinculado a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), desempenha um importante papel no desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem, geração de novos conhecimentos e disseminação da informação. De forma dinâmica e pró-ativa, pretende-se, durante os próximos anos, ampliar os serviços informacionais e educacionais prestados pelas bibliotecas, a fim de respaldar de forma mais efetiva as ações de ensino, pesquisa e extensão.

A coordenadoria do SIBI-IFC é exercida por um bibliotecário de carreira da instituição, indicado pelo Reitor. Atualmente o SIBI-IFC é composto por 13 bibliotecas em funcionamento e 3 em processo de implantação. Seguem, abaixo, os serviços ofertados:

I. consulta ao catálogo on-line do acervo;
II. empréstimo domiciliar;
III. empréstimo entre bibliotecas do IFC;
IV. renovação e reservas on-line;
V. computadores para pesquisas na Internet;
VI. acesso à internet via Wi-Fi (wireless);

VII. orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos;
VIII. treinamentos e oficinas sobre fontes de pesquisa e acesso ao portal CAPES;
IX. tutoriais on-line sobre uso da biblioteca, consulta ao acervo, normas ABNT, dentre outros;
X. atendimento personalizado;
XI. visitas orientadas/guiadas.

Para o período 2014-2018, pretende-se ampliar a oferta de serviços e produtos, tendo em vista atender às necessidades emergenciais da Instituição. Visa-se:

I. oferecer serviços especializados para alunos e docentes de cursos a distância;
II. ampliar a oferta dos serviços da biblioteca para alunos do PRONATEC e FIC;
III. implementar serviços a pessoas com necessidades especiais;
IV. implementar o Repositório Institucional;
V. implementar o serviço de assessoria no gerenciamento de Editoração de Periódicos técnico-científicos institucionais;
VI. implementar o serviço de assessoria no gerenciamento e editoração de Anais de eventos;
VII. oferecer acervo digital;
VIII. disponibilizar terminais de autoatendimento em todas as bibliotecas;
IX. desenvolver o Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos;
X. viabilizar acesso doméstico ao Portal de Periódicos da CAPES;
XI. instituir o serviço de Empréstimos entre Bibliotecas de outras instituições.

Os horários de atendimento das bibliotecas são determinados em cada câmpus, de modo a atender as necessidades locais e a disponibilidade de pessoal, conforme o quadro abaixo:

Quadro 04 - Horários de funcionamento das bibliotecas

UNIDADES	Horário de funcionamento – período letivo	
	Segunda a Sexta-feira	Sábado
Araquari	Das 8h às 22h25min	Das 8h às 11h30min
Blumenau	Das 8h20min às 20h20min	fechada
Camboriú	Das 7h30min às 22h30min	Aberta nos dias letivos Das 8h às 12h
Concórdia	Das 7h30min às 22h	Aberta nos dias letivos Das 8h às 12h
Fraiburgo	Das 13h30min às 22h30min	Fechada
Ibirama	Segunda; Quarta; Sexta: das 7h30min às 17h Terças e quintas: das 7h30min às 19h	Fechada
Luzerna	Segunda a quarta: das 9h às 17h, Quinta e sextas: das 14h30min às 21h	fechada
Rio do Sul – Sede	Das 08h às 21h30min	Fechada
Rio do Sul – Urbana	Das 8h às 22h	Fechada.
São Francisco do Sul	Das 9h às 12h e 13h às 22h	Fechada
Santa Rosa do Sul	Das 08h às 22h	Fechada
Sombrio	Das 08h às 22h30min	Aberta nos dias letivos Das 8h às 12h
Videira	Das 7h30min às 22h	Fechada

Fonte: Informações fornecidas pelos bibliotecários responsáveis de cada câmpus.

Visando garantir maior qualidade na prestação dos serviços das bibliotecas, buscar-se-á, nos próximos 5 anos, que todas tenham seu horário de funcionamento de forma ininterrupta, abrangendo todos os turnos onde há oferta de cursos.

No quadro abaixo, apresenta-se o quantitativo de servidores e bolsistas que trabalham nas bibliotecas e a projeção de expansão do quadro funcional até 2018. Como fonte referencial para instituir padrões mínimos referentes a quantidade de servidores x quantidade de usuários x número de turnos ininterruptos atendidos, utilizou-se o Modelo de Avaliação de Bibliotecas Universitárias (LUBISCO, 2011). Considerando que ainda estamos dentro de um processo de consolidação, optou-se por adotar o padrão nível 4 citado no documento (dentro de uma escala crescente de 1 a 5).

Quadro 05 – Quantitativo de servidores atual e previsão de expansão até 2018.

UNIDADES	Quadro atual de servidores	Ampliação do quadro de bibliotecários 2014/2018	Ampliação do quadro de auxiliares/ assistentes 2014/2018	Total em 2018
Coordenadoria do SIBI	1 bibliotecário	2	1 analista em TI 1 ass. administrativo 2 auxiliares de biblioteca	7
Araquari	1 bibliotecário 4 assistentes/auxiliares 2 estagiários	2	3	10
Blumenau	1 bibliotecário 2 auxiliares	1	4	8
Brusque	Servidores concursados para assumir em 2015: 1 bibliotecário 1 auxiliar de biblioteca	1	3	6
Camboriú	2 bibliotecários 3 auxiliares/assistentes 2 bolsistas (temporários)	2	6	12
Concórdia	3 bibliotecários 2 auxiliares/ assistentes	1	9	12
Fraiburgo	1 bibliotecário 2 auxiliares/assistentes	1	3	6
Ibirama	1 bibliotecário/ 1 assist. administrativo.	1	5	8
Luzerna	1bibliotecário 1 auxiliar de biblioteca	1	5	8
Rio do Sul - Sede	1 bibliotecário 3 auxiliares/assistentes 1 bolsista(temporário)	1	4	9
Rio do Sul - Urbana	1 bibliotecário 2 auxiliares/assistentes 2 bolsista (temporário)	1	5	9
São Bento do Sul	Servidores concursados para assumir em 2015: 1 bibliotecário 1 auxiliar de biblioteca	1	3	6
São Francisco do Sul	1 bibliotecário 1 auxiliar de biblioteca	1	5	8
Santa Rosa do Sul	1 bibliotecário 4 auxiliares/ assistentes	1	2	8
Sombrio	1 bibliotecário 3 auxiliares/ assistentes	1	3	8
Videira	1 bibliotecário 4 auxiliares	1	4	10
Aberlado Luz – Câmpus Avançado	—	1	1	2

Fonte: Informações fornecidas pelos bibliotecários responsáveis de cada câmpus.

O acervo disponível nas bibliotecas é constituído de livros, folhetos, periódicos, CD-ROM, DVD, normas, mapas, relatórios de estágio, monografias, dissertações, teses e obras em Braille. Os recursos para aquisição são determinados anualmente e cada câmpus tem autonomia para definir os quantitativos a serem investidos. O quadro a seguir apresenta o quantitativo de acervo atual (até 15/06/2014), organizado por biblioteca e área de conhecimento.

Quadro 06 – Acervo atual das bibliotecas do SIBI-IFC por Áreas do Conhecimento (Catalogado no Sistema Pergamum).

Unidades	Áreas do Conhecimento																		
	Ciências Exatas e da Terra		Ciências biológicas		Engenharia		Ciências da Saúde		Ciências Agrárias		Ciências sociais e Aplicadas		Ciências humanas		Linguística, letras e artes		Multidisci-plinar		Total
	Tit	Ex	Tit.	Ex.	Tit.	Ex.	Tit.	Ex.	Tit.	Ex.	Tit.	Ex.	Tit.	Ex.	Tit.	Ex.	Tit.	Ex.	Exemplares
Araquari	1076	3503	312	874	184	455	94	235	1336	3387	443	1088	1308	2485	1934	2885	135	334	15254
Blumenau	4	32	1	7	1	1	0	0	0	0	4	21	8	17	7	16	0	0	94
Camboriú	2204	5782	610	1027	554	1105	354	505	2434	5260	1454	2948	2799	5354	4077	5504	169	460	27945
Concórdia	1536	4932	721	1449	813	2122	289	597	3763	7432	2207	3651	2266	4103	2797	4203	0	0	28489
Fraiburgo	63	412	0	0	12	58	2	15	0	0	34	185	14	36	17	45	0	0	751
Ibirama	84	163	17	20	13	68	2	2	0	0	113	225	108	183	473	695	0	0	1356
Luzerna	84	921	7	68	155	1325	5	8	1	3	92	376	27	152	25	172	0	0	3025
Rio do Sul - sede	136	470	164	630	92	249	24	35	872	2307	190	398	183	314	887	1715	0	0	6118
Rio do Sul - Unidade Urbana	755	3231	8	18	52	249	4	4	0	0	202	483	689	1682	568	975	0	0	6641
Santa Rosa	250	626	160	476	128	221	76	93	1047	1814	458	611	936	1366	2123	2622	0	0	7825
São Francisco do Sul	229	1404	0	0	1	6	0	0	0	0	115	665	24	160	35	296	1	13	2544
Sombrio	414	1613	22	40	2	4	6	7	3	5	337	1206	252	811	703	1152	0	0	4838
Videira	548	2671	87	312	184	1154	65	121	423	1372	507	1762	527	1736	811	2118	0	0	11245

Fonte: Relatório estatístico do Pergamum – 15/06/2014.

As aquisições de material bibliográfico nos últimos anos buscaram respaldar informacionalmente os novos cursos implantados, especialmente os de nível superior. A partir de 2013, deu-se início ao processo de atualização geral do acervo.

Pretende-se, nos próximos cinco anos, dar continuidade ao processo de atualização e expansão do acervo, tendo como base os seguintes critérios:

I. cursos superiores novos: adquirir toda a bibliografia básica e complementar constante nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), na proporção mínima de 5 exemplares de pelo menos 3 títulos da bibliografia básica e 2 exemplares de pelo menos 5 títulos da bibliografia complementar;

II. cursos técnicos novos: adquirir toda a bibliografia básica e complementar constante nos PPC, adotando os mesmos critérios de proporcionalidade dos cursos superiores;

III. cursos já consolidados: adquirir todas as novas bibliografias básicas e complementares necessárias à atualização dos PPC;

IV. cursos PRONATEC/FIC: iniciar em 2015 as aquisições das bibliografias constantes em seus Planos de Curso.

Esclarece-se que os critérios de aquisição ora descritos comporão o documento sobre a "Política de Desenvolvimento de Coleções do IFC", que norteará todos os processos de aquisição, permuta, doações e descartes do acervo. O referido documento encontra-se em discussão, com previsão de conclusão para novembro de 2014.

Pretende-se, a partir de 2015, iniciar o processo de aquisição de E-books. Considerando que esses tipos de obras são passiveis de serem utilizados por alunos/docentes/técnico-administrativos de qualquer câmpus ao mesmo tempo, pretende-se destinar uma verba anual para a Coordenação Geral do SIBI, que se responsabilizará pelo gerenciamento e aplicação da mesma, de forma a atender as necessidades de todos os câmpus.

O quadro abaixo mostra, por biblioteca, a previsão de investimento anual, até 2018, para ampliação do acervo.

Quadro 07 – Acervo atual e previsão de expansão até 2018.

UNIDADE	Acervo atual	Proposta de investimento médio ano - 2014/2018	Previsão de nº de acervos em 2018
Coordenação SIBI	0	200.000,00/ano para aquisições/assinaturas de obras digitais	8.000
Araquari	15.254	50.000,00/ano	20.000
Blumenau	1.289*	80.000,00/ano	7.700
Camboriú	27.945	100.000,00/ano	36.000
Concórdia	28.489	100.000,00/ano	34.000
Fraiburgo	751	60.000,00/ano	4.800
Ibirama	2.389*	60.000,00/ano	6.500
Luzerna	3.025	80.000,00/ano	8.000
Rio do Sul - sede	15.489*	150.000,00/ano	25.000
Rio do Sul – Un.Urbana	6.641	150.000,00/ano	16.000
Santa Rosa	7.825	60.000,00/ano	11.000
São Francisco do Sul	2.544	100.000,00/ano	8.800
Sombrio	4.838	100.000,00/ano	10.493
Videira	11.246	150.000,00/ano	20.000
Abelardo Luz	0	40.000/ano	3.500
Brusque	0	100.000/ano	5.000
São Bento do Sul	0	100.000/ano	7.500

Fonte: Informações fornecidas pelos bibliotecários e dirigentes responsáveis de cada câmpus.

O espaço físico das bibliotecas deve atender aos padrões nacionais adotados pelas bibliotecas universitárias, dado que os Institutos são equiparados às Universidades pela sua legislação de criação (BRASIL, 2008). Vale ressaltar também que esses padrões visam atender os requisitos indicados pelos instrumentos de controle e avaliação do MEC e INEP.

O quadro 08, a seguir, apresenta a situação atual de cada biblioteca, explicitando o número de alunos atuais e previsão de oferta de vagas em 2018; os espaços que disponibiliza, com metragens (estimadas) por áreas, assim como as projeções da expansão física mínima necessária para atender os padrões mínimos de qualidade. Os cálculos de expansão física das bibliotecas são realizados com base no quantitativo de vagas previstas para serem ofertadas em 2018.

Quadro 08 – Infraestrutura física atual das bibliotecas e previsão de expansão até 2018.

Infraestrutura física das bibliotecas em 2014 e previsão de expansão até 2018									
Unidades	Ano	Número de alunos	Número de assentos	Área de estudo geral	Área de estudo em grupo	Área de estudo individual	Área de acervo	Outros (área adm., circulação, banheiros, etc)	Área Total
Araquari	2014	1100	76	140 m²	0	10 m²	90 m²	60 m²	300 m²
	2018	1600	185	350 m²	35 m²	25 m²	350 m²	340 m²	1100 m²
Blumenau	2014	250	48	80 m²	10 m²	10 m²	70 m²	40 m²	210 m²
	2018	1115	112	260 m²	70 m²	70 m²	20 m²0	200 m²	800 m²
Camboriú	2014	1600	90	100m²	16m²	16m²	200m²	270m²	600m²
	2018	2200	220	350m²	130m²	120m²	300m²	600m²	1500m²
Concórdia	2014	1450	200	250m²	40m²	15m²	230m²	400m²	937m²
	2018	2080	260						937m²
Fraiburgo	2014	342	11	15m²	0m²	3m²	20m²	20m²	58m²
	2018	660	66	100m²	20m²	10m²	130m²	200m²	460m²
Ibirama	2014	277	25	25m²	0m²	0m²	15m²	20m²	60m²
	2018	500	50	130m²	30m²	15m²	120m²	105m²	400m²
Luzerna	2014	430	60	54m²	30m²	0m²	50m²	90m²	224m²
	2018	1200	120	150m²	50m²	50m²	200m²	400m²	850m²
Rio do Sul – Sede	2014	400	90	150m²	33m²	15m²	115m²	112m²	425m²
	2018	1360	140	300m²	70m²	60m²	250m²	220m²	900m²
Rio do Sul – Un. Urbana	2014	516	31	35m²	25m²	10m²	50m²	20m²	140m²
	2018	1040	100	260m²	40m²	40m²	150m²	210m²	700m²
Santa Rosa	2014	847	55	65m²	30m²	2m²	35m²	180m²	550m²
	2018	1000	100	250m²	40m²	30m²	150m²	230m²	700m²
São Francisco do sul	2014	280	16	18m²	7m²	2m²	18m²	24m²	65m²
	2018	870	88	175m²	27m²	27m²	180m²	200m²	600m²
Sombrio	2014	622	40	60m²	0m²	0m²	50m²	60m²	170m²
	2018	1190	120	200m²	40m²	40m²	200m²	320m²	800m²
Videira	2014	800	80	200m²	0m²	0m²	200m²	230m²	630m²
	2018	1000	100	160m²	40m²	40m²	200m²	190m²	630m²
Abelardo Luz	2014	31	==	==	==	==	==	==	==
	2018	140	20	18m²	6m²	2m²	18m²	20m²	60m²
Brusque	2014	60	==	==	==	==	==	==	==
	2018	320	60	50m²	20m²	10m²	40m²	80m²	200 m²
São Bento do Sul	2014	--	==	==	==	==	==	==	==
	2018	560	60	80 m²	30 m²	20 m²	50 m²	120 m²	300 m²

Fonte: Informações fornecidas pelos bibliotecários e dirigentes responsáveis de cada câmpus.

Com a evolução constante da tecnologia da informação, é necessário que o profissional da área da Ciência da Informação se atualize frequentemente, com o objetivo de oferecer atendimento de qualidade aos seus usuários. Nesse contexto, o SIBI busca estimular e promover programas de capacitação aos bibliotecários e pretende ampliar essa oferta ao conjunto de servidores atuantes nas bibliotecas, para assim fomentar a prestação de serviços de excelência a toda a comunidade.

As bibliotecas também oferecem sistematicamente treinamentos e oficinas aos usuários, com o objetivo de capacitá-los na utilização dos recursos oferecidos, na normalização de trabalhos, no uso do portal CAPES e outras fontes de informação disponibilizadas no formato eletrônico. Esses serviços de capacitação são imprescindíveis, uma vez que é a partir deles que o usuário terá conhecimento de todo o recurso informacional que o IFC disponibiliza, o qual dá suporte às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

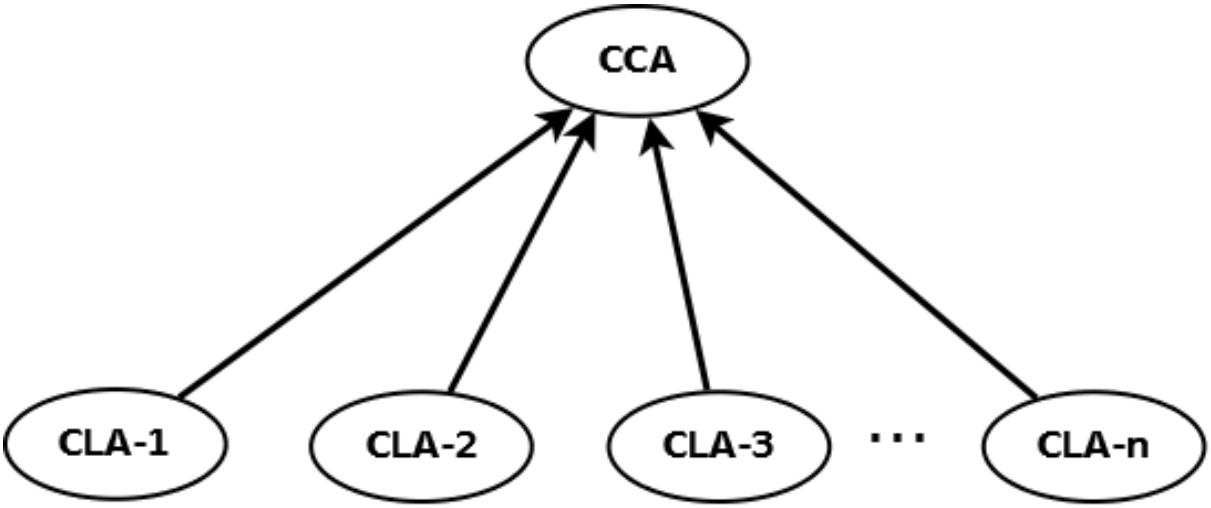
8. Da Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

A avaliação institucional é um processo planejado e normatizado no IFC. O objetivo é mensurar indicadores quantitativos e qualitativos e, a partir deles, orientar a gestão. Nesse processo são consideradas as avaliações externas dos cursos, da instituição, do desempenho dos estudantes e também as autoavaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme preconiza a Lei 10.861 de 14 de abril de 2004.

8.1 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) prevê a articulação entre as avaliações externas e internas. Nesse sentido, as políticas de acompanhamento e avaliação das atividades-fim, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, assim como das atividades-meio, planejamento e gestão, abrangem toda a comunidade acadêmica, docentes, técnico-administrativos e discentes e ficam a cargo da Comissão Própria de Avaliação, regulamentada pela Resolução nº 50 de 17/12/2010 do Conselho Superior/IFC e estruturada como segue:

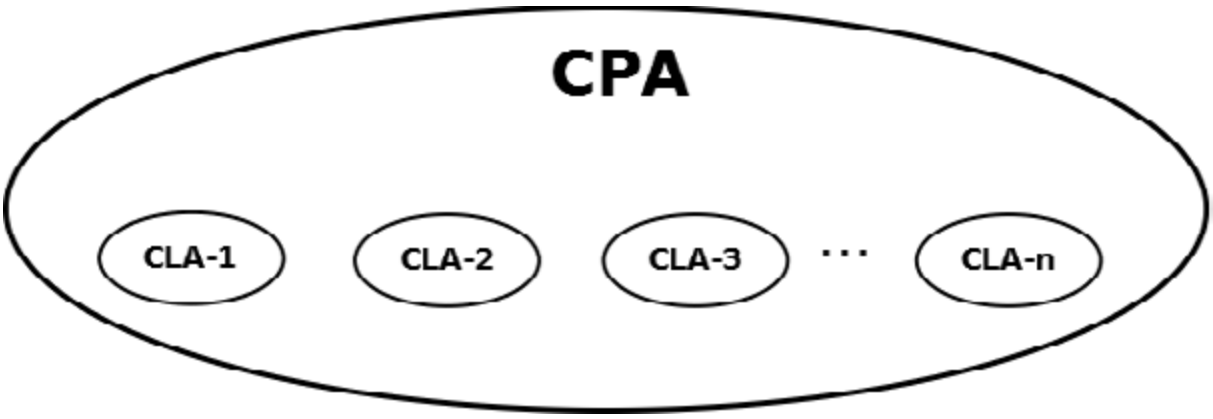
Figura 7: Estrutura da Comissão Própria de Avaliação.



Existem Comissões Locais de Avaliação (CLA) em cada um dos Câmpus do IFC e essas elegem um presidente, o qual irá compor a Comissão Central de Avaliação (CCA). Esta será responsável por articular as ações de avaliação e definir o planejamento das mesmas. As CLA são constituídas por, no mínimo, um docente, um técnico-administrativo, um discente e um representante da sociedade civil, sempre respeitando a representação paritária.

A estrutura apresentada está em processo de reformulação e o processo deverá ser encaminhado ao Conselho Superior (CONSUPER) até o final do ano de 2014. O novo modelo de organização está assim definido:

Figura 8: Modelo de organização da CPA.



A constituição das CLA não foi alterada, apenas foi formalizada a existência de uma CPA contendo todos os representantes de cada um dos câmpus. Desse modo, as decisões relativas ao processo avaliativo são tomadas levando em consideração a representação de cada CLA na reunião geral da CPA. Além disso, há uma comissão local para acompanhamento também das avaliações externas.

8.2 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A metodologia da avaliação institucional é constituída pelas seguintes ações:

I. Reuniões das CLAs e da CCA, com o objetivo de coordenar e articular o processo de autoavaliação. Com a reformulação, não existirá mais uma CCA, contudo serão realizadas reuniões com representantes de cada CLA;
II. Planejamento da autoavaliação, com a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e cronograma;
III. Sensibilização da comunidade acadêmica, buscando o envolvimento com o processo;
IV. Definição das ações dos diversos grupos de trabalho nos câmpus;
V. Realização de seminários, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho;
VI. Construção e/ou aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação (formulários, questionários, entrevistas e/ou outros);
VII. Aplicação dos instrumentos de avaliação;
VIII. Análise e interpretação de dados; e
IX. Organização das discussões dos resultados com a comunidade acadêmica.

No processo avaliativo são considerados cinco eixos:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do SINAES;

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES;

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES;

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES;

Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

8.3 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Os resultados dos processos de avaliação serão apresentados à comunidade acadêmica em reuniões nos câmpus e ao Conselho Superior e aos gestores em reuniões do Colegiado de Dirigentes, para que reflitam e busquem propostas de melhorias contínuas. O conhecimento dos resultados da avaliação possibilita que o IFC revise suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica.

9. Dos Aspectos Financeiros e Orçamentários

9.1 DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, INCLUINDO OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO PREVISTOS NO PDI

Abaixo constam os valores empenhados por câmpus, detalhados em custeio e investimento, nos últimos quatro anos. Os termos de cooperação estão fora desses valores.

Tabela 9: Valores empenhados por custeio e investimento por unidade.

Câmpus	Modalidade	Valor 2010	Valor 2011	Valor 2012	Valor 2013
Reitoria	Custeio	R$1.577.713,89	R$3.934.630,35	R$5.849.465,64	R$5.936.078,23
	Investimento	R$780.967,65	R$1.499.922,61	R$6.089.241,25	R$10.857.751,74
Araquari	Custeio	R$2.210.212,73	R$3.164.534,23	R$3.844.990,28	R$5.220.138,53
	Investimento	R$864.718,01	R$2.912.507,34	R$2.757.036,18	R$2.550.033,07
Camboriú	Custeio	R$2.987.491,09	R$1.937.984,42	R$3.282.024,92	R$4.679.289,99
	Investimento	R$1.921.260,79	R$535.476,69	R$1.314.071,02	R$1.315.037,42
Concórdia	Custeio	R$3.251.188,72	R$2.856.884,93	R$3.807,797,59	R$5.415.959,09
	Investimento	R$2.505.314,36	R$2.109.805,82	R$2.123.470,67	R$3.422.367,57
Rio do Sul	Custeio	R$3.258.678,90	R$3.377.572,00	R$4.207.131,11	R$4.850.562,90
	Investimento	R$1.123.722,40	R$2.184.385,77	R$1.782.149,38	R$2.158.391,52
Santa Rosa do Sul	Custeio	R$2.984.913,23	R$3.008.857,19	R$4.436.269,93	R$6.274.825,62
	Investimento	R$3.085.361,90	R$1.994.742,95	R$2.146.290,32	R$2.999.826,97
Videira	Custeio	R$1.424.347,03	R$1.737.281,77	R$3.002.160,59	R$3.191.997,60
	Investimento	R$798.496,01	R$3.032.861,23	R$3.047.125,55	R$3.119.890,66
Blumenau*	Custeio				R$77.152,19
	Investimento				R$14.436,22
Ibirama*	Custeio				R$151.269,50
	Investimento				R$83.512,73
Luzerna*	Custeio				R$712.914,88
	Investimento				R$1.100.667,68
São Francisco do Sul*	Custeio				R$109.561,71
	Investimento				R$326.619,60

Fonte: SIAFI gerencial.

* Câmpus que começaram a executar o orçamento com sua Unidade Gestora no ano de 2013.

9.2 PREVISÃO DE ORÇAMENTO

A expansão do ensino tecnológico nos coloca frente a grandes desafios, principalmente na expansão da estrutura física e de equipamentos para a Rede Federal Tecnológica. No instituto não poderia ser diferente, principalmente porque o IFC oferece formação em nível médio, técnico, superior e pós-graduação, o que, consequentemente, demanda um número maior de investimentos em construção civil e laboratórios.

No período em questão, pretende-se aplicar os recursos orçamentários conforme segue:

Tabela 10: Previsão de aplicação de recursos orçamentários por unidade.

Câmpus	Valor 2014	Valor 2015*	Valor 2016**	Valor 2017**	Valor 2018**
Reitoria	R$10.514.238,78	R$15.132,472,00	R$15.889.095,60	R$16.683.550,38	R$17.517.727,90
Abelardo Luz	R$400.000,00	R$500.000,00	R$525.000,00	R$551.250,00	R$578.812,50
Araquari	R$4.958.849,60	R$7.100,298,00	R$7.455.312,90	R$7.828.078,55	R$8.219.482,48
Blumenau	R$1.965.361,45	R$2.557.240,00	R$2.685.102,00	R$2.819.357,10	R$2.960.324,96
Brusque	R$300.000,00	R$1.091.793,00	R$1.146.382,65	R$1.203.701,78	R$1.263.886,87
Camboriú	R$6.293.613,01	R$8.006.698,00	R$8.407.032,90	R$8.827.384,55	R$9.268.753,78
Concórdia	R$8.724.436,86	R$10.198.452,00	R$10.708.374,60	R$11.243.793,33	R$11.805.983,00
Fraiburgo	R$1.907.130,39	R$2.376.804,00	R$2.495.644,20	R$2.620.426,41	R$2.751.447,73
Ibirama	R$2.178.203,13	R$2.686.865,00	R$2.821.208,25	R$2.962.268,66	R$3.110.382,09
Luzerna	R$2.086.332,93	R$2.630.220,00	R$2.761.731,00	R$2.899.817,55	R$3.044.808,43
Rio do Sul	R$8.233.973,35	R$9.426.163,00	R$9.897.471,15	R$10.392.344,71	R$10.911.961,95
Santa Rosa do Sul	R$9.069.908,09	R$9.796.907,00	R$10.286.752,35	R$10.801.089,97	R$11.341.144,47
São Bento do Sul	R$300.000,00	R$1.091.793,00	R$1.146.382,65	R$1.203.701,78	R$1.263.886,87
São Francisco do Sul	R$1.887.273,22	R$2.365.413,00	R$2.483.683,65	R$2.607.867,83	R$2.738.261,22
Sombrio	R$400.000,00	R$2.286.845,00	R$2.401.187,25	R$2.521.246,61	R$2.647.308,94
Videira	R$3.087.642,02	R$3.943.912,00	R$4.141.107,60	R$4.348.162,98	R$4.565.571,13

* Previsão Matriz Orçamentária 2015.

** Previsão levando-se em conta o orçamento do ano anterior, acrescentado de 5%.

9.3 ORIGEM, PLANEJAMENTO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

9.3.1 FONTES DE RECURSOS

O Instituto Federal Catarinense possui as principais fontes de recursos para financiamento de suas atividades:

Tesouro: Créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União (OGU) para atender despesas de folha de pessoal, benefícios, investimentos e o custeio básico da Instituição.

Próprios: Recursos diretamente arrecadados na Instituição provenientes de atividades exercidas ou produtos produzidos.

Convênios: Recursos descentralizados através de convênio com o Governo Federal, Estadual e Municipal.

9.3.2 FORMA DE RATEIO DOS RECURSOS

De acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, todos os câmpus do Instituto possuem o orçamento consignado por Unidade Gestora, de acordo com a matriz orçamentária adotada pelo MEC. Desta forma, a distribuição orçamentária de recursos alocados no Orçamento Geral da União contempla todas as unidades, sob critérios técnicos definidos na matriz.

O Instituto Federal Catarinense adotará a política da isonomia e equidade na divisão dos recursos extraorçamentários descentralizados aos câmpus, sendo que esses possuirão autonomia para definir os projetos em que pretendem aplicá-los.

9.3.3 CONTROLE FINANCEIRO PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

O controle financeiro do Instituto Federal Catarinense se dá através do planejamento de aplicação de recursos, compatibilizados com a execução no sistema SIAFI.

9.4 POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA

Dentre as funções essenciais da administração e da gestão, destaca-se a de planejar, com base nas políticas institucionais, atividades que garantam a execução dos planos estratégicos e operacionais do Instituto Federal Catarinense. Anualmente, o plano de trabalho, o relatório de gestão e a prestação de contas da Instituição são elaborados com base na proposta orçamentária anual junto ao Ministério da Educação.

Também é fundamental estabelecer a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e a eficácia administrativa, no âmbito da Reitoria e dos câmpus, além de medidas que garantam sua manutenção e o uso e a conservação dos recursos alocados aos câmpus.

A execução das ações das áreas de orçamento e finanças, material e patrimônio devem ser acompanhadas. Os recursos financeiros do Instituto Federal Catarinense provêm das dotações do poder público e de outras origens, inclusive rendas próprias, de acordo com o disposto no Estatuto.

O orçamento do Instituto Federal Catarinense é um instrumento de planejamento que exprime em termos financeiros os recursos alocados para o período de um ano, que coincide com o ano civil, nele constando as receitas decorrentes de transferência do Tesouro Nacional e as obtidas por arrecadações próprias e convênios.

A proposta orçamentária anual do IFC é elaborada pela Pró-Reitoria de Administração, com base nos elementos colhidos junto à Reitoria e aos câmpus, nos planos de desenvolvimento institucional e de gestão para o exercício, bem como nas diretrizes estabelecidas pelo governo federal.

10. Referências

BRASIL. Decreto Federal nº 6944 de 21 de agosto de 2009. **Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal.** Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 146, n. 161, p. 4, 24 ago., 2009. Seção 1.

_____. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.** Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 141, n. 232, p. 5, 03 dez., 2004. Seção 1.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 147, n. 137, p. 5, 20 jul., 2004. Seção 1.

_____. Lei 13.005, 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.** Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 151, n. 120-A, p. 1, 26 jun., 2014. Edição Extra.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.** Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 138, n. 244, p. 2, 20 dez., 2000. Seção 1.

_____.. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.** Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 141, n. 72, p. 3, 15 abr., 2004. Seção 1.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 145, n. 253, p. 1, 30 dez., 2008. Seção 1.

_____. Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.** Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 149, n. 251, p. 1, 31 dez., 2012. Seção 1.

_____. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 1, 23 dez., 1996. Seção 1.

BRASIL. MEC - Ministério de Educação. **Educação Profissional de nível médio integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007.

_____. **Parecer CNE/CEB 11/2000** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos. Brasília, 2000.

_____. **Documento Base PROEJA.** Brasília, 2007.

CAMPOS, Renato Ramos (Coord.). **Os arranjos produtivos locais no Estado de Santa Catarina:** mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio. Primeiro Relatório da Pesquisa "Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjo Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil". Florianópolis: UFSC, 2009. 59p. (Contrato Fepese-BNDES.)

CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofia.** São Paulo, Ática. 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação omnilateral.** In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.)

GARCIA, W. E. **Inovação Educacional no Brasil:** problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

LUBISCO, M. N. (Org). **Biblioteca Universitária**: elementos para o planejamento, avaliação e gestão. Salvador: EDUFBA, 2011.

MASETTO M. Inovação na Educação Superior. Interface – Comunicação, Saúde e Educação. V.8, n. 14, p. 197-202, set. 2003- fev.2004.

PACHECO, Eliezer. **Institutos federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Moderna, 2011.

PEREIRA, E.; MERCURI, E.; BAGNATO, M. H. Inovações curriculares: experiências em desenvolvimento em uma universidade pública. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 10, n. 2, p. 200-213, Jul/Dez 2010.

RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado:** ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAVIANI, D. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. A. **Filosofia da Educação e o problema da Inovação em Educação.** In: VYGOTSKY, L. S. Obras escogidas II: problemas de psicología general. Madrid:Visor Distribuciones, 1993.

Editoração

Coordenação geral: Nicole Pasini Trevisol

Projeto Gráfico: Sonia Trois

Diagramação: Stefanie Lindner Piaskowy

INSTITUTO FEDERAL
Catarinense